



MUNICÍPIO DE POMBAL

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL Nº 0005/AM/14, de 11/12/2014

Aos onze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e catorze, nesta Cidade de Pombal, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, pelas dezassete horas, teve lugar a sessão ordinária da Assembleia Municipal, estando presentes, Narciso Ferreira Mota, José Alves Grilo Gonçalves, Maria Ofélia Fernandes dos Santos Moleiro, João Manuel Carreira da Conceição Coucelo, Carlos Alberto Ferreira da Silva, Paula Cristina Lopes Dias da Silva, Michäel da Mota António, Pedro Francisco Pires Brilhante, Maria Teresa do Nascimento Pereira da Silva, Jorge António Gaspar Cordeiro, Jorge Manuel Gonçalves da Silva, Odete Marise dos Santos Alves, Victor da Conceição Gomes, Edite Maria Olaio Domingues dos Santos, João Gante Gonçalves, Bruno Miguel Caiano Loureiro, Maria Emília da Conceição Brito, Henrique Jorge Magalhães de Menezes Falcão, Sónia Margarida Ferreira Alves, Jorge Rodrigues das Neves, Fernando Rodrigues Matias, Sílvio da Mota Santos, Pedro Manuel Neves da Silva, José Manuel Pedrosa Marques, Avelino das Neves António, Nelson da Silva Pereira, António do Nascimento Lopes, Carlos Manuel Ribeiro Rosa Clemente, Manuel José Carreira Serra, Manuel Henrique Nogueira de Matos, Ilídio Manuel da Mota, Sandra Cristina Costa Barros, Ana Isabel Cardoso Tenente Gonçalves, a fim de apreciar os assuntos constantes da seguinte ordem de trabalhos:

Ponto 1 - Período antes da ordem do dia:

- Ponto 1.1. Leitura, discussão e votação da ata da sessão ordinária de 25/09/2014;
- Ponto 1.2. Leitura / resumo do expediente recebido e cumprimento de formalidades legais;
- Ponto 1.3. Intervenções na generalidade;

Ponto 2 - Período da ordem do dia:

- Ponto 2.1. Leitura e discussão da informação do Presidente da Câmara;
- Ponto 2.2. Análise, discussão e votação da proposta da Câmara sobre o Orçamento para o ano económico de 2015 e respetivos anexos;
- Ponto 2.3. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre as Grandes Opções do Plano para o quadriénio 2015/2018;
- Ponto 2.4. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre o pedido de Autorização prévia à Assembleia Municipal para a Assunção de Compromissos Plurianuais, nos termos do Art. 12º do DL 127/2012 de 21/06;
- Ponto 2.5. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre a 2.ª Revisão aos Documentos Previsionais;
- Ponto 2.6. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre o Mapa de Pessoal para o ano económico de 2015;
- Ponto 2.7. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre a alteração dos estatutos da PMUGest – Pombal Manutenção Urbana e Gestão, E.M.;
- Ponto 2.8. Apreciação e discussão dos Relatórios de Execução Orçamental (1.º, 2.º e 3.º Trimestres) da PMUGest – Pombal Manutenção Urbana e Gestão, E.M.;
- Ponto 2.9. Pedidos de Apoio das Juntas de Freguesia do Concelho de Pombal.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Encontravam-se ainda presentes, o Senhor Presidente da Câmara e os Senhores Vereadores Dr.^a Ana Gonçalves, Dr. Fernando Parreira, Dr.^a Catarina Silva, Eng. Pedro Murтинho, Arq. Renato Guardado, Dr. Adelino Mendes, Dr.^a Marlene Matias e Eng. Aníbal Cardona.

Presidiu à sessão Narciso Ferreira Mota como Presidente e foram secretários Carlos Alberto Ferreira da Silva como 1.º secretário e Paula Cristina Lopes Dias da Silva como 2.ª Secretária.

O **Senhor Presidente da Assembleia** deu início aos trabalhos, tendo-se verificado, após a chamada, as seguintes ausências:

Eleitos pela lista do PSD – Pedro Alexandre Antunes Faustino Pimpão dos Santos, José dos Santos Neves e Abel António Dias Braz que apresentaram pedido de justificação para as suas faltas, as quais foram, de imediato, justificadas pela Mesa.

O **Senhor Presidente da Assembleia** informou ter recebido os seguintes pedidos de substituições, dos membros da Bancada do Partido Social-Democrata:

De Paula Cristina Pereira Cardoso, tendo sido chamado a substituí-la o cidadão imediatamente a seguir na lista, respetivamente, Manuel Simões Rodrigues Marques, de Pedro Daniel Jordão Ferraz, tendo sido chamado a substituí-lo o cidadão imediatamente a seguir na lista, respetivamente, António Manuel Cardoso Fernandes, de Andreia Sofia Pinheiro Marques, tendo sido chamado a substituí-la o cidadão imediatamente a seguir na lista, respetivamente, Maria Adelaide Pereira da Conceição, os quais, estando presentes na sala, foram chamados a ocupar os seus lugares.

Da Bancada do Partido Socialista, verificaram-se também pedidos de substituições:

De Patrícia Inês dos Santos Carvalho, tendo sido chamado a substituí-lo o cidadão imediatamente a seguir na lista, respetivamente, Pedro Miguel Serra Santos, que não se encontrando presente, tendo sido chamado a substituí-lo, respetivamente, António José Fernandes Roque o qual, estando presente na sala, foi chamado a ocupar o seu lugar.

Imediatamente antes de dar início aos Trabalhos o Senhor Presidente a Assembleia proferiu o seguinte:

“Permitam que vos cumprimente a todos, que agradeça de uma maneira muito particular a vossa presença nesta Assembleia. Esta é a última sessão de 2014, e, por esse facto, eu quero deixar aqui um agradecimento muito sincero pelo contributo que os meus colegas Deputados deram à pluralidade democrática, incluindo o Senhor Presidente da Câmara, para que a minha função de Presidente desta Mesa fosse facilitada e que tudo corresse com respeito, com eficácia, com elevação, não obstante a normal existência de algumas tricas políticas que ocorreram, mas sempre com educação e respeito.

A nossa preocupação é procurar fazer aquilo que melhor sabemos e podemos para o desenvolvimento sustentado do nosso Concelho, e, quando dizem que os órgãos políticos não têm a dignidade que mereciam ter, eu gostaria que todos nós pudéssemos concluir que vale a pena ser membro desta Assembleia e que vale a pena ser membro do Executivo.”



MUNICÍPIO DE POMBAL

Ponto 1 – Período antes da ordem do dia:

Ponto 1.1 – Leitura, discussão e votação da ata da sessão anterior.

O **Senhor Presidente da Assembleia** pediu dispensa da leitura da ata da última sessão da Assembleia, a qual foi distribuída por todos.

Colocada a ata da sessão ordinária de 25 de Setembro de 2014 a discussão e não se tendo verificado qualquer reparo à mesma, passou-se de imediato à votação, tendo a mesma sido aprovada por maioria, com três abstenções, em virtude de terem estado ausentes da sessão.

Ponto 1.2 – Leitura / resumo do expediente recebido e cumprimento das formalidades legais.

O **Senhor Presidente da Assembleia** prestou a seguinte informação aos Senhores Deputados:

- Referiu ter recebido um ofício do Senhor Presidente da Junta Freguesia da Guia, Ilha e Mata Mourisca, Manuel Serra, sobre a não construção de dois pavilhões, a qual foi distribuída por todos;
- Disse ter recebido, naquela data, uma carta do Presidente do Conselho Geral Transitório do Agrupamento de Escolas de Pombal, em que é solicitado que os dois membros que ainda não tomaram posse, O Senhor Presidente da Câmara e o Senhor Vereador Dr. Fernando Parreira, o possam fazer;
- Referiu também ter recebido a circular n.º 180, remetida pelo Grupo “Os Verdes”, sobre o Quadro Plurianual.

Ponto 1.3 - Intervenções na generalidade.

Nesta altura, o **Senhor Presidente da Assembleia** abriu as inscrições para uso da palavra no âmbito das intervenções na generalidade, tendo-se inscrito os seguintes membros:

1.3 - Intervenções na generalidade

Nesta altura, o **Senhor Presidente da Assembleia** abriu as inscrições para uso da palavra no âmbito das intervenções na generalidade, tendo-se inscrito os seguintes membros:

João Coucelo, cuja intervenção se segue:

“Em primeiro lugar apresentar os meus votos de um bom Natal para todos e que o próximo ano decorra de acordo com os vossos maiores desejos.

Apenas fazer aqui um pequeno recordatório sobre o primeiro ano de actividade deste novo Executivo.

Completa-se agora um ano de exercício de funções e seria aquele discurso mais formal enumerar as realizações, os muitos atos de participação pública, inúmeras comemorações, actividades culturais, desportivas, recreativas, etc., etc..



MUNICÍPIO DE POMBAL

Creio que cada um de nós terá presente na memória muito daquilo que aconteceu ao longo deste ano, aliás dando sequência a uma parte dessas realizações, em abono da verdade, também vinha de anos anteriores. Inaugurou-se uma nova liderança, com um novo estilo, com uma nova maneira de estar, com gente que felizmente conhece bem a atividade autárquica e os meandros do Município.

Eu queria dizer ao Senhor Presidente da Câmara Municipal de Pombal e a todo o Executivo que, como cidadão da Cidade de Pombal e como membro desta Assembleia, quero que os cidadãos de Pombal partilhem da mesma confiança que eu depositei, enquanto cidadão, neste Executivo.

Eu penso que temos razões para ter confiança. Já tínhamos confiança na solidez financeira desta Câmara Municipal, nas realizações ao longo de muitos anos, nas várias distinções que teve em termos da sua capacidade administrativa e ao reconhecimento público que tem junto dos outros Municípios, pelo rigor e competência com que tem sido gerida. Eu queria dizer que, no fundo, eu confio que esta autarquia saiba encontrar os melhores caminhos para manter o equilíbrio com rigor da actividade municipal, para benefício de todos os munícipes. Eu confio que esta autarquia tenha a capacidade de se relacionar com as outras autarquias, nomeadamente as concelhias, nomeadamente as Juntas de Freguesia, e seja capaz de com elas partilhar as responsabilidades, as vontades, as necessidades que cada uma tem.

Eu confio que seja possível haver concórdia, não apenas porque é Natal, mas porque a concórdia é necessária para haver coesão, mesmo nas diferenças de opinião ou de visão sobre as coisas é necessário essa concórdia para que possamos levar a bom porto tudo aquilo que é necessário fazer.

Eu confio que o espírito de humildade que é necessário muitas vezes para encarar os problemas, esteja sempre presente na cabeça de quem nos governa e que saiba encontrar com aquele com quem tem que trabalhar diariamente, a melhor forma de entendimento.

Eu confio que sejamos capazes de corrigir os erros, porque já tivemos essa prova de confiança numa ou noutra atitude que todos conhecemos e que saibamos, sobretudo, não os cometer.

Eu confio que o futuro será melhor para todos nós se todos soubermos estar solidários nas nossas diferenças, para com aquilo que é o interesse público.

Eu confio que se saibam separar as questões pessoais das questões institucionais e que se saiba defender, sempre em primeiro lugar, aquilo que é mais importante, separando o acessório do que é prioritário.

Eu confio pois, que a Câmara Municipal de Pombal vá, ao longo dos próximos anos, seguindo um percurso coerente, correto, certo, para benefício dos cidadãos, porque como todos nós sabemos, a Câmara Municipal de Pombal representa os cidadãos de Pombal, está lá enquanto os cidadãos de Pombal quiserem, e nós merecemos também que os órgãos autárquicos, confiem que os cidadãos sempre que apresentem aqui, nesta Assembleia, através dos seus representantes ou publicamente, estarão sempre interessados em que se faça mais e melhor por Pombal. É nesse sentido que nós devemos lutar e devemos estar aqui, nesta Assembleia, a representar os nossos concidadãos, procurando fazer o melhor por eles.

Agradeço ao Senhor Presidente da Câmara as provas de amizade até agora recebidas, a todo o seu Executivo, agradeço aos meus colegas da Assembleia Municipal as discussões acesas e agradáveis no respeito mútuo que temos mantido ao longo deste ano e que eu espero que se mantenham no ano de 2015 e seguintes.”

Henrique Falcão, cuja intervenção se segue:

“Querida aproveitar para desejar um feliz e santo Natal a todos, junto das vossas famílias e desejar que o próximo ano seja, pelo menos, igual a este mas de preferência que seja melhor.



MUNICÍPIO DE POMBAL

A minha intervenção vai só no sentido de felicitar o meu caro amigo Manuel serra, pelos resultados da sua intervenção no problema que implicava a empresa Lusiaves. Felicita-lo pelos resultados obtidos e realçar a força do bom senso e o peso que tem ouvir os outros. Usando esta receita, bom senso e ouvir os outros, normalmente faz com que se atinjam os objectivos. Isto é um exemplo e espero que vejamos todos, neste exemplo, o segredo do sucesso.

Portanto, às vezes, rejeitar a opinião deste ou daquele apenas porque veio do outro lado prejudica, podemos ouvir e não estar de acordo, mas ouvir os outros é sempre bom e os resultados são sempre positivos.

A União de Freguesias do oeste está de parabéns. Foi um pequeno problema que passou à história, está resolvido.

Espero que todos os problemas que surjam no futuro tenham o mesmo fim que este.”

Odete Alves, que usou da palavra como se segue:

“Eu volto ao assunto ETAP, até porque entretanto passaram já alguns meses desde a apresentação do Plano Estratégico, que foi anunciado em julho e já verificámos uma série de ameaças a este Plano. Desde logo o acréscimo de turmas que estava previsto para 2015 e 2016 é, como sabemos, incerto, face até à concorrência das Escolas do Ensino regular e também às tendências demográficas imigratórias.

O Centro de Qualificações e Ensino Profissional, não iniciou o funcionamento em 2014, ao que sabemos por responsabilidade do governo, o que significa que a ETAP não receberá os 110.000 euros previstos no Plano estratégico, o que vai, com certeza agravar o prejuízo previsto para 2014. O montante da receita do Centro de Qualificação para 2015, previsto em 220.000 euros é também irrealista, atendendo a que não se perspetiva o início do funcionamento deste Centro, tanto mais que a aplicação dos Fundos Europeus de Portugal 2020, estão longe de ser uma realidade e de se concretizar.

O resultado da Empresa, em 2014, está ainda pressionado pelo facto do aumento de capital que estava previsto, ter sido adiado para 2015. Prevê-se que em 2015, 2016 e 2017 os resultados positivos da Empresa sejam assegurados por estas condições, ou seja, sujeitas a uma forte incerteza, desde logo o aumento do número de turmas, o funcionamento do Centro de Qualificação, o incremento da venda de serviços às empresas e, mais grave ainda, não ter acontecido ainda o aumento de capital, sendo certo que se constata, que o aumento de capital de 300.000 euros não irá resolver o problema da empresa.

O balanço previsional revela que mesmo com o aumento de capital previsto de 300.000 euros, a empresa continuará em situação de falência técnica em 2015 e 2016.

Outro aspeto revelador da insuficiência do aumento de capital, é que não há redução do passivo entre 2015 e 2017, ou seja, o aumento de capital não é suficiente para reduzir o endividamento, que aumenta ao longo do período.

A estrutura de recursos humanos continua, claramente, sobredimensionada face às necessidades da ETAP, sobretudo em termos do pessoal não docente, cometeram-se erros graves no passado, com consequências muito negativas para o futuro.

Face ao exposto, eu coloco as seguintes questões ao Senhor Presidente da Câmara:

- *Nesta data, qual é o prejuízo estimado para o fecho das contas da ETAP em 2014?*
- *Em que data estará em condições de acontecer a operação de aumento de capital, e qual o valor desse aumento?*
- *Quais as entidades envolvidas nessa operação?*



MUNICÍPIO DE POMBAL

- *Face ao congelamento do funcionamento do Centro de Qualificação e Ensino Profissional, que soluções alternativas serão implementadas para incrementar a actividade da ETAP?*
- *Quais as medidas de reestruturação interna e de diminuição de despesa, a implementar no curto prazo?*

Aproveito ainda este espaço para questionar V. Ex.^a, Senhor Presidente da Câmara, a propósito do ponto de situação da construção do nó de ligação do IC2 à A1, na zona do Barracão/Meirinhas.

Recentemente, o Senhor Presidente juntamente com o Senhor Presidente da Câmara de Leiria, vieram publicamente, tal como já tinha sido feito anteriormente, e bem, defender a construção deste nó de acesso, justificando-o não só pelo contributo que iria dar à atividade económica e industrial da região, mas também pelo que representa em termos de segurança rodoviária, até porque sabemos que é um troço com grande sinistralidade.

A criação daquele nó da A1 já foi alvo de um anteprojecto mas não passou do papel, a requalificação do IC2, em Pombal, também nunca passou do papel, e eu pergunto que diligências foram levadas a cabo, por V. Ex.^a junto do Governo e Estradas de Portugal ou quaisquer outras entidades, com vista a exigir a efectiva construção deste nó de acesso?

Que contactos foram estabelecidos com a Câmara de Leiria, com vista a garantir a execução deste nó?

Que contributo financeiro prevê a Câmara de Pombal atribuir à execução deste nó de acesso?

E ainda, no que respeita às obras de requalificação do IC2, que diligências foram levadas a cabo pela Câmara junto do Governo e das Estradas de Portugal, com vista à sua qualificação?"

Ofélia Moleiro, cuja intervenção se segue:

“Em plena quadra de Natal, as minhas primeiras palavras são para o Presidente da Câmara, para quem o Natal chegou mais cedo, que foi pai recentemente e a quem eu desejo as maiores felicidades, e ao Zé Maria, que agora é um novo pombalense, bem como a todos os outros bebés de Pombal, desejo as maiores felicidades. Expresso aqui que fico feliz porque vieram rejuvenescer a envelhecida população do nosso Concelho e do nosso País. Para todos muitas felicidades e votos de boas Festas para todos os presentes.

No seguimento destas boas Festas, queria falar do Natal em Pombal, concretamente do Natal na Cidade, está a decorrer desde o dia 5 de dezembro e vai prolongar-se até dia 6 de janeiro, Uma iniciativa que a Câmara Municipal de Pombal continua e que, este ano, para além de actividades e embelezamento do espaço público, conta com o envolvimento da população, através das IPSS's, das Escolas e de múltiplos parceiros sociais e económicos da nosso Concelho.

A população 'e ainda de uma forma muito criativa, muito interessante, chamada a participa em workshops nos Museus e Arquivo, para construir os seus objectos decorativos para a nossa Cidade e, com uma verba reduzida do erário público, e ainda uma significativa comparticipação de Fundos Comunitários, nós vemos o Natal na nossa Cidade. O Natal está cá e o Natal é de todos nós. Estão as Árvores de Natal, os duendes, os bonecos, os fogareiros, as passadeiras vermelhas, tudo a dar cor, luz e calor às ruas da baixa.

São muito diversas as actividades, desde a música aos desfiles, ao regresso dos romanos, ao Mercado de Natal, são muitos os acontecimentos, o êxito é incontestável. O orgulho e o prazer que os pombalenses sentem difundem-se nas redes sociais, em fotos, textos e elogios.

Achei muito interessante, porque alguém no facebook chamou a um álbum que partilhou “Pombal, terra Natal” e é isso que os imigrantes sentem quando vejo os comentários. Os



MUNICÍPIO DE POMBAL

imigrantes matam saudades com os posts dos que têm o privilégio de aqui estar, e sentem que Pombal é a sua terra Natal.

Queria também felicitar o Município pela Menção Honrosa atribuída ao filme promocional do Concelho, Cinco Sentidos. Participaram 166 filmes de 37 Países. Cinco Sentidos, hoje corre Mundo, nos aviões da TAP.

Para além da dimensão estética e de lazer, quer do Filme, quer do projecto de Natal na Cidade, impõe-se considerar a dimensão económica dos investimentos, daí que coloque a seguinte questão ao Senhor Presidente:

- *É possível já, uma avaliação do retorno económico dos investimentos?*
- *É possível aferir o aumento do número de visitantes na Cidade, nos monumentos?*
- *E quanto ao projecto de Natal, considera fazer a avaliação de impacte económico no número de negócios, alavancado pelas actividades de animação?*

A segunda parte da minha intervenção é acerca de um assunto não tão estético mas muito importante e muito ético. É acerca da transparência dos Municípios, da transparência dos atos de governação. As estatísticas colocam o nosso Município nos lugares cimeiros da transparência municipal do nosso País, em muitos dos itens estamos com elevados valores do índice, mais recentemente, o Executivo propôs 32 ou 33 medidas para melhorar esse índice e subir ainda mais no ranking.

Eu pergunto, finalmente ao Senhor Presidente, se é possível implementar as medidas previstas até 2015, conforme está planeado, e qual é o grau de melhoramento que vamos ter na transparência, porque a confiança de que falou o meu colega, baseia-se muito na transparência."

Vitor Gomes, que referiu o seguinte:

"Boa tarde a todos e um bom Natal.

Senhor Presidente, foi público que a rede de transportes de Pombal iria ser alargada a algumas povoações da freguesia de Pombal. Já é possível obter alguns dados sobre as populações que irão ser abrangidas por esse novo percurso?

Outra questão. Para quando é que está a pensar substituir os pinos dissuasores espalhados pelo Cardal? Ainda esta semana um cidadão, já com alguma idade, tropeçou num, e esmurrou o nariz e cortou o lábio.

Estão à espera que aconteça algo mais grave para que sejam substituídos?"

Jorge Cordeiro, que usou da palavra como se segue:

"Nesta minha intervenção, vou falar de obras recentemente inauguradas no nosso Concelho, e começo, precisamente pela inauguração mais recente, o Parque de Máquinas e Oficinas, na Zona Industrial Manuel da Mota. Um Parque multifunções, um investimento de cerca de 2 milhões de euros, lançado ainda na presidência de Narciso Mota. É um espaço mais funcional, construído de raiz e que proporciona, certamente, melhores condições de trabalho.

Depois gostaria também de referir a inauguração do Sistema Integrado do Abastecimento de Água da Mata do Urso, no passado dia 17, uma obra de cerca de 20 milhões de euros, 19,9 milhões, dos quais, 13,7 milhões foram financiados pelo Fundo de Coesão. Isso permite, obviamente, uma desactivação de cerca de 30 furos dispersos pelo Concelho, e, sobretudo, um sistema que inclui, também, uma gestão moderna, através da telegestão, uma autonomia, para o Concelho em caso de qualquer problema, de 48 horas de abastecimento. Este evento teve a presença do Ministro do Ambiente, Jorge Nogueira da Silva, e eu recorde que Pombal não integra, e bem, na minha opinião e no que considero ter sido uma excelente estratégia política e de gestão, as Águas do Mondego e, nem por isso deixa de investir e zelar por um bem que na minha opinião é vital.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Por último, a ETAR de Pombal, no passado dia 14, uma obra que vai abranger o tratamento de sete freguesias do Concelho, mais os Parques Industriais que equivalerá a médio prazo, a um serviço a cerca de 71.000 habitantes e, portanto, isso permite cumprir a exigente legislação ambiental, e um investimento também ele participado em 85% pelo Fundo de Coesão, onde se mostra que a Câmara tem e mostra capacidade de captar financiamentos e de investir, como o próprio Ministro Poiares Maduro referiu, na altura da inauguração, e que foi visível e audível no seu discurso.

Eu deixei este assunto para último, porque, disse na altura o Ministro Poiares Maduro, que os Municípios, especialmente Pombal, tem demonstrada grande capacidade de gestão dos recursos, e até foi mais longe e disse que se o País fosse gerido como muitas Autarquias, especialmente como Pombal tem sido ao longo dos anos, o País não tinha chegado onde chegou.

Eu recorde que esta matéria já foi aqui referida várias vezes por alguns colegas e por mim próprio e isso, além de nos criar grandes responsabilidades, quem sabe um dia mais alargadas, deve-nos encher de orgulho, a todos nós autarcas, independentemente da força partidária em que estejamos inseridos, porque como sabem também, muitas vezes autarcas, a nível nacional, são denegridos na sua acção. Parece-me que esta menção do Ministro Poiares Maduro é um sinal é extremamente importante, enche-nos de orgulho a nós, autarcas, e a todos os pombalenses.”

Jorge Neves, cuja intervenção se transcreve:

“Aproveito para desejar um bom Natal, umas boas saídas e umas boas entradas, e que o ano que vem seja manifestamente melhor do que este.

Começar por dizer que as Assembleias são marcadas com muito pouco tempo para podermos analisar os documentos. Esta foi marcada no dia cinco e devia ter sido no dia três, porque a ordem de trabalhos não é extensa mas tem documentos morosos de analisar e perdem-se dois dias, portanto, torna-se difícil.

Por outro lado referir novamente que já pedi que para o grupo parlamentar do PCP, pelo menos, queremos os documentos em suporte de papel e não em digital que se torna mais difícil de ver e agradecia que no dia seguinte estivessem prontos para ser mais rápido.

Neste ponto é só. Não quero aqui alimentar polémicas, é só aperfeiçoar isto e tudo correrá melhor.

Começar por perguntar sobre o Conselho Geral Transitório do Agrupamento de Escolas que na última Assembleia interpus aqui ao Senhor Presidente da Câmara, em que disse que se estava à espera de uma resposta da Tutela, porque achava que havia umas ilegalidades, sabemos que isso já foi respondido, que mandaram que tomass3em posse.

Pela carta hoje aqui lida falta apenas a Câmara e a nossa pergunta é para quando a resolução disto? Este Conselho já devia ter terminado e ainda não começou. Portanto, para quando?

Outra questão, tem a ver com uma declaração que encarregados de educação nos fizeram chegar e que eu passo a ler:

«No passado dia 30 de novembro de 2014, domingo, 15H00, a equipa de basquete, sub 14, masculino, do Clube AMCR da Cartaria, viu-se obrigada a vii-se obrigada a deslocar-se para o Pavilhão do Soutocico, em Arrabal - Leiria, pelo impedimento de poder jogar no Pavilhão Gimnodesportivo de Albergaria dos Doze.

As causas do impedimento foi quando solicitaram o pavilhão à Câmara Municipal de Pombal, como é habitual em jogos a realizar em casa, o pedido foi recusado, alegando que a Câmara já não tinha verba para pagar à funcionária do pavilhão, tendo excedido o limite de horas de trabalho nessa semana.



MUNICÍPIO DE POMBAL

A AMCR da Cartaria ainda se disponibilizou para pagar à funcionária as horas do período necessário para a realização desse jogo, mas o mesmo foi recusado.»

Eu não tenho como qualificar isto, acho que é inqualificável.

É este o apoio que se dá a quem se substituiu ao estado na formação das nossas crianças?

É este o apoio que se dá a Associações de pessoas que disponibilizam o seu tempo, por vezes em prejuízo próprio?

Espero que isto seja um erro, que não seja bem isto, porque não foi a Associação que se queixou, foram os encarregados de educação, alguns deles, e isto para mim é bastante grave.

A ver também com o desporto, sabemos que estão ali a retirar alguns equipamentos do Parque Radical do Bairro Agorreta e correm logo protestos dos jovens que costumam frequentá-lo e foi-lhes dito que vai haver um novo Parque Radical, com equipamentos para a prática desse desporto. Isto é verdade? Quando será e onde?

Ainda, na educação, entende o governo que as despesas com o serviço público nas áreas essenciais como a educação e a saúde devem ser progressivamente municipalizados. Como entende a Câmara Municipal esta questão?

Será a própria Câmara a assumir as despesas desse serviço, como pretende o Governo? Ou há oposição da Câmara em relação a esta questão?"

Carlos Ribeiro, que fez a seguinte intervenção:

“O assunto que me traz aqui são os cuidados de saúde. Já em julho deste ano, com o Senhor Presidente da Câmara, a quem quero agradecer, fizemos uma deslocação a Leiria para uma reunião com a Dra. Isabel, devido à falta de médicos na extensão de saúde da Redinha.

Este assunto preocupa-me porque a população precisa desses cuidados que são um bem essencial.

Queria pedir ao Senhor Presidente para estarmos um pouco mais atentos porque o problema continua igual, não houve alteração nenhuma e, por aquilo que eu ouvi, há mais um médico que se vai reformar, ou seja vamos ter ainda mais falta de médicos, por isso, Senhor Presidente, naquilo que puder, nós como junta também estaremos ao dispor para ver se conseguimos ultrapassar este problema.”

António Roque, cuja intervenção se segue:

“Pretendia questionar o Executivo sobre medidas que pretende implementar durante o restante mandato e a equidade financeira para as empresas e populações.

Os serviços de restauração, praticamente, não existem na praia pois o que há é de má qualidade e um serviço pouco profissional.

O Restaurante com qualidade, mais próximo, fica a mais de 10 km da praia. Noutra legislatura, foi aqui falado sobre a eventualidade de abrir uma nova praia no Concelho, mais propriamente na freguesia do oeste, em que essa praia seria uma praia naturista, o que viria a ser uma mais-valia para o Concelho, pois se fossem construídas as infraestruturas devidas, por exemplo, um Parque de Campismo, poderiam gerar alguns postos de trabalho, além de potenciar o conhecimento do Concelho junto da comunidade naturista europeia.

Queria, antes de terminar, questionar o Executivo, mais propriamente a Vereadora do Pelouro, se este projeto ficou na gaveta ou se ainda há possibilidade de o fazer avançar?"

Nesta altura o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara** que respondeu às interpelações, como se segue:

“Eu começo dando nota que encontraram nos vossos lugares uma oferta do Município. Uma agenda que tradicionalmente é distribuída por todos os Senhores Deputados mas também duas publicações adquiridas pelo Município que entendemos partilhar convosco, não só pela autoria



MUNICÍPIO DE POMBAL

de cada uma dessas obras, ou parcialmente uma delas, ser de pombalenses, mas também pela qualidade desses mesmos trabalhos.

Refiro-me às publicações editadas pela Dra. Maria Luís Brites, que foi homenageada no passado dia 11 de novembro, mas também a um dos cadernos leirienses, de onde consta um artigo interessante sobre o nosso Castelo, que me parece ser de utilidade para todos os Senhores Deputados, para conhecimento do nosso território.

Queria também informar os Senhores Deputados, como aliás tive ocasião de dizer ao Senhor Presidente da Assembleia, que já autorizei a realização da despesa que vai permitir a edição das medalhas que, também tradicionalmente, a Assembleia Municipal anualmente edita, assinalando, neste caso, o mandato 2014/2017.

Dar conta que é por um problema técnico que tem um custo avultado que está a ser ponderado, que esta sala não está a ser, nesta altura, aquecida com ar condicionado, mas eu também não esperava que os Senhores Deputados não trouxessem alguma temperatura a este Órgão e tenho a certeza que ninguém passará frio durante a Assembleia.

Dito isto, quero agradecer as palavras do Dr. João Coucelo, relativamente à confiança manifestada e também deixada como expectativa, fazendo apenas duas referências a circunstâncias que me parecem que reforçam bem essa confiança que acabou de sublinhar.

A primeira refere-se precisamente à articulação que tem existido entre o Município e as Freguesias, no que diz respeito aos meios que, neste primeiro ano de mandato, foram sucessivamente reforçados, em cada uma delas, para desempenharem da melhor forma possível as suas responsabilidades. Nós tínhamos assumido que as Freguesias deviam ser titulares de mais autonomia, autonomia que é reforçada pelos recursos humanos que dispõem, pelos meios técnicos com que poderiam contar, mas também pelos meios financeiros que, em ligação direta com o Município teriam que receber, e nós sentimos que temos aqui um aumento de mais de 50% relativamente aquele que era verificado em anos anteriores e que, no mesmo sentido em que me é pedida essa confiança, eu, naturalmente, não posso deixar de utilizar a figura da reciprocidade, precisamente também para pedir essa confiança.

Agradecer as boas festas e retribuir as suas palavras simpáticas por esta ocasião.

Dra. Odete, sobre a questão da Escola Tecnológica, eu fico sempre com a sensação de que, no fundo, o que os Senhores gostavam mesmo era que aquele projeto corresse mal, mais do que o amargo e o desagrado porque as coisas não funcionam bem. Nós estamos cá, precisamente, porque as coisas não funcionam bem, porque se as coisas funcionassem bem não precisavam da Câmara nem da Assembleia Municipal para coisa nenhuma.

Mais exigente do que isso é nós podermos contar uns com os outros para fazer melhor aquilo que achamos que é mais adequado para o nosso Concelho.

Não sei se reparou, provavelmente não tem esses dados, mas sempre que os Senhores entendem, mesmo quando às vezes eu faço pedidos, não inibitórios nem castradores de opinião, para que a adesão e confiança daqueles em que temos que suportar o desenvolvimento desse projeto não seja questionado, entre os valores que legitimamente são defendidos pelos Senhores e aquilo que é o prejuízo que pode causar ao projeto, os Senhores sempre defendem ir pelo caminho que dificulta as coisas. Eu não quero dizer que as coisas não sejam discutidas mas tem que reconhecer que a abordagem e a dimensão mediática que lhe dão, tem prejudicado a nossa Escola.

Não é fácil irmos buscar confiança a empresas, a pais, a alunos, a professores, quando aqueles que julgo, são tão interessados quanto eu e quanto o Município no desenvolvimento desse projeto, sistematicamente entendem que as palavras mais adequadas são as de que é uma



MUNICÍPIO DE POMBAL

falência, e que os resultados não vão correr bem; de que continua tudo mal, porque não se reduzem as despesas; de que há um quadro excessivo de pessoal. As coisas não se mudam de repente, como sabe, e eu também não creio que seja subscrito pelos Senhores um despedimento colectivo, por causa desses valores, porque eu tive a preocupação e tivemos ocasião de o discutir aqui, de tentar perceber de todos nós que aqui estamos, com responsabilidades acrescidas na condução deste Município, qual era o sentimento geral de todos.

Eu julgo que não me enganei quando senti e ouvi que nenhuma das pessoas que fazem parte dos órgãos, nem do Executivo nem da Assembleia Municipal, subscreve acabar com a Escola. Podem existir critérios e caminhos diferentes para discutir como é que vamos melhorar a prestação, mas nunca senti que algum responsável deste Município, do poder executivo ou deliberativo, pusesse como primeira solução para resolução do problema, encerrar a Escola.

Portanto, tudo aquilo que sejam factores que afastem as intenções, e as intenções são de abrir o capital às empresas, e eu julgo que isto é não só útil, como é necessário, porque como sabe, se o capital social da Escola for mais de 50% tutelado pelo poder público, a Escola fica impedida de poder receber apoios do Estado e Comunitários.

Portanto, este não é caminho, significa que nós tínhamos que decidir se deveríamos optar, e era um caminho também bastante legítimo, pela construção de um edifício, uma escola, um projeto, em que iríamos convidar Associações que, com toda a sua respeitabilidade, tradição e conhecimento, trariam com certeza alguma mais valia ao nosso projeto, mas que eu questiono se, de facto, era isso que verdadeiramente podia pôr a Escola num patamar, num nível de expectativa, de resultados e de prestação, francamente ao nível das nossas empresas e, portanto, aquilo que nós construímos foi uma solução para procurar quais as empresas, convidando-as, conhecendo os seus interesses e percebendo como é que as empresas querem aproveitar estes recursos humanos, mas também pondo à sua consideração o nosso plano estratégico, as contas que a Escola apresenta e as expectativas de recuperarmos, para que as Empresas decidam, em consciência, sem pressões e com tempo, a subscrição de capital social da nossa Escola. Nunca ouvi ninguém apresentar proposta diferente desta.

Eu sei que há outra que, se calhar, para quem quisesse esforçar-se tanto, também podia dar resultado, era transferir dinheiro para Associações que depois subscreviam capital da Escola. Eu não acho que isso seja bom caminho e, portanto, como não é bom caminho, nós temos que encontrar outros bons caminhos, e também não estamos em tempo de ir pedir às empresas subscrição de capital de 50, 70, 100 mil euros.

Também não me parece que estejamos em tempo de tratar as empresas de maneira diferente, porque como todos nós acabamos por reconhecer, a participação das empresas num projeto com estas características é tudo menos financeira, e se é tudo menos financeira, nós temos que apresentar detalhadamente este projeto, mostrar porque é que acreditamos nele e deixá-lo também à sua apreciação, ao seu critério e à sua decisão.

Isto não se faz de repente e eu optei por fazê-lo empresa a empresa, uma a uma, explicando a todos os titulares do capital, a todos os acionistas, aos donos, aos gerentes, aos administradores, o que é que queremos fazer, como é que achamos que podemos aproveitar a participação das empresas e como é que as empresas podem aproveitar o trabalho junto da Escola. Temos feito este trabalho muitas vezes, aliás, se leu a informação do Presidente da Câmara, encontrou desde o dia 26 de setembro até à data do dia 5 ou 6 de dezembro, o número de empresas com quem contactei e o que se tem produzido.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Portanto, quando estamos a trabalhar desta forma e sem prejuízo do realismo dos números, porque não é isso que eu quero aqui evitar discutir, temos que tentar perceber outra coisa que é importante que é a oportunidade.

Eu não quero que ninguém subscreva capital da Escola, enganado, mas tem que reconhecer que se torna um processo um bocadinho mais difícil, quando aqueles que serão, com certeza também, os primeiros interessados, porque sabem que no final, se a conta tiver que ser paga é do erário municipal que os fundos virão, e é da utilização dos recursos públicos que nós temos que gerir, que essas dívidas terão que ser pagas e que, os funcionários que tiverem que ser demitidos terão que ser indemnizados, que nós deitamos para trás das costas um projeto que já fez 25 anos e que levou Pombal a níveis de ensino profissional de carácter nacional.

Eu não acho que esse seja o caminho e portanto acho que nós devemos seguir outro. Evidentemente, quando se apresenta um Plano Estratégico que tem uma data, não é propriamente rigoroso estar a fazer, seis ou sete meses depois, uma apreciação questionando a validade de um Plano Estratégico que está datado de maio, a não ser que queira que haja uma atualização em dezembro, que haja aqui uma atualização sucessiva dessas programações.

Que era verdade que as indicações que tínhamos, formais, indicavam que os CAP's funcionavam neste ano, é verdade; que essa matéria nos ultrapassa, é verdade; mas também, deixe-me dizer-lhe, da maneira que nós não podemos inscrever proveitos por força do serviço que prestamos, também não vamos inscrever todas as despesas que estavam previstas e, portanto, não podemos diretamente concluir que, por força disso, vamos ter um resultado tão negativo.

Agora, não fique à espera, nem ninguém fique à espera, que a situação que temos seja recuperada num ano, porque isso não é possível. Depois também não posso subscrever que seja tão pessimista ao ponto de não conceber a possibilidade de podermos ter mais turmas, até porque este ano já tivemos mais turmas.

É a circunstância da escola ser bastante mais atractiva fora do nosso Concelho do que no nosso Concelho, e eu não afasto essa circunstância, sabe porquê? Declarações mediáticas com efeitos especialmente na nossa Cidade e no nosso Concelho, que denigrem a boa imagem da Escola, e portanto, isto não pode ser positivo, porque se eu andar constantemente a ler nos jornais, que os respeitosos Deputados "A" e "B" continuam a dizer mal da Escola, a dizer que este é um projeto falido, eu não acredito no projeto.

Se os Senhores acham que isto é caminho para fazer política, caminho para arranjar soluções, caminho para aumentar o estatuto da Escola, porque é o caminho mais fácil, continuem, mas não têm que ficar desgostosos de haver pessoas que pensam de maneira diferente, num projeto sério, num projeto honesto, num projeto debatido por muitos.

Eu tenho a certeza, que a partir do momento em que o capital social da escola seja subscrito por particulares, o seu discurso continua a ser esse, mas vai olhar para a participação dos acionistas privados, vai respeitá-los e vai sentir algum pudor em fazer comentários com esta dimensão, e porquê? Porque nessa altura a Escola deixa de ser arena político-partidária.

Portanto, esta é uma boa medida por estas razões todas e eu acho que os Senhores, sem prejuízo de uma apreensão racional que eu também partilho, possam ser espetadores atentos, mas que não prejudiquem o trabalho que está a ser desenvolvido.

Enquanto decorria o processo de inscrições nas Escolas e saíram publicações, em junho, relativamente a posições políticas que foram aqui tomadas, sabem o que é que aconteceu ao número de procuras de alunos da Escola? Desceu. Eu pergunto se isto tem alguma coisa a ver com a outra? Eu julgo que tem. Partindo do pressuposto que os Senhores não têm conhecimento disto, porque é uma informação interna, não é propriamente pública, não tenham dúvidas do



MUNICÍPIO DE POMBAL

seguinte: A imagem que a Escola tem, a credibilidade e a confiança que nós queremos que ela tenha, resulta muito do trabalho que se faz lá dentro, mas também resulta muito da forma com que nós olhamos e como partilhamos, com todos, aquilo que são as nossas expetativas.

No dia em que nós acharmos que os projetos em que estamos envolvidos não são bons, e quando eu digo que estamos envolvidos, é a participação acionista da Câmara - hoje vamos aqui discutir também, quando chegarmos ao PPI, se vamos ou não ao capital social com as participações sociais que estão propostas no nosso Plano e no nosso Orçamento -, se nós que somos sócios e que temos uma posição importante dentro da Escola, entendemos que os projectos não têm sucesso, de que maneira é que vamos conseguir captar o interesse, o entusiasmo e a adesão dos outros? Eu acho muito difícil e, portanto, tenho a obrigação de lhe prestar esta informação. Para além disso quero-lhe dizer também sobre outras preocupações que apresentou, que só no ano de 2014, nas rescisões e nas negociações de contratos a prazo, reduziram-se 66.730,00 €, em negociação de contratos de fornecimento de bens e serviços, reduziram-se 43.678,00 € e nos prestadores externos, com a otimização das coordenações de curso, reduziram-se 21.095,00 €.

Quero-lhe dizer também, sobre a falência técnica, o seguinte:

Quando o passivo é superior ao ativo e a instituição não apresenta condições para cumprir as suas obrigações, estamos perante uma falência técnica. Nós temos o ativo, temos o passivo e temos a capacidade para poder cumprir as obrigações. É diverso, como sabe, do que decorre da situação primeira, que é o que está inscrito no Artigo 35.º do Código das Sociedades Comerciais, é matéria que está relacionada com a perda de metade do capital social da empresa, que ocorre quando o capital próprio da Sociedade for igual ou inferior a metade do capital Social.

Nós podemos ver isto numa lógica de tesouraria, ou numa lógica de longo prazo, e não pode esperar que seja o aumento de capital imediato, ou no primeiro trimestre de 2015, que resolve imediatamente esta situação, primeiro porque metade do país já estava fechado há muito tempo.

Sem que isso possa ser conforto para alguém, todos aqui na sala percebemos que estas situações acontecem, temos é que perceber e criar condições para sentir se este é um processo condenatório ou se é um processo que teremos que passar sem prejuízo de o podermos retomar. É isto que nós estamos a tentar fazer, mas precisamos da ajuda de todos, a não ser que se pretenda que a escola tenha um caminho diferente.

Sobre o IC2, queria adiantar-lhe que, de facto, eu tive já reuniões com o Presidente Raul Castro, da Câmara de Leiria. Este é um projeto em que se mantém a concordância entre os dois Municípios relativamente a um trabalho conjunto. O Senhor Presidente da Câmara de Leiria ficou de agendar, com o Senhor Secretário de Estado dos Transportes, uma reunião para discutirmos este assunto e, à semelhança do que tem acontecido nos locais onde tem havido intervenções com estas características, os termos que eu conheço como têm sido financiadas estas operações são essencialmente a prorrogação do prazo da concessão entre o Estado Português e a concessionária das auto-estradas, em que há uma avaliação das obras, há um estudo de viabilidade económica e financeira e isso é traduzido numa prorrogação da concessão, sem que isso, necessariamente, signifique um aumento da despesa pública. Seja através do Estado, seja através das Autarquias.

Não faço ideia se esta matéria continua na disposição e no entendimento do Governo, mas espero que tenhamos sucesso neste assunto, porque vimos, até há bem pouco tempo, situações que, se calhar, sob o ponto de vista rodoviário, serão muito menos interessantes, a funcionar, e ali creio que seria uma aposta ganha.

Sobre outras intervenções, nós temos para a semana uma reunião com as Estradas de Portugal, precisamente para, espero, ultrapassar os problemas que se prendem com os pareceres



MUNICÍPIO DE POMBAL

definitivos do acesso à Zona Industrial das Meirinhas pelo IC2, mas também com a rotunda à saída norte da nossa Cidade e, em consequência, também discutir, sob o ponto do vista financeiro, como é que estas obras podem ser executadas.

Dra. Ofélia, agradeço-lhe as suas palavras de felicitação. Também faço aqui uma exortação aos Senhores Deputados, que me acompanhem e que façam um esforço para darem o vosso contributo, e principalmente, agradecer as suas palavras simpáticas sobre o cuidado que notou na preparação desta época festiva. Eu aqui quero sublinhar, principalmente, a participação de muitas das instituições que sublinhou, mas também dos comerciantes e dos habitantes, e nós sentimos que há condições para fazer um trabalho de proximidade com os cidadãos.

Eu hoje, de manhã, recebia uma Muniçipe da nossa Cidade que me dizia: «Eu gosto muito, agora, de mostrar a nossa Cidade aos meus amigos e gosto muito de lhes mandar fotografias e eles perguntarem: como é que vocês têm estas coisas tão bonitas?» Portanto, acho que para este orgulho, esta vontade, este desejo, nós todos podemos contribuir, de uma forma bastante participada.

Foi essa forma participada que permitiu que o filme que foi desenvolvido fosse premiado, mas muito deste entusiasmo resulta também da participação dos funcionários do Município, que se empenham bastante, não só durante o período de trabalho mas também, por vezes, fora dele, para darem os seus contributos e participarem na elaboração desta decoração e das actividades de animação. Para vocês terem uma ideia, a animação que hoje é desenvolvida pelo boneco de neve e pela rena, é feita com funcionários da Câmara.

Sobre o possível retorno económico dos investimentos, nós já tivemos 17.000 visitas no nosso Castelo e temos um aumento de 30% do número de visitas nos nossos Museus, que já passaram os 10.000 e, nas conversas que vamos tendo, e não temos aqui um aferidor formal desses impactos económicos, mas sentimos, da parte dos comerciantes uma adesão e um entusiasmo com estas intervenções, que passa também, muitas vezes, pela própria participação em muitas delas.

Sobre o Índice de Transparência Municipal, nós apresentámos um plano que terá já implementação de 10 medidas, até ao dia 31 de dezembro, depois terá mais quinze medidas, até ao dia 30 de junho de 2015 e as restantes sete, até 31 de dezembro de 2015.

Há planos e avaliações que têm que ser preparados e, portanto, são mais demoradas sob o ponto de vista do tempo, e aquelas que são mais imediatamente exequíveis serão implantadas e serão apresentadas até 31 de dezembro.

- *A publicação da declaração patrimonial dos membros do Executivo;*
- *A publicação do registo de interesses dos membros do Executivo;*
- *A publicação do abono de despesas de representação dos membros do Executivo;*
- *A publicação da lista dos membros dos Gabinetes da Presidência e dos Vereadores em regime de permanência e respectivas remunerações;*
- *A publicação de uma lista de trabalhadores autorizados a acumular funções públicas e privadas, incluindo o prazo e entidades;*
- *Informação geral sobre os diferentes Órgãos Autárquicos e suas funções;*
- *A publicação do Código de Ética ou de Conduta do Município;*
- *A publicação do Relatório de Observância do Direito de Oposição;*
- *A publicação do relatório, com informação sobre o volume e tipo de reclamações e, ou, sugestões, por unidade e serviço; e*
- *A publicação do Relatório do Estado do Ordenamento do Território.*



MUNICÍPIO DE POMBAL

Depois temos outras. Nós incidimos sobre cinco áreas principais.

- *Informação sobre Organização, composição social e funcionamento do Município, que tem 18 medidas;*
- *Treze medidas sobre planos e planeamento;*
- *Cinco medidas sobre impostos, taxas, tarifas, preços e regulamentos;*
- *Dez medidas sobre contratação pública; e*
- *Dez medidas sobre transparência na área do urbanismo.*

Senhor Deputado Victor Gomes, sobre a ampliação da rede de Pombus, nós esperamos poder começar a desenvolver o projeto no primeiro trimestre de 2015.

Não lhe vou adiantar aqui percursos nem territórios, mas, evidentemente que há aqui um processo que é facilmente compreensível. Nós temos que ampliar a rede nos territórios que são já hoje servidos, nomeadamente, os territórios que têm uma carência de transportes mas também uma carga e uma densidade demográfica que mais se adequa ao projeto que estamos a desenvolver e, portanto, espero, no primeiro trimestre, termos condições para começarmos a implementar, até porque vamos ter que fazer já uma adaptação de um carro, que não é um daqueles carros típicos do Pombus, para poder também ser integrado na rede de transportes.

Sobre a substituição dos dissuasores, como sabe nós fizemos a substituição de alguns e vamos continuar a fazer, nomeadamente, naqueles percursos onde se verifica que eles são problemáticos para a circulação dos peões.

Senhor deputado Jorge Cordeiro, agradeço as palavras, o apoio e a confiança, relativamente às palavras que dirigiu sobre os vários investimentos municipais apresentados.

Senhor Deputado Jorge Neves, de facto, se calhar valeria a pena ter conversado com a Associação de Melhoramentos da Cartaria, para conhecer os detalhes de tudo isto. Às vezes as informações não são propriamente as mais corretas.

Sobre a indisponibilidade da funcionária, esse pedido foi feito com uma semana de antecedência, estamos a falar de um jogo ao domingo, e portanto, são situações que, por regra, não se verificam nos Pavilhões Desportivos fora da Cidade de Pombal, e foi apresentada proposta para o jogo ser realizado em Pombal. Em alternativa, a Associação entendeu jogar fora. Isso foi um direito que lhe assistiu, mas deixe-me dizer-lhe que não podemos confundir a árvore com a floresta, e pôr em causa toda a rede política de apoio ao Desporto, por causa de um incidente com estas características.

Não deixo de pedir aqui algum rigor e, como sabe, nem sequer precisa que a Assembleia Municipal reúna, para colocar esse tipo de questão, aliás, dirijo-lhe este apelo a si e a todos os Senhores Deputados, sempre que, por qualquer via haja uma informação com estas características, de dificuldade, de eventual má vontade, ou de falta de colaboração, que dirijam imediatamente ao Vereador ou ao Presidente da Câmara essa orientação para serem rapidamente esclarecidos, informados e poderem, inclusivamente ajudar-nos a ultrapassar a situação ou a explicá-la melhor.

Sobre o Parque Radical novo, o equipamento que estava junto ao Campo de Jogos está ao lado do Pavilhão das Actividades Económicas e, portanto, ele está igualmente fruível, e aqueles que estavam junto ao Rio, no lado lateral do Campo Sintético, continuam lá, portanto, não sei a que é que se refere.

Sobre o novo Parque, nós temos, de facto, intenção de o desenvolver, porque estes Parques, às vezes, não convivem bem com zonas residenciais, são um pouco barulhentos e incomodativos, e estamos a estudar a possibilidade de o fazer junto ao Açude.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Sobre a posição da municipalização da Saúde e da Educação, nós já temos aqui várias manifestações públicas de como é que o Município vê esta cooperação com os outros níveis. Não é por acaso que estamos a ser os donos da obra do Centro de Saúde de Pombal, não é por acaso que estamos a ser os donos da obra do Centro de Saúde da Guia, não é por acaso que, na parte da primeira infância estamos - e eu já tive oportunidade de falar com o Senhor Secretário de Estado do Ensino Básico -, a discutir em que termos é que a Escola da Guia poderá ser integrada num estabelecimento de ensino que tenha todos os níveis, aproveitando bastante os vários recursos partilhados, as bibliotecas, as novas tecnologias, a zona de refeições, a vigilância, os pavilhões gimnodesportivos. É uma negociação mas vai depender muito das contrapartidas e das condições que nos sejam impostas por parte da Administração, portanto, há uma abertura para fazer esta discussão, não podemos é estar a assumir compromissos que possam comprometer a saúde financeira da Câmara, até porque sabemos que, e não é por ser este ou outro Governo, por norma, o rigor com que é cumprido um conjunto de obrigações que são protocoladas em determinados termos, tende a desvanecer com o tempo, normalmente, com prejuízo para o Município.

Senhor Presidente da Junta de Freguesia da Redinha, sobre a falta de cuidados de saúde primários, nós acompanhamos a Freguesia nesta preocupação, mas sentimos que, de facto, não existe uma grande capacidade de resposta por parte da ARS e isso é um prejuízo grande, aliás, que se esperava, atendendo ao número de anos de serviços que muitos dos médicos que exercem no Concelho de Pombal, têm, que os anos de 2014, 2015, 2016 e 2017 sejam particularmente críticos, atendendo à saída de médicos que conhecemos há muitos anos, que estão no nosso território, e a entrada de outros e perceber de que maneira é que estas substituições poderão ser ocupadas, portanto, conte com a Câmara Municipal para o acompanhar nesse esforço e nessa preocupação.

Senhor Deputado António Roque, tinha pedido esclarecimentos sobre as questões turísticas, deixe-me dizer-lhe, primeiro que tudo, que nós temos que respeitar o Plano de Ordenamento da Orla Costeira, que se espera que tenha algum desenvolvimento, em 2015.

É através do Plano de Ordenamento da Orla Costeira que podemos discutir a dimensão do apoio de praia que a nossa praia tem, mas também a criação da nova praia.

Não quero deixar de responder, também, a outra questão. Sobre o Conselho Geral Transitório, não falta apenas a Câmara, faltam também os pais tomar posse, e eu reitero aquilo que já tive ocasião de dizer aos Senhores Deputados: não me parece que o Município de Pombal, como qualquer outra Instituição, havendo processos que são importantes para a constituição do Conselho Geral, deva fazer de conta que eles decorreram com normalidade, porque manifestamente, eles não decorreram com normalidade.

Eu recebi, no dia seguinte à tomada de posse, uma comunicação, por insistência minha, junto da DGEST para tentar perceber, na sequência da comunicação que tinha remetido para a Direcção Regional, de que maneira é que entendia a DGEST ser possível haver a apresentação de uma lista por um conjunto de pais, que não eram representativos da Associação, como estabelece a Lei e, sendo admissível que existisse um Regulamento Eleitoral que previsse essa circunstância, sendo esse Regulamento Eleitoral aprovado e participado, como era obrigatório ser, e onde, entre outras coisas, também estivesse inscrita de que maneira é que se faria a representação dos eleitos, se era por maioria simples, se era pelo método de Hondt, ou por qualquer outro método, e a Senhora Diretora, através de uma comunicação que tem data de entrada nos serviços de 10 de dezembro de 2014 e foi expedida no dia 4 do mesmo mês, diz no ponto 3 que é o mais importante:



MUNICÍPIO DE POMBAL

«3. De salientar que, tal como determina o n.º 3 do Art.º 14.º do DL n.º 75/2008, de 22.04, os representantes dos Pais e Encarregados de Educação são eleitos em Assembleia Geral de Pais e Encarregados de Educação do Agrupamento de Escolas, sob proposta das respectivas organizações representativas, sem prejuízo, contudo, de serem apresentadas outras metodologias que a Assembleia Geral de Pais e Encarregados de Educação entenda, tal, aliás, como no presente caso parece ter acontecido.»

Eu confesso que neste longo período que já decorreu, nunca ninguém me apresentou o Regulamento Eleitoral, nunca ninguém me apresentou a ata desse Regulamento Eleitoral, aliás, as pessoas disseram que a afixaram, começaram por assinar esse documento e depois acabaram por dizer que, afinal, não valia.

Há uma coisa em que nós temos que ter algum rigor, não vamos branquear processos que são opacos, não vamos emprestar a respeitabilidade do Município para, teoricamente, a bem de uma causa maior, que não se sabe exactamente qual é, deixar de cumprir aquilo que são normas do Estado de Direito, que não me parece que sejam substituíveis ou renunciáveis.

No dia 3 de outubro, eu sugeri uma reunião com os antigos membros o Conselho Geral e, por unanimidade, os membros presentes entenderam que deveriam recomendar a repetição do processo Eleitoral à Associação de Pais, elaborando um Regulamento Eleitoral, estabelecendo que podem concorrer todos os pais, que é por método de Hondt, etc., aprovam este Regulamento, repetem o ato eleitoral, designam os seus membros e o processo fica clarificado. Isto é que eu acho que é importante resolver, foi e é esta a minha proposta.

Admito a existência de outras opiniões, infelizmente, pedi documentação escrita que possa fundamentar os comportamentos que têm vindo a ser tomados até agora e nunca ma apresentaram. Tenho procurado encontrar essas soluções e, portanto, na medida que elas forem aparecendo eu tenho todo o prazer e disponibilidade para a apresentar aos Senhores Deputados.

Há uma coisa que os Senhores não vão ter da minha parte, que é: eu ao conhecer que há algumas destas matérias, ou todas elas, que são francamente discutíveis e que têm uma legalidade duvidosa, não é porque eu não sou da Associação de Pais, apesar de ser pai de alunos do Agrupamento daquela Escola, que eu, enquanto Presidente de Câmara, devo fazer de conta que as coisas estão bem.

As coisas não estão bem, devem ser corrigidas e esta também é uma obrigação, por isso é que há o formalismo da posse que, para mim e juridicamente, não é assinar um papel.

Quando os Senhores Deputados que aqui estão, tomam posse enquanto Deputados da Assembleia, são os Senhores que são titulares da condição que os leva a ser eleitos e que foi testemunhada pelo Tribunal e que querem tomar posse, e que o Órgão reconhece essa legitimidade, isso é que é a tomada de posse, não é um papel que se assina sem consequência, por isso é que há uma declaração de compromisso, que tem haver também com essa legitimidade. Eu enquanto Presidente da Câmara e o Presidente da Assembleia enquanto Presidente deste órgão, temos o cuidado de chamar quem substitui, empossá-los de direito próprio, perante todos, reconhecendo a legitimidade dos membros.

Nós não devemos aligeirar formalismos, mesmo sabendo que estamos num Município onde, alguns Partidos Políticos começam a partilhar práticas de mortos votarem; de pessoas que não estão no País, aparecerem com votos expressos em urnas; o que não é saudável para a democracia. Estes procedimentos não podem estender-se a outras organizações do nosso Concelho. Nós temos obrigações no processo democrático. Todos temos de estar atentos e de criticar, seja nos Partidos, seja nos Conselhos Gerais, seja nas Freguesias, seja nos Municípios, seja numa Associação Recreativa. Esta é a nossa obrigação enquanto cidadãos e nós não somos



MUNICÍPIO DE POMBAL

maus cidadãos quando olhamos para isto e nos calamos, é muito mais confortável, dá muito menos trabalho e dá muito menos dor de cabeça, mas eu não presto um bom serviço e o Município não presta um bom serviço, quando olha para situações destas e finge que não há problema nenhum. Isso não é correto e não contam comigo para esse tipo de procedimento.”

Michael António, cuja intervenção se transcreve:

“Eu começaria a minha intervenção por sublinhar a intervenção do meu colega Jorge Cordeiro, em tudo o que ele referiu relativamente às obras e aos avultados investimentos recentemente inauguradas. Com muita pena minha não pude participar nessas inaugurações, mas ficam as minhas felicitações ao Município de Pombal.

A minha intervenção tem a ver com outro reconhecimento que foi atribuído Câmara de Pombal e que tem a ver com o Programa ECO XXI, em que a Câmara participa e no qual se inscreve desde o ano zero. É um Concurso organizado pela ABAE – Associação Bandeira Azul da Europa e, no passado dia 19 de Setembro, o Município foi, uma vez mais, reconhecido com esse galardão. Mais do que congratular-me pelo reconhecimento que foi atribuído à Câmara, quero congratular e reconhecer a coragem que a Câmara tem de submeter a um escrutínio, uma avaliação, uma análise, de um júri que é composto por mais de 30 instituições que existem neste País, como: A Agência Portuguesa do Ambiente, todas as CCDR's, Instituto de Conservação da Natureza e Florestas, muitas entidades docentes, fiscalizadoras, etc..

Muito resumidamente o que este programa avalia e reconhece são 21 diferentes indicadores dos Municípios, que atestam quais as políticas e as acções de sustentabilidade que são lançadas por esses Municípios. A tal coragem de que eu falei, tem a ver com o facto de existirem 308 Municípios e apenas 33 se candidatarem a este Galardão.

Terminar, dizendo que o Município de Pombal ficou classificado no grupo dos três primeiros Municípios com índices de valor igual ou superior a 80%. Eu, que tive a oportunidade de participar neste tipo de procedimentos, sei que uma percentagem deste valor, é um feito.

Outro reconhecimento que o Município recebeu em 28 de novembro, em Lisboa, foi o 2.º lugar, no concurso Práticas Sustentáveis do Programa Bandeira Azul 2014, uma vez mais dirigido pela Associação Bandeira Azul da Europa. Foi na categoria de vídeo e o Município de Pombal viu assim reconhecido o seu esforço. Os parabéns e as felicitações ficam, não só, para o seu Executivo, para todos os dirigentes, para todos os funcionários, mas sobretudo para todos os pombalenses.

Antes de terminar, eu não queria deixar de fazer aqui um pequeno parêntesis, relativamente a uma carta que foi distribuída a todos os deputados municipais, a pedido do Senhor Presidente da Junta da Freguesia da Guia, Ilha e Mata Mourisca, para dizer o seguinte:

Sem de forma alguma querer fazer aquilo que o Senhor Presidente da Câmara afirmou há pouco, que é dar calor à sala, mas uma vez que eu votei o PDM, ainda este ano, aqui numa Assembleia, e também participei na sua revisão, em que tive, inclusive, responsabilidades, eu não podia deixar de fazer uma breve intervenção para dizer o seguinte:

Respeitando, obviamente, aquilo que é a sensibilidade das populações da Freguesia e respeitando em absoluto a opinião da Junta de Freguesia, que eu muito prezo, dizer que tecnicamente, e no que diz respeito ao PDM, tão só, a situação foi devidamente avaliada, ponderada, e tudo isto em termos técnicos. Passou no crivo de 28 entidades diferentes, a ARS, a Agência Portuguesa do Ambiente, a ARH, a Direção Regional da Agricultura, da Direção Geral do Território, etc.. A Revisão foi ponderada ao longo de quatro anos, foi muito bem pensada e, portanto, tecnicamente, a solução não tinha nada a apontar, passo a expressão.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Só para prestar alguma informação do conhecimento que eu tenho, o que se procurou ali fazer foi compatibilizar usos de solo que já vinham sendo praticados há mais de 20 anos. As duas unidades já existiam há mais de 20 anos, devidamente licenciadas, do que eu sei não há registo ou histórico de qualquer reclamação, de picardia ou de incompatibilidade de uso ali, no local, tanto quer o reclamante também viu o seu solo passar de rural para urbano, portanto as suas reclamações também foram atendidas pelo Município, e eu quero aqui lembrar o seguinte: Neste caso era por causa de uma unidade avícola, mas o próprio reclamante pretendia que os seus terrenos passassem todos para zona industrial. Obviamente que eu percebo o fenómeno, mais uma vez digo que respeito a opinião de todos e percebo que seja preferível não ter uma unidade avícola próxima de um hotel num raio de cerca de 500m. Há outras localizações muito mais acertadas, o que é certo é que as duas unidades já existiam e há que compatibilizar este uso de solos, com coisas que já existam. O fenómeno é estudado, inclusive, a nível Europeu.

Há aquela expressão que são dois acrónimos: “LULU’s – Locally unwanted land use” e “NIMBY’s –Not in my back yard”, traduzindo, uso local do solo não desejado; e, não no meu quintal), longe está tudo bem, no meu quintal não, mas estes são fenómenos perfeitamente atendíveis e razoáveis por parte das pessoas.

Uma vez mais, para terminar, dizer que respeito a opinião de todos, lamento é que tendo lido na carta que o principal gestor, ou proprietário da empresa tenha dito que vai procurar terrenos fora da freguesia, espero que não o faça fora de Pombal e que mantenha cá o investimento.”

Edite Olaio, que fez a intervenção abaixo:

“Aproveito para desejar um feliz Natal para todos e respectiva família.

A minha intervenção tem como objectivo saber como está a situação relativamente ao Programa EPIS, dado que já correram alguns meses após a sua implementação.

Assim, solicito ao Senhor Presidente da Câmara que nos informe do seguinte:

Que diligências já foram efectuadas?

Quantas crianças foram envolvidas?

Quantos mediadores estão também envolvidos?

Quanto se prevê gastar neste Programa?

Estas são as informações que a Bancada do Partido Socialista pretende saber.

Senhor Presidente, há uns meses atrás elegemos, nesta Assembleia, três elementos que fazem parte da CPCJ de Pombal. O que acontece é que, nesta última reunião que nós tivemos, da Comissão alargada, verificou-se que estes elementos, quando pretendem faltar, não têm quem os substitua. O que ficou assente nessa reunião, é se algum de nós trazia à Assembleia a proposta para numa próxima sessão, propor a eleição de mais três elementos, dois do PSD e um do PS, para substituição dos membros efetivos, quando necessário.

Por último, eu não vou acabar a minha intervenção, sem dirigir duas palavras ao Senhor Presidente, e que são o seguinte:

Em qualquer altura que a Bancada do Partido Socialista lhe solicita alguma informação, eu noto que o Senhor Presidente demonstra alguma irritabilidade, mas eu gostaria de lhe dizer que nós estamos aqui também para informar o povo que nos elegeram, de modo que, tal como o senhor Presidente diz, nós somos atentos e somos interessados, por isso gostamos de lhe colocar questões, questões essas que nós gostamos sempre que responda, infelizmente, nem sempre o faz. Ou não responde, ou diz que o vai fazer por escrito, o que é facto é que, muitas vezes, o “por escrito” não nos chega.

Solicito que, quando esta Bancada lhe solicita alguma informação, ou aqui, ou por escrito, não temos qualquer objecção a que responda por escrito, mas que o faça, porque quando temos



MUNICÍPIO DE POMBAL

dúvidas gostamos de as ver esclarecidas e não queira o Senhor Presidente que a Bancada do Partido Socialista entre aqui muda e saia calada, não é esse o nosso papel. Muito me custa assistir a este tipo, até de insinuações, que não são apropriadas a esta Assembleia, gostaria mais de o ver utilizar o seu tempo a responder às nossas questões.

Agradeço o presente que tenho aqui à minha frente.”

Manuel Marques, que fez a intervenção abaixo:

“Em primeiro lugar gostaria de desejar a todos um feliz Natal e que o próximo ano seja de muita saúde e que os objectivos de todos se consigam concluir, pelo menos em parte.

Passado pouco mais de um ano de mandato, cabe-me, hoje, dizer algo que me vai na alma e que, de alguma forma, tendo em conta aquilo a que nos propusemos, a nível de projectos, fazer em prol da Freguesia, a perspectiva de fazermos algo pelas nossas gentes, é sempre alta.

Cabe-me dizer que estou satisfeito por algumas obras se terem concretizado, mais propriamente, um dos objectivos, que era a abertura das piscinas do Instituto D. João V, uma obra que estava ao serviço de todos os cidadãos, dos alunos das escolas e que, sem dúvida, notava-se a falta que fazia para o desporto e para a saúde. Hoje, depois da assinatura do Protocolo entre a Câmara Municipal e o Instituto, depois de um esforço acordado, deixo os meus agradecimentos, porque finalmente o Louriçal conseguiu ter a obra que já tinha, mas deixou de funcionar e, felizmente, conseguimos recuperá-la. Esperamos que seja por muitos e bons anos.

O Louriçal, que era, na altura, a 2.ª maior freguesia, tendo deixado de o ser devido à agregação, continua a ser uma Freguesia com muitas crianças. Neste aspeto, temos necessidade há alguns anos, de conseguir um espaço mais abrangente, ou seja um Centro Escolar, o qual se dizia não ser possível concretizar porque os preços dos terrenos eram elevados, e, segundo informações que me chegaram, eram realmente altos. Conseguimos, ao longo do ano, entre mim, o proprietário e o Senhor Presidente da Câmara, concretizar o objectivo e concretizamos o acordo por menos de 50% do valor que era solicitado ao anterior executivo.

Devo agradecer, aqui, ao proprietário e ao esforço do Senhor Presidente da Câmara, e pedir que, o mais rapidamente possível se possa lançar esta obra, porque 125 crianças, têm bastantes dificuldades em continuar naquela escola, principalmente ao nível do refeitório.

Projetámos algumas obras para estes quatro anos e uma delas é o início das obras do Parque Industrial, esperamos que ele se venha a concluir para conseguirmos mais riqueza e mais emprego para aquela Freguesia e para aquela região.

Quereria deixar aqui um apelo, que o meu colega, Presidente da Junta da Redinha, Carlos Ribeiro, salientou, e que não deixa de ser ainda mais grave no Louriçal que tem, neste momento, 6.000 utentes e que está com um médico e meio ao serviço. Demora dois meses para que um utente tenha uma consulta.

Sei que não é uma responsabilidade da Câmara, nós próprios, Junta de Freguesia, já estivemos em Leiria, numa reunião, foi-nos dito que algo iria ser melhorado, mas na verdade, ainda sentimos essa necessidade.

Quereria deixar aqui este apelo, no sentido de conseguirmos ultrapassar estas lacunas, que faz tanta falta para melhorar a saúde das populações.

Desde já agradecer a todos quantos têm, neste Órgão, colaborado. Para mim, depois de um ano de experiência como autarca, congratulo-me por mais um conhecimento de causa e, acima de tudo, queria salientar a preocupação, a nível social, que tenho estado a acompanhar e que, nos próximos tempos, irei contactar a Câmara de forma a poderoso ajudar famílias extremamente carenciadas, muitas delas escondidas.”

Fernando Matias, que fez a seguinte intervenção:



MUNICÍPIO DE POMBAL

“Endereço a todos os votos de umas boas festas.

A primeira nota que gostaria de partilhar convosco, é o significativo investimento feito no sintético de Almagreira, que rondou os 110.000 euros, inclusivamente, perdemos o último lado do nosso Concelho, mas recebemos, em contrapartida, um belíssimo equipamento que vem premiar o esforço, ao longo dos anos, da ACDRA e, inclusive, o esforço que eles têm tido ao longo dos anos para, digamos, catalisar a presença de inúmeros atletas, contando atualmente com cerca de 100 e dando um contributo expressivo ao Desporto Escolar.

Também gostaria de deixar aqui uma nota sobre o avançar da obra do Centro Escolar de Almagreira, e deixar também os meus votos de grande regozijo pela Câmara manter o investimento sucessivo e alarga-lo a todas as Freguesias.

Por vezes fico um pouco espantado, porque parece que há aqui política, a nível das Freguesias, em que há pessoas que, por questões de gestão local, não se revêem muito nestes projectos. Eu subscrevo-os e fico bastante feliz por saber que todos vocês os subscrevem e com a celeridade possível a um investimento público.

Em termos de saúde, também gostava de referir, a preocupação que tem o Município. Em Almagreira a disponibilidade do Município pagar a fixação de um médico, aliás, é público que o Município não se põe ao lado mas a favor das pessoas.

Por último, deixar aqui uma nota sobre a celeridade com que foi conduzida a requalificação da Ponte dos Reis. A celeridade, a objectividade e, digamos, a eficácia, em termos de captar investimento externo, sabemos que foi célere, que desenvolveu o projeto de forma sustentada e que esse projeto vai ser apoiado, em cerca de 85%, por fundos Estatais.

Muito obrigado, muito Bom Ano, continuem com essa força.”

Manuel Serra, que fez a intervenção abaixo:

“Começo por agradecer ao Senhor Deputado Henrique Falcão, as felicitações a propósito do que se conseguiu, na Guia, sobre a Lusiaves, considero que essas felicitações se dirigem ao Município e não à minha pessoa.

Também sobre as informações que foram dadas sobre este assunto, pelo ex-Vereador Michael António, considero que ele está a defender a parte técnica que lhe diz respeito. Eu julgo que em todas as entidades que se pronunciaram, esqueceram-se, com certeza, de avaliar o efeito que isso teria nas populações, tanto mais que a realidade se impôs e, portanto, foi o próprio promotor que desistiu de fazer as coisas, pela adversidade que encontrou e iria encontrar futuramente, caso insistisse nessa matéria.

Relativamente às iluminações de Pombal, também me revejo na sua qualidade e no seu brilhantismo, e apenas, à semelhança do que já fiz, na última Assembleia, acho que o Município muito teria a ganhar se pensasse, futuramente, em estender este tipo de iluminações às Freguesias, podendo fazê-lo em colaboração com as Juntas de Freguesia.

O período natalício em que nos encontramos, normalmente incentivador de consensos e boas vontades, trouxe-nos já uma prenda que há muito desejávamos e que pelos vistos éramos merecedores.

No n/ comunicado de 06-12-2014, que solicitámos ao Sr. Presidente da Assembleia que fosse distribuído pelos colegas, pode-se aferir a posição colaborante da empresa visada, a menção da conjugação de esforços de todas as partes, empresa, município, JF e partes queixosas particulares e coletivas, bem como a nossa disponibilidade para ajudar a quem teve de desistir do que se propunha, a conseguir alternativa no espaço da nossa freguesia.

Não deixámos de revelar a nossa alegria pela manutenção da área em questão livre de construções e efeitos indesejados para aquela área, sem contudo entrarmos em festividades



MUNICÍPIO DE POMBAL

vitoriosas porque de fato não temos nenhum gosto em dificultar os investimentos que empresas cheias de mérito nacional necessitam de fazer para a sua evolução que todos desejamos a bem da economia nacional.

Contudo, não nos sendo possível valorizar mais este último desejo do que os efeitos prejudiciais que a edificação projetada naquele local causaria a outrem, não tivemos dúvidas em trilhar a diplomacia política que temos direito e obrigação de pôr em prática quando estão em causa valores que aqueles que votaram em nós esperam que defendamos.

Não deixamos ainda de dar nota que da ampliação já edificada existem ainda efeitos que não sendo devidamente acautelados não param os protestos dos visados, conforme aliás é notório no parecer positivo condicionado que sobre os mesmos a Junta de Freguesia emitiu.

No mesmo sentido demos já o nosso parecer negativo à atribuição de concessão mineira requerida pela firma José Aldeia Lagoa & F^{os}, SA, à Direção Geral de Energia e Geologia, e publicado no respetivo Aviso n^o 12.031/2014, no Diário da República, 2^a Série, de em 28 de Outubro de 2014.

De fato o tabuleiro de xadrez mineiro, desenhado ao longo dos anos pelas diversas concessões solicitadas, felizmente nem todas atribuídas, mas devidamente marcadas em carta conjunta que dispomos, até à data tudo situado a oeste da Linha de Caminhos de Ferro do Oeste, já nos colocavam imensas preocupações, e todas elas têm tido ao longo dos anos acompanhamento aturado da JF que não tem deixado de utilizar todas as ferramentas legais para contrariar tantas pretensões.

Não era ainda suficiente o território prospetado eis que em alegoria xadrezística assistimos à tentativa de expansão do mesmo, para que os saltos dos cavalo se alcancem mais casas, que as bispais diagonais fiquem mais longas e de forma a que os peões do jogo possam instalar mais longe as suas torres aonde o poderio da rainha e do rei verão os seus domínios de conquista aumentados.

Pergunta-se: quem ganha neste jogo? Talvez o rei, a rainha e mais uns pares. Quem perde no mesmo jogo? Seguramente aqueles que além de nunca jogarem o jogo, de nada dele beneficiarem durante a sua existência, no final ficam com os despojos exauridos e irrecuperáveis da riqueza exportada que nada construiu localmente, conforme se infere das experiências reais que neste momento vivemos.

Por estes motivos aqui deixamos também nota de que na nossa freguesia a população tem manifestado o seu desagrado pela pretensão desta empresa, acusando inclusivamente a Junta de Freguesia de nada fazer, o que nos obrigou a dar conhecimento público do nosso parecer negativo a essa concessão agora em 06 de Novembro de 2014 tal qual já havíamos feito em 09 de Setembro de 2007 quando o mesmo pedido se referia somente a Pedido de Prospecção.

Por isso exortamos o município, Senhor Presidente, a acompanhar este assunto com o empenho que ele merece e se possível emitir parecer negativo de forma a vermos mais respeitada a ecologia e orografia do nosso território.”

Nesta altura o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara** que usou da palavra para prestar os seguintes esclarecimentos:

“Agradeço as palavras do Senhor Ex-Vereador, agora Deputado, Michael António.

Senhora Deputada Edite Olaio, garanto que ainda não me viu irritado. Quando me vir assim, vai perceber nitidamente que eu estarei irritado e eu não procuro irritar-me consigo, fique descansada.

Agradecia que me indicasse que perguntas é que eu não respondi, porque, se for ver a ata da última Assembleia, que tem 140 páginas, vai encontrar muita prosa do Presidente da Câmara e



MUNICÍPIO DE POMBAL

não é para “encher chouriços” como se costuma dizer, são respostas aos Senhores Deputados, portanto, eu tenho esse cuidado. Podem chamar-me a atenção de muitas coisas mas não será a mais notável, eu não responder às perguntas que me fazem, aliás, eu julgo que poucas vezes, um Presidente de Câmara respondeu, por escrito, aos Deputados, como eu já tenho feito, neste mandato.

Sobre as perguntas que fez, no Programa EPIS, nesta altura, já temos 599 crianças envolvidas, dos três Agrupamentos de Escolas, 199 em Pombal, 230 na Gualdim Pais e 170 na Guia, temos três mediadores que estão a trabalhar e a Divisão de Educação e Ação Social tem mais três formadoras que acompanham este serviço.

Como está inscrito no nosso PAM e no Orçamento, temos uma previsão orçamental de 15.000 euros para os próximos anos.

Obrigado pelas palavras do Senhor Presidente da Junta de Freguesia do Lourical e uma pequena correcção à intervenção do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Almagreira. O investimento no sintético de Almagreira foi, de facto, 110.000 euros de apoio pecuniário à Associação, mas temos que acrescentar os valores da aquisição do tout-venant e das horas de máquinas e pessoal, portanto, são valores superiores a 140.000 euros.

De facto, apreciar as suas palavras sobre a celeridade do projeto e financiamento da Ponte dos Reis. De Março até agora conseguimos executar o projeto, aprová-lo, receber parecer favorável da APA, submeter o projeto a candidatura, ver aprovada a candidatura a Fundos de Recursos Hídricos, lançar o concurso público, adjudicar a obra e vamos entretanto começar a trabalhar.

Tomar nota da exortação feita ao Município pelo Senhor Presidente da Junta da União de Freguesias da Guia, Ilha e Mata Mourisca, e manifestar, de facto, a abertura para que possamos ter iluminações de Natal em todas as freguesias, mas também desafiamos os Senhores Presidentes de Junta a acompanhar o presidente da Junta de Pombal no esforço que fez, para que também este ano, a nossa Cidade tivesse mais iluminação, e, portanto, em conjunto, com certeza que conseguimos ir mais longe e, como era o seu slogan “Juntos seremos mais fortes”.”

Ponto 2 - Período da ordem do dia:

Ponto 2.1 – Leitura e discussão da informação do Presidente da Câmara

O Senhor Presidente da Assembleia referiu o seguinte:

“Temos aqui a Informação trimestral que o Senhor Presidente da Câmara nos apresenta e, conhecendo eu o trabalho que a sua elaboração dá, com o contributo de todas as chefias, trabalhadores e Pelouros desta Câmara, para que seja apresentada, tenho constatado que ninguém, praticamente, a lê.

É um documento com 104 páginas, de muita importância e que poderá reduzir muito tempo de duração desta nossa Assembleia Municipal, com o conhecimento oportuno e periódico de toda a actividade da nossa Câmara.

Posto isto, na página 76, está exarado o que é que a Câmara deve, o que é que a Câmara tem em saldos contabilísticos, e eu verifico que é motivo de orgulho de todos os pombalenses, porque, uma Câmara que tem um saldo disponível, em dinheiro, superior àquilo que é a dívida da Câmara a fornecedores, empreiteiros, Instituto Nacional da Habitação e Banca, de 7.848.130,00 €, e um saldo contabilístico a nível e entidades bancárias, de 10.386,567,00 €, e havendo aqui



MUNICÍPIO DE POMBAL

2.417.762,00 de Operações de Tesouraria – Dinheiros à guarda do Município, mesmo assim, temos um saldo positivo de 121.000 euros.

O que é que isto significa? Significa que, em Pombal, a gestão é criteriosa, é aberta, é do conhecimento de todos, e, contrariando aquilo que se passa em muitas Câmaras por gestão danosa, nas 308 existentes no país, nós, a nível governamental, vamos ser penalizados - eu lamento e contesto isso veementemente -, e através de um fundo Social, temos que mandar milhares de euros para outras Câmaras que estão falidas e nem sequer têm dinheiro para pagar vencimentos,

É injusto o cumpridor ser prejudicado em benefício do incumpridor.

Queria deixar este desabafo, porque muitas vezes critica-se, mas a crítica só é positiva quando é conhecedora, quando é construtiva, e não se deve permitir que qualquer cidadão que desempenhe funções públicas ou políticas faça uma gestão danosa, em desfavor do custo e do nível de vida dos portugueses.”

De seguida colocou este assunto a discussão, tendo-se verificado a s seguintes intervenções:

Ilídio da Mota, que usou da palavra para dizer o seguinte:

“Com os votos de Boas Festas, cumprimento todos os presentes.

Tivemos conhecimento que o Senhor da Câmara se reuniu com o Senhor Presidente da Câmara de Leiria, sobre o nó da A1, como há pouco foi referido, e portanto desejo todo sucesso, para que esta obra se torne uma realidade, e para a qual contamos com todo o empenho do senhor presidente da Câmara.

Também é com grande satisfação que sabemos que os Senhores Deputados da Assembleia da República, eleitos por Leiria, na lista do PSD, juntaram a sua voz às vozes dos autarcas e dos empresários para a construção deste nó de acesso à A1, no IC2, em Barracão7Meirinhas.

Para mim isso é bastante importante, desde 2006 que tenho vindo a defender esta importante obra, que será reestruturante para os dois Concelhos, cheguei a reunir os Presidentes de Junta de Freguesia de Vidoeira, Colmeias, Meirinhas, Carnide, Albergaria, São Simão e Santiago, tendo ficado patente a importância que este nó tem para todos nós.

Também desde essa altura, temos vindo a defender que haja uma ligação entre este nó da A1 ao C8, pela parte sul do Concelho, por Vermoil, São Simão, Santiago e Albergaria. Aqui, gostaria também, e isto foi contemplado em PDM, e a questão que coloco é ; Que desenvolvimentos têm sido feitos ou virão a ser feitos para que isto se venha a concretizar.

Relativamente ao IC2, como consta na página 48 da Informação prestada, alguns trabalhos que estão previstos, por parte do Município no IC2, como os Senhores Deputados sabem, cinco Freguesias do Concelho de Pombal são atravessadas por esta infraestrutura, que é apenas a principal ligação rodoviária do nosso País, e quando digo isto imaginamos logo uma rede viária, um IC2 todo moderno, seguro, com cruzamentos desnivelados, com boa sinalização e bom isso, mas infelizmente, é só imaginação, porque a realidade é bem diferente, negra e cruelmente manchada de sangue.

O desprezo que as Estradas de Portugal têm dado a esta via, sem a requalificarem e sem obras, e notório, como já tenho vindo a alertar, desde há anos, nestas reuniões de Assembleia Municipal, em reuniões com as Estradas de Portugal, por ofícios, etc., nada tem acontecido. Fico satisfeito porque o Município de Pombal, em contraponto, vai investir na rotunda do cruzamento do Alto Cabaço, o que permitirá melhores acessos e com mais segurança aos pombalenses. Louvo esse investimento municipal que é importantíssimo para todos nós.

Com isto, penso que todos estaremos em condições de, junto das Estradas de Portugal, exigirmos a requalificação do IC2, com a criação de cruzamentos desnivelados, ou com rotundas, ou



MUNICÍPIO DE POMBAL

semáforos, em Meirinhas, Vermoil, Pelariga e Redinha, porque nota-se alguma discriminação no Concelho de Pombal neste troço do IC2, porque para norte e para sul estas infraestruturas já existem

Termino com o registo da actividade da Câmara, da participação e de todo o envolvimento no Bodo das Castanhas, na Tripla Léngua do Atlético Clube de Vermoil e no aniversário da Filarmónica Vermoilense.

Já vai fora deste tempo, mas é já neste fim de semana e tenho que dar nota disto. No domingo é dia de dar sangue na Associação de Dadores de Sangue, na Ranha participem.”

Michael António, que usou da palavra como se segue:

“Senhor Presidente da Câmara, isto é um comentário com uma questão no final.

É com muita alegria que eu todos os dias, quando regresso do trabalho à noite, vejo que a cidade está muito mais iluminada, eu diria que está mais segura e mais eficiente, a cidade está mudada da noite para o dia.

Isto é uma empreitada que consta da informação do Presidente da Câmara à Assembleia, na página 41, tem a ver com a gestão e eficiência energética da Cidade de Pombal. Eu lembro-me que a Câmara de Pombal, uma vez mais, pioneira em tanto domínio, foi também pioneira neste, lançou a primeira Rua LED do País e tem alavancado muitos investimentos nesta área. Eu sei que há muitos municípios que utilizam a tecnologia LED em obras novas, é o caso da Câmara de Pombal, mas, que eu tenha conhecimento, nenhuma lançou empreitadas para substituir as luminárias existentes por grupos ópticos, com tecnologia de lentes LED.

Daquilo que eu sei, e tenho falado com o Vereador, a energia LED significa em português o acrónimo é um diodo emissor de luz, sem necessidade de aquecimento, é por isso que é muito mais económica e muito mais eficiente do que uma lâmpada incandescente que demora a aquecer e tem um consumo de energia muito superior.

O valor da empreitada ronda os 400.000 euros, sei que também tem uma percentagem de financiamento do POVT na ordem dos 85%, isto serviu para substituir as lâmpadas de vapor de sódio e de mercúrio por LED e, a minha pergunta, Senhor Presidente, é: No futuro, nomeadamente, se o novo quadro de apoio 2020, se abrir candidaturas nesta área, se é intenção do Município fazer novas candidaturas e alargar este tipo de investimento, não só a resto da Freguesia de Pombal mas a todas as Freguesias, porque acho que em termos de eficiência e de poupança, seria uma excelente iniciativa.”

Jorge Cordeiro, que fez a seguinte intervenção:

“Duas pequenas notas na informação que nos é remetida pelo Senhor Presidente, sobre a atividade da Câmara nos últimos meses e, remeto para a página 6, onde se podemos observar um assunto que julgamos particularmente interessante, e que é a matéria relativa ao empreendedorismo, sobre a compilação e formação do Guia do Empreendedor.

É uma matéria que se observa em que, às vezes, há muitos acrónimos, muitos institutos, muitos departamentos e, muitas vezes o empreendedor, se não tiver todo esse conhecimento, para além das dificuldades de capital, tem também dificuldades em saber como montar o seu negócio e como ter acesso aos planos de apoio.

a pergunta que lhe faço, para além de dar os parabéns à Câmara por estar atenta a esta matéria, é se esse Guia do Empreendedor está pronto, ou quando, eventualmente, estará disponível, se é que há alguma previsão nesse sentido.

Remetia também para a página 95 da Informação do senhor Presidente da Câmara, em que nas matérias relativas à Prevenção de Incêndios, em que está tudo discriminado, embora tenhamos tido um ano em que as condições climáticas não foram particularmente favoráveis à



MUNICÍPIO DE POMBAL

propagação de incêndios, a verdade é que, no Concelho de Pombal também diminuíram, estaremos também a ter resultados da política, sobretudo de sensibilização, e também da limpeza dos prédios rústicos que aqui discutirmos.

No final do verão, nas estradas que faço pelo País, penso para mim próprio ao ver pinhais e florestas todos queimados que esse é o nosso terrorismo e é das cenas mais tristes que todos podemos observar, independentemente das condições climatéricas que pudessem ser, de facto, favoráveis à não propagação de incêndios, eu fico particularmente satisfeito com esta baixa do número de ignições e que não tenhamos tido um ano terrível a esse nível.

Dar aqui, portanto os meus parabéns à Câmara e a todos nós que aprovámos aqui essa matéria, não esquecendo os Bombeiros, cujo trabalho, por mais palavras que possamos proferir, nunca será totalmente reconhecido. O mesmo devo dizer aos Senhores Presidentes de Junta e a todos aqueles que, de forma anónima, muitas vezes, nestas situações, despem o casaco e vão para o terreno.”

Sílvio Santos, que referiu o seguinte:

“Boa noite a todos e umas Boas Festas.

Quería questionar o Senhor Presidente da Câmara sobre a obra que está a decorrer na 1038. Alguns dias antes de começar a obra foi-me apresentado o projeto em que constava que a obra ia levar passeios em forma de valetas espraçadas e agora, apercebo-me que se anda a colocar lancil, passeios elevados.

Quería perguntar ao Senhor Presidente se há alguma alteração ao projecto, de valetas espraçadas para passeios com lancil como se está a ver em algumas zonas?

Também me foi dito, no início da obra, que não estava previsto o saneamento. Agora correm rumores em Juntas de Freguesia de outro Concelho, que a obra vai levar saneamento. Eu fico sem saber o que dizer e preciso que o Senhor Presidente da Câmara me diga se a obra vai ou não levar saneamento?

Outro assunto tem a ver com o estreitamento da estrada. A estrada está a ficar muito estreita em alguns lados. Não percebo este estreitamento da estrada e gostaria de saber se é algum erro do projecto, se é uma estratégia, porque há muitas reclamações. Dois camiões não conseguem cruzar-se numa curva sem um parar, se continuar assim vamos ter que encomendar muitos sinais de cedência de passagem.”

Manuel Serra, cuja intervenção se segue:

“Senhor Presidente, sobre a sua informação, apenas dar relevo, essencialmente aos meus colegas, que refere, na página 26, a alteração aos Planos Municipais e Ordenamento do Território, concretamente o Plano de Pormenor Integrado do Parque Industrial de Pombal, o Plano de Urbanização da Área Urbana de Albergaria dos Doze, da Área Urbana do Carriço e da Área Urbana da Guia, que é aquela que, pessoalmente, mais me interessa. De todo o modo, o que é importante dar ênfase é de que a consulta pública foi devidamente anunciada às juntas de Freguesia, está aberta, tem 15 dias úteis, a contar de 9 de dezembro, portanto aceitam-se sugestões e informações dos interessados e é bom que as dêem, os documentos podem ser consultados via internet ou nos serviços da Câmara. Após o fecho deste prazo ocorrerão os devidos ajustamento e demais formalidades legais e, por alturas de abril, ocorrerá a discussão pública como é de Lei e, após esta discussão estará concluído o processo.

Eu queria aqui realçar a necessidade de todos colaborarem e, principalmente os meus colegas Presidentes de Junta, fazerem uma divulgação lata deste assunto para que corra o melhor possível.”

O Senhor Presidente da Câmara, respondeu o seguinte:



MUNICÍPIO DE POMBAL

“Começando pela primeira intervenção, do Senhor Presidente da Junta de Vermoil, eu já pedi a um Gabinete Projetista que me apresentasse a previsão de honorários para lançarmos um estudo prévio da ligação da Estrada Nacional n.º 1, na zona das Meirinhas, até ao IC8, para começarmos a perspetivar o lançamento destas obras, no futuro, mas principalmente conhecermos a sua dimensão, as características de intervenção, no fundo, tudo aquilo que se prende com uma avaliação cuidadosa de um projecto que é de grande envergadura e, por consequência, de grande esforço financeiro, sublinhando a circunstância que não existe qualquer tipo de possibilidade no próximo Quadro de Apoio, na Estratégia 2020, de contar com um cêntimo que seja para obras de construção de vias, portanto, é um trabalho que tem que ser desenvolvido a médio-longo prazo, sendo certo que quanto mais cedo tivermos noção e consciência das características da execução do projecto e das obras que, parcialmente, tenham que ser lançadas, melhor, para começarmos o quanto antes esta intervenção.

Nós temos tido várias ocasiões de, junto dos dirigentes das Estradas de Portugal, falar dos diversos constrangimentos nesta via, mas nós sabemos a situação financeira que as Estradas de Portugal têm, sabemos qual é o conjunto de encargos que oportunamente foram assumidos pelas Estradas de Portugal, para fazer um conjunto de vias no nosso País, que nem sempre são especialmente percorridas e que isso constitui um défice gigantesco da sua exploração, porque obriga, anualmente a um pagamento de diferenciais entre aquilo que são as receitas geradas por alguma explorações destas vias e aquilo que são as obrigações que o Estado português assume. Significa que ficam a faltar verbas para fazer estas intervenções e tem sido essa circunstância que tem justificado a abertura do Município em fazer investimento em projectos e fazer discussão sob o ponto de vista da forma como essas obras devem ser realizadas.

Estamos empenhados para que, sublinhando esta circunstância verdadeira e triste, porque se o Distrito de Leiria já era um Distrito especialmente desprotegido nas infraestruturas rodoviárias, nomeadamente na Nacional N.º 1, no conjunto dos outros Distritos do País, no sentido Lisboa/Porto, sentimos que dentro do Distrito de Leiria, o Município de Pombal tem sido, particularmente desprovido de apoio, nos mais de 30 kms de Estrada Nacional N.º 1 que apresentam as características que nós, infelizmente, vamos conhecendo.

O polígono que está abrangido pelas substituições de LED's, na nossa Cidade, vai da rotunda do Agricultor até à Rua dos Bombeiros Voluntários, renova também a Rua António Jorge Ferreira, chega ao IC2, acompanha toda a orla desta via, vai ao Bairro Agorreta e apanha esta zona urbana. Há algumas vias, na zona da Várzea que está sujeita a uma intervenção mais cuidada, que ainda não vão ser tidas em consideração nesta fase, mas também é verdade que, nomeadamente a Rua Mota Pinto já tem toda a sua infraestrutura eléctrica baseada neste sistema.

Eu quero adiantar aos Senhores Deputados que, nesta altura, já são perceptíveis as reduções, superiores a 60%, nos consumos que a introdução desta tecnologia nos tem permitido.

Senhor Deputado Jorge Cordeiro fez a sua intervenção sobre o Guia do Empreendedor, ele está, como consta desta informação, em criação, e portanto, nós queremos com rapidez tê-lo editado para poder responder com rapidez a todos os interessados.

Senhor Presidente de Junta de Carnide, como sabe este caminho municipal 1038, é uma obra resultante de um acordo entre celebrado entre o Município de Leiria e o Município de Pombal, para podermos desenvolver estes trabalhos. Eu sei que há partes daquele troço que têm as valetas espraiadas em calçada, outras que têm passeio com lancil, portanto, sem identificar precisamente que zonas são, não lhe posso responder se correspondem ou não às zonas que estavam inicialmente inscritas como sendo feitas de uma forma ou de outra, estando à sua



MUNICÍPIO DE POMBAL

disposição o projeto, no que diz respeito ao Município de Pombal que, como sabe, não incluía obras de saneamento.

Se o Município de Leiria está agora a ponderar saneamento, deixe-me adiantar-lhe que isso, para nós, também acaba por ser preocupante, porque como sabem, aquela obra é uma obra que está inscrita no Overbooking que foi cedido no princípio deste ano e em que a participação da Comissão de Coordenação, através do Mais Centro, é essencial para que o esforço financeiro não seja muito elevado e se existirem obras que não estão originariamente previstas, que atrasem a conclusão da obra que está no Overbooking, significa que a capacidade de nós podermos receber as participações, é diminuta.

Se for verdade o que está a dizer, e acredito que seja, porque eu, oficialmente, não tenho conhecimento, e se modificam as condições com que a empreitada está a ser executada e o parceiro da empreitada não conhece essas condições, é bom que rapidamente o Município de Pombal seja informado, porque temos que perceber de que maneira é que essa opção unilateral, também é importante para o Município de Pombal. Desconheço com o formalismo que a matéria reivindica, qualquer tipo de proposta alternativa apresentada pelo Município de Leiria ao Município de Pombal.

O mesmo se prende com o dimensionamento da Estrada. O perfil da via que está definido é aquele que consta do projeto, que é um anexo do Protocolo celebrado entre o Município de Pombal e o Município de Leiria. O Município de Pombal tem os técnicos que acompanham na nossa parte, as obras que dizem respeito ao Município de Pombal, e eu nesta fase não tenho nenhuma indicação técnica que me diga que haja uma alteração do dimensionamento da Estrada. Na visita que fiz ao local, ouvi moradores, condutores e Presidentes de Junta, sublinharem esta circunstância do dimensionamento da Estrada e percebi, da parte da Direção Técnica da obra, do lado da Câmara de Leiria, que havia abertura para fazer uma avaliação pontual, nos locais onde isto seja francamente visível e perigoso, para fazer este redimensionamento.

Solicitarei aos Serviços da Câmara, ao Departamento das Obras, que acompanhem e que vos possam informar para podermos corresponder a esta sua preocupação.

Ao Senhor Presidente de Junta, Manuel Serra, agradecer esta chamada de atenção, sublinhando que o que foi dito pelo Senhor Presidente da Junta se aplica, não só ao PU da Guia mas a todos os Planos de Urbanização que estão em fase de discussão pública, uma vez que se tratam de adaptações aos Planos de Urbanização que resultam da aprovação do PDM e que, por essa razão, tem um prazo legal de 15 dias e que, se a memória não me falha, termina no próximo dia 2 de janeiro.”

Ponto 2.2. – Análise, discussão e votação da proposta da Câmara sobre o Orçamento para o ano económico de 2015 e respetivos anexos;

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que fez a intervenção que se segue, começando por apresentar a deliberação do executivo, tomada em sede de reunião de Câmara e que a seguir se transcreve:

“Ponto 8.1. Relatório e Orçamento Municipal para o ano económico de 2015 e respetivos anexos



MUNICÍPIO DE POMBAL

“Foi presente à reunião a proposta de Orçamento para o ano económico de 2015, elaborada pela Divisão de Administração e Finanças Municipais, que se dá por integralmente reproduzido e que fica nesse serviço arquivada. Relativamente ao referido documento, foi feita previamente pelo Senhor Presidente, a seguinte intervenção:

"Eu iniciava com algumas observações àquilo que, no caso concreto o nosso Orçamento este ano nos traz, sublinhando aquilo que já foram algumas das decisões que tomámos e que têm repercussão também no nosso Orçamento. Destacando aquilo que são os elementos que ao longo, quer do Orçamento de Estado, quer da própria Lei, vão acabar por influenciar aquilo que é a nossa proposta. A primeira coisa que ressalta deste Orçamento é uma redução global de receita e, por consequência, de despesa, que ronda os 16 milhões de euros, muito devido ao facto de nem o Município de Pombal, nem nenhum Município, ter podido recorrer aos fundos comunitários, seja o PO regional, seja os PO's nacionais, uma vez que estamos na fase de trânsito das candidaturas e portanto do Quadro de Referência Estratégica para o Portugal 2020 ainda não ser sequer conhecido, o que faz com que não possa haver uma inscrição orçamental de nenhuma verba que não tenha contratos firmados.

De todo o modo, há uma expectativa de que pelo menos três operações que foram aprovadas em 2014 tenham repercussão financeira em 2015, sendo que nenhuma delas tem nesta altura contratos assinados, o que significa que não podem inscrever-se em Orçamento. De qualquer modo achamos que, à semelhança do que aconteceu no ano passado, não só pelos saldos transitados que reforçarão o Orçamento para 2015, só apurados a partir de 31 de Dezembro deste ano, e para além disso com a introdução destas candidaturas, teremos aqui um aumento do nosso Orçamento, que essencialmente financiará as despesas de capital. Nós procedemos a uma alteração da nossa redução da taxa do IMI, conseguimos manter aquilo que é uma tradição que o Município há muitos anos acompanha, que é transferir anualmente parte da sua receita corrente para despesas de investimento, o que resulta do exercício gestor rigoroso da nossa casa, e temos aqui também uma matéria nova, que é a existência do Fundo do Apoio Municipal, que obriga a que o Município inscreva no seu Orçamento cerca de 250 mil euros, e terá que o fazer durante 7 anos, para constituir os capitais que foram aprovados e que são responsabilidade deste Município.

Haverá também aqui uma reposição parcial dos recursos humanos do Município em função da abertura que o Orçamento de Estado nos dá, portanto não só sob o ponto de vista das quantidades dos recursos, ou seja, do número de pessoas, mas também das suas remunerações, sendo que aqui também se assinala a circunstância de ao longo de 2015 haver já repercussões evidentes daquilo que foi o aumento do salário mínimo nacional dos 485 para os 505€, e portanto há 128 trabalhadores da Câmara que passarão a auferir este valor com encargos para as despesas de pessoal, que ronda os 43 mil euros por ano. Para além disso espera-se também um aumento das prestações para a Segurança Social que o Município terá que assumir, fundamentalmente pela redução que existe, portanto vamos ter menos reduções remuneratórias, o que significa que a massa salarial tributada é superior e portanto daí o aumento das transferências para a Segurança Social. Este documento que hoje vamos apreciar tem também aqui outras duas notas que não quero deixar passar em claro: a primeira, é a circunstância de ter sido precedida de audições individuais com todas as Juntas de Freguesia do nosso Concelho e, portanto, eu durante 15 dias reuni com todos os Senhores Presidentes de Junta, ouvi as opiniões de todos eles e das respetivas equipas, recebi as suas propostas, os seus relatórios, as suas intenções, ouvi as suas reclamações e as suas reivindicações naturais, portanto, tivemos esta preocupação da auscultação prévia para procurarmos, como aliás tinha sido assumido desde o



MUNICÍPIO DE POMBAL

início, construir em conjunto. Para além disso, também se correspondeu a uma oportuníssima sugestão que o ano passado, por ocasião desta mesma reunião de Câmara, os Senhores Vereadores que não têm funções executivas propuseram numa reunião para que, em conjunto, pudéssemos trocar impressões e, sem prejuízo da discussão que façamos hoje, termos uma reunião prévia onde tivéssemos ocasião de trocar impressões sobre este assunto. Portanto também tivemos condições de o fazer nesta segunda-feira, e também quero sublinhar esta colaboração, mas principalmente esta forma que me parece bastante mais integrada e bastante mais completa de prepararmos este documento.

Sintetizando aquilo que é este Orçamento, e no que diz respeito a despesa corrente, mantemos aqueles três grandes grupos que integram a nossa despesa corrente que está genericamente orçada em 17 milhões de euros: são os 7 milhões e meio reservados a despesas com pessoal, são os 6 milhões de euros, que dizem respeito à aquisição de bens e serviços e são cerca de 3 milhões de subsídios e transferências. Portanto, em números redondos, nós estamos aqui a falar de 17 milhões e meio de euros que constituem a nossa despesa corrente. Significa portanto, que pelo diferencial para os 42.7 milhões que constituem o valor global do Orçamento, teremos aqui despesas de capital no montante de quase 26 milhões de euros, neste valor não estão integrados os valores de saldos de final do ano, nem estão as tais candidaturas que ainda não se encontram contratadas em rigor: duas do Overbooking, mais uma que recentemente nos foi comunicada, da parte da eficiência energética e que resulta de uma obra que já está a decorrer. Aliás, oportunamente foi adjudicada, e já é visível na nossa Cidade, que é a substituição de várias lâmpadas leds na Avenida Heróis do Ultramar, desde a zona da Rotunda do Agricultor e portanto já está praticamente a chegar à rua Professor Gonçalves Figueira. Nós sob o ponto de vista da técnica orçamental, apresentamos uma proposta que mantém um critério que já o ano passado tínhamos utilizado, isto é, há um conjunto de despesa corrente que não tem inscrição da dotação completa para o ano, precisamente porque com este reforço orçamental que a revisão de Fevereiro nos vai potenciar permite-nos encaixar os valores necessários para podermos garantir a despesa ao longo de todo o ano, mas isso também nos permite não inscrever, por exemplo, a dotação toda do pagamento da EDP ou o componente de apoio à família, ou as AEC's ou as transferências para a PMUGest em termos de pagamento de serviços ou do tratamento de Resíduos Sólidos e Urbanos à Valorlis, mas permite-nos fazer o pagamento nos primeiros 3 ou 4 meses e antecipar um conjunto de empreitadas que achamos que são importantes. Para além disso, há outra matéria que eu também não quero deixar de sublinhar, porque ela também acaba por condicionar as nossas opções orçamentais e que basicamente tem a ver com o conjunto de obras que estão em curso, que estão lançadas e que têm uma expressão financeira e portanto orçamental, no nosso documento porque são valores que têm que ser executados, têm que ser liquidados e portanto têm que ser comprometidos, o que nos retira alguma amplitude das nossas novas decisões. Eu quero aqui sublinhar algumas que totalizam cerca de 10 milhões de euros e que são emblemáticas sob o ponto de vista do peso que têm para o nosso Orçamento. Portanto, se nós pensarmos que o Centro Escolar de Almagreira, já está adjudicado, mas ainda não está todo construído e que ainda faltam 900 mil euros que estão inscritos no Orçamento, isso condiciona os 300 mil da Mata Mourisca, os 800 mil que faltam pagar para o Centro de Saúde de Pombal; os 450 mil do Centro de Saúde da Guia, 350 mil que faltam para acabar a Casa Abrigo, e a mesma coisa com os 800 mil que faltam para o Mercado, bem como os 600 mil para o lançamento da obra do Barco, cujos vistos do Tribunal de Contas chegaram esta semana, de uma obra lançada em 2014, com repercussão financeira em 2015. O saneamento da Catela, obra que está já lançada e com propostas apreciadas, 350 mil; a ponte dos Reis que são 360 mil; a iluminação em



MUNICÍPIO DE POMBAL

Led, obra antiga que está em curso e que transita para o ano que vem, de 150 mil euros de despesa também condicional; o CimuSicó, obra adjudicada, com vista a iniciar-se e com uma expressão orçamental para o ano que vem, de um milhão e meio de euros; as obras na Zona Industrial do Lourical, com mais 452 mil; também as obras da Telegestão que vão ter influência no Orçamento do ano que vem e que entram pelo ano dentro, e que são mais 100 mil euros; a adutora do Parque Industrial Manuel da Mota com valores por liquidar, ainda de 110 mil euros; o saneamento das Barbas Novas, obra lançada este ano e que vai ter uma expressão de cerca de 100 mil euros para o ano que vem; o parque de máquinas da Câmara, que ainda transitam 250 mil para o ano que vem; a ETAR e o emissário da Almagreira que são mais 100 mil euros; a ETAR de Pombal em equipamentos e conclusão de alguns pequenos arranjos são mais 400 mil; do saneamento do Carriço ainda transitam 200 mil; do saneamento da Marinha da Guia ainda transitam 150 mil; do das Boldrarias transitam 200 mil; do da Água Travessa são mais 150 mil; da obra do IC2 a Lagares das pavimentações são mais 215 mil que transitam; Vila Cã – Maçoeira são mais 180 mil; Moita do Boi – Antões são mais 165 mil e a Ponte de Assamaça – Trás os Matos são mais 180 mil. Portanto, tudo isto dá quase 10 milhões de euros, o que significa que estas obras são para ser executadas, têm compromisso já definido, não podem deixar de ter expressão orçamental. Dito isto, e considerando que tudo isto que aqui está já consome cerca de 10 milhões de euros, nós com um PPI de 23 milhões e meio, tínhamos que tomar decisões relativamente às obras novas. Portanto, era aqui que eu queria dedicar alguns destes próximos minutos, para dar esta tônica: se nós considerarmos os grandes objetivos, a educação, o saneamento, os transportes e as comunicações, temos aqui nestas 3 rubricas 49% do investimento que queremos fazer em 2015. Se em complemento, juntarmos a valorização urbanística, o desporto e o lazer e o empreendedorismo e os parques industriais, são mais quase 20%, o que significa que, na globalidade, comprometemos nestas 6 áreas 68,4% do nosso Orçamento.

A educação representa 13,5% do PPI. As intenções são de fazer a requalificação da Escola Primária da Pelariga, que como sabem vai continuar a coexistir com a Escola da Pelariga, com a Escola da Machada e portanto, é uma opção política de não desenvolver um Centro Escolar, mas que terá uma requalificação de 215 mil euros - está prevista a inscrição orçamental de 400 mil euros, para o Centro Escolar de Vermoil, 300 mil para ampliar o Centro em Santiago de Litém, lançada a obra, do Centro Escolar de Pombal que são 300 mil euros, para compromisso de 2015, 200 mil para o Centro Escolar do Lourical, 200 mil para o Centro Escolar das Meirinhas e também uma inscrição de 100 mil euros para fazer pinturas e tratamento de fachada na Escola Tecnológica, Artística e Profissional. Consumimos aqui 13,5% do nosso PPI num valor global de 3,12 milhões de euros.

Na valorização urbanística, temos a segunda fase da requalificação do Centro Histórico da Cidade, 200 mil euros; requalificação urbana da sede de Freguesia do Carriço, da Ilha e do Lourical, Carriço com 300 mil; a Ilha com 100 mil; Lourical com 200 mil e as obras de requalificação da rotunda do Carvalhal ao Fétil com cerca de 300 mil euros. Consumimos na valorização urbanística 11,7% do nosso plano plurianual de investimentos, no valor global de 2 milhões 755 mil euros.

O saneamento tem a segunda expressão mais relevante deste Orçamento com 3.226 milhões de euros, correspondendo a 13,7% do PPI. Sublinhar não só aquelas obras, como todas as que estão em trânsito, mas as redes de saneamento Casal Velho, Roussa, Crespos e Pinheirinho, com 200 mil euros; o emissário do Lourical – Carnide que será lançado e com uma expressão financeira prevista de 500 mil para o ano que vem; assim como obras relativas a projetos que têm de ser desenvolvidos.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Nos transportes e nas comunicações estão previstos 5,25 milhões de euros correspondentes a 22% do nosso Plano, Moita do Boi – Castelhanas, 350 mil euros; o acesso do IC2 à Zona Industrial das Meirinhas, estão previstos 50 mil euros para a obra ser lançada para o ano que vem, é provável que tenha reforço financeiro em função da revisão do Orçamento em Fevereiro; requalificação da Estrada Nacional 109 na Guia, aguardando o parecer final das Estradas de Portugal e o financiamento que tínhamos acordado com a mesma entidade e que estamos a aguardar os termos protocolares para ser realizado; a rotunda da 109 à A17 na Guia, pelo menos a aquisição dos terrenos, e a rotunda do Alto do Cabaço, são obras que queremos lançar no Orçamento de 2015.

Sublinhar também que na área do desporto, recreio e lazer há uma previsão de investimento de cerca de 1 milhão de euros, correspondendo a 4,5% do nosso Orçamento, essencialmente na requalificação de pavilhões, na construção de zonas de lazer e na requalificação de vários espaços.

Também o desenvolvimento das requalificações do Parque Industrial dos Meires, no Tinto, o projeto de requalificação da Zona Industrial da Formiga e o projeto de apoio ao empreendedorismo, incluindo a incubadora, mais a conclusão das obras que ainda estão em curso no Lourçal, sendo que sem estas, estamos a falar de um investimento superior a 600 mil euros.

Para além disso há aqui outras notas que eu também não quero deixar de sublinhar principalmente porque podendo ser pequenas intervenções, eu acho que são muito determinantes para aquilo que é o caminho que pretendemos prosseguir. O primeiro é o que está previsto fazer para a recuperação do açude em Santo Eloi, de apoio aos agricultores da zona do Rio Arunca, na zona de Vermoil, nomeadamente ali Santo António das Espinheiras, Santo Eloi e ao longo da margem esquerda do rio. Depois a intervenção, sujeita a candidatura, mas que entretanto avançará, ao Fundo dos Recursos Hídricos, para as limpezas do rio Arunca e da Ribeira de Carnide, com um orçamento global de 320 mil euros. O desenvolvimento do projeto da piscina descoberta de Pombal; a requalificação do campo de Flandes, nomeadamente as bancadas e os equipamentos sociais, nomeadamente os balneários; o projeto de preservação da floresta, com uma dotação orçamental para a compra de terrenos e florestação; a intervenção na ExpoCentro para a sua beneficiação; a aquisição de terrenos para o EcoMatur; o desenvolvimento das pesquisas arqueológicas na Telhada em Vermoil, no âmbito do trabalho e das propostas da própria Junta de Freguesia e do aproveitamento destes achados arqueológicos que devem continuar a ser estudados; o desenvolvimento do programa "Aproximar", em articulação com a Agência para Modernização Administrativa e a Secretaria de Estado da Modernização Administrativa, na criação de Loja do Cidadão e espaços do Cidadão, que também queremos ver bem desenvolvidos ao longo do próximo ano; a aquisição de uma viatura de transportes públicos, o reforço através da candidatura do SAMA de hardware e software com o investimento global superior a 300 mil euros e depois dois estudos prévios importantes, um que se prende com a variante sudeste de Pombal, Meirinhas – Vermoil, São Simão, Albergaria, ligação ao IC8 e também o estudo prévio de ligação da Estrada Nacional 109, rotunda no final do IC8, à Estrada Atlântica, isto no que diz respeito ao nosso PPI.

Se olharmos àquilo que no nosso Plano de Atividades Municipal importa sublinhar, eu começava por aquilo que é uma manifestação que garantirá ao longo de todo o ano de 2015, uma normalidade funcional a todas as Juntas de Freguesia do nosso Concelho: nós introduzimos substanciais modificações àquilo que hoje já são os meios humanos, físicos e financeiros que estão ao alcance das Freguesias, e se tivermos em atenção que o Orçamento de Estado, prevê um



MUNICÍPIO DE POMBAL

pouco menos de 1 milhão de euros de financiamento a todas as Freguesias do nosso Concelho, se tivermos em atenção aquilo que constitui o valor global dos Acordos de Execução - 335 mil euros - as participações da eólicas - 250 mil, os contratos interadministrativos, mais de 200 mil, e o valor global dos outros apoios, nomeadamente através de protocolos e de acordos de colaboração de 500 mil euros, estamos a falar aqui de uma transferência, só nestas matérias, de cerca de 1 milhão e 300 mil euros e aqui não estamos a integrar nem as AEC's, nem as CAF's, nem os transportes escolares, nem as refeições.

Os nossos bombeiros continuarão a garantir apoios anuais que rondam os 140 mil euros de forma ordinária e os vários projetos à educação, o EPIS, manutenção de edifícios escolares, o conforto no ambiente escolar, atividades de educação, os festivais, os dias comemorativos, as férias ativas, o Eco Escolas, a educação ambiental, a componente sócio-educativa, as atividades de animação e apoio à família, as refeições, as AEC's, o apoio social escolar, as bolsas de estudo do ensino superior, têm em PAM um valor global de 1 milhão e 200 mil, sendo que aqui não estão as dotações integrais da componente de apoio à família, como há pouco referi, sob o ponto de vista da opção orçamental que tomámos.

Para os transportes escolares, há uma verba inscrita de 562 mil euros; para a saúde 255 mil, nomeadamente para continuarmos a manter o funcionamento do Centro de Saúde nas instalações provisórias – os contentores até ao final da obra, mas também para a requalificação que em conjunto com o Centro Hospitalar de Leiria vamos desenvolver para o tratamento das fachadas e vãos do hospital Distrital de Pombal.

No campo social, no nosso PAM, Plano de Atividades Municipais, são inscritos 382 mil euros destinados à continuação do desenvolvimento social CLDS +, ao apoio à construção de edifícios de IPSS's que terá que ser reforçado, às políticas ativas de emprego e formação profissional, nomeadamente a opção municipal de utilizar as várias candidaturas disponíveis pelos vários serviços, nomeadamente do Instituto de Emprego e Formação Profissional para acolher não só desempregados de média/longa duração, mas também jovens e terem aqui as oportunidades profissionais na nossa Câmara. O plano de motivação dos colaboradores do Município e a integração manifesta, e portanto já também com a previsão no nosso programa de ação, na Rede Nacional de Autarquias Familiarmente Responsáveis, que queremos neste ano de 2015 também assumir.

No campo da cultura, estão previstos 568 mil euros direcionados a feiras, a animação de espaços culturais e às comemorações do Bodo.

Para o desporto, recreio e lazer 345 mil, e estou a falar das questões só de PAM, e portanto temos aqui uma viagem rápida sobre aquilo que constitui a nossa proposta de orçamento e portanto, Senhores Vereadores, eu agora abria as inscrições para podermos ouvir aqui as várias declarações sendo que tinha-me sido já manifestado aqui pelos Senhores Vereadores executivos um período de intervenção para que nas áreas respetivas a cada pelouro, cada um faça as suas intervenções e portanto começava aqui pelo Senhor Vice Presidente, Pedro Murтинho."

O Vereador Pedro Murтинho, fez a intervenção que se segue:

"Em primeiro lugar, quero dar nota de que não muito mais haverá a dizer, tendo em conta a forma como o Senhor Presidente aqui nos apresentou e muito bem, este nosso Orçamento e as Grandes Opções do Plano. De qualquer forma, não deixo de tecer aqui, meia dúzia de considerações que considero serem realmente importantes. Uma delas, é o facto de termos que apresentar um Orçamento em pleno mês de Outubro, e as dificuldades que isso nos acarreta. Tendo em conta a execução financeira que ainda temos pela frente, nos dois meses que decorrerão até ao final do ano, tal como o Senhor Presidente aqui nos disse, não é um orçamento



MUNICÍPIO DE POMBAL

que seja apresentado com todo o rigor, mas estamos convencidos que estaremos muito próximos desse rigor.

Porque estamos atualmente num cenário de conjuntura difícil, com uma grande fatia dos portugueses e em particular os Pombalenses a passar por algumas dificuldades, nunca como agora foi tão atual dizer-se que, o Município terá que abdicar de algumas obras, em detrimento das pessoas, e em Pombal é isso que acontece. Quando atualizámos as taxas do nosso IMI, no mês de Setembro passado, ao reduzimos a taxa para 3%, percebemos imediatamente a sua consequência, com a diminuição da receita esperada, obrigando-nos agora a refletir melhor sobre as obras que queremos realizar. É exatamente isso que sentimos na elaboração deste Orçamento, com a diminuição da receita esperada a obrigar-nos a ter um critério mais rigoroso nas obras que queremos lançar. Num contexto de fim de quadro comunitário e o facto de dificilmente termos financiamento em 2015 ao abrigo do novo quadro comunitário, os critérios de investimento terão que ser ainda muito mais rigorosos. E o nosso orçamento de 2015 reflecte exatamente isso mesmo, e eu atrevo-me a dizer que, neste orçamento, muito mais importante do que os números, são realmente as políticas que queremos implementar e no fundo isso baseia-se exatamente naquilo que foi o plano eleitoral que nos trouxe a esta Câmara. Assim sendo, há 3 áreas chave em que o nosso orçamento se baseia. Portanto, essas áreas são a educação, os transportes e comunicação e saneamento. Num orçamento de 42 milhões e 700 mil, onde praticamente 45% são de PPI, facilmente se percebe que mesmo assim estamos perante valores que impressionam. Eu queria aqui fazer referência a três áreas que nos levam a refletir um pouco sobre aquilo que terá que ser o investimento a fazer, mas ao mesmo tempo as poupanças que é nossa obrigação gerar. Na realidade, um dos nossos enfoques nos próximos anos, tendo em conta o novo quadro comunitário, será seguramente nas questões das poupanças energéticas, seja ao nível da poupança propriamente dita, em termos de diminuição da energia que consumimos diretamente, mas também na candidatura que estamos a efectuar ao nível da iluminação Led na nossa cidade e a receita que vai criar e ao mesmo tempo a diminuição da nossa despesa corrente que vai gerar.

Ao nível da componente água e saneamento, é sem dúvida uma matéria da qual o Município ainda tem algum trabalho pela frente, e queria realmente destacar aquela obra que o Município há muito deseja concretizar, que é o emissário do Lourival – Carnide, uma obra com grande envergadura e que rondará os 5 milhões de euros. Trata-se de uma obra que o Município entende não dever esperar pela execução do novo quadro comunitário e possível financiamento que possa ter, e por entender que é uma obra que por si só já vai gerar receita e porque é uma infraestrutura que enquanto não estiver executada, condiciona o início de funcionamento da rede de saneamento básico, como são os casos das Freguesias de Carnide, Mata Mourisca, Ilha, Pombal, Almagreira e Lourival, nalguns casos, já construída. Ao mesmo tempo, destaco mais duas ou três obras ao nível do saneamento que também são estratégicas, por estarmos perante aglomerados bastante populosos, como são os casos do Outeiro do Lourival e Foitos, do qual já temos projeto, e que estaremos em condições de em 2015 lançar a obra, bem como os lugares da Roussa, Crespos, Pinheirinho, Cavadinha, projeto também já executado e pronto a lançar a concurso. Ao mesmo tempo, não posso deixar de destacar a área dos transportes e comunicação, uma área também ela estratégica para o Concelho. Recordo que nesta rubrica não temos apenas pavimentações, temos principalmente requalificações de vias verdadeiramente estratégicas para o Concelho. Destaco em primeira linha a obra da rotunda do Alto do Cabaço, uma obra há muito esperada pelos pombalenses e estratégica para a cidade de Pombal. Destaco ainda a variante do Lourival, há muito desejada pela aquelas gentes da Vila do Lourival, bem como o acesso à zona



MUNICÍPIO DE POMBAL

industrial das Meirinhas, uma obra também muito desejada e para além de ser desejada é uma obra muito necessária. Depois temos aqui outra obra, também ela importantíssima para o Concelho, como é o caso da requalificação da Estrada Nacional 109 na Guia, da qual há projeto, faltando apenas parecer final das Estradas de Portugal e protocolo com a mesma entidade. Trata-se de uma requalificação que para além de ser há muito desejada pela gentes da Guia, é uma zona onde a sinistralidade rodoviária, tem tido índices bastante elevados e que carece de uma intervenção profunda. Não sendo esta uma intervenção que esteja nas prioridades da Estradas de Portugal, como forma de proteger toda aquela comunidade que circula numa via tão importante e tão estruturante para a zona centro, e neste caso em concreto para o Concelho e para a zona da Guia, entende o Município de Pombal que deve avançar com esta obra já em 2015. Depois temos outra obra também não menos importante, que é a requalificação da Estrada Nacional 237, obra já adjudicada e com visto do tribunal de contas, que chegou esta semana, e que deverá ter início durante as próximas semanas, mas que terá grande parte da sua execução financeira em 2015 e uma pequena fatia em 2016. E depois, finalmente uma obra, que neste momento tem uma dotação para 2015 não definida, mas será seguramente também uma obra da qual o Município entende que deve dar a máxima prioridade, que é a obra de requalificação dos Governos e Vinagres.

Para terminar, quero voltar um pouco atrás, até porque acabámos de inaugurar o novo sistema que vai abastecer todo o Concelho de Pombal e referir que queremos em 2015 dar ênfase a esta componente. Depois de concluída a obra, as preocupações viram-se agora para a parte da eficiência do recurso água, sendo que é para aí que as nossas baterias estão voltadas, tentando reduzir ao máximo o nosso desperdício. A nossa expectativa é de que com esta nova estrutura em funcionamento, bem como com a reformulação de algumas redes que temos de executar em 2015 e nos anos seguintes, iremos certamente alcançar as metas traçadas. Portanto, por estes motivos e mais alguns que o Senhor Presidente aqui acabou de nos explicar, o meu voto será obviamente favorável à aprovação deste orçamento."

O Vereador Fernando Parreira, fez a intervenção que se segue:

"Antes de iniciar a minha intervenção, queria desde já felicitar o Senhor Presidente, porque acho que de uma forma sintética, mas com um rigor inexcelável, conseguiu-nos traçar aqui uma radiografia perfeita destes documentos, que hoje iremos votar aqui dentro de poucos minutos. Como dizia há pouco o Vereador Pedro Murtinho, uma das nossas grandes missões e que tem sido prática corrente deste Executivo, bem como dos anteriores, é exatamente fazer cada vez mais, com menos dinheiro. E eu acredito que essa é uma das nossas metas principais. Em termos da nossa gestão e das nossas políticas de poupança, obviamente não só pela questão energética que aqui já foi referida e bem pelo Eng.º Pedro Murtinho, uma das nossas principais missões passa por cada vez mais dentro de casa conseguirmos rentabilizar os nossos meios e conseguirmos poupar, em termos dos mais diversos atos e tornar o sistema cada vez mais funcional. Dentro desse segmento eu gostaria de sublinhar aqui o papel titânico que a Divisão de Informática vai ter pela frente, Neste momento, estamos inseridos numa verdadeira revolução, em parte apoiados pelo programa SAMA, mas em parte também pela dinâmica já existente na nossa casa. O ano de 2015 ficará forçosamente marcado pela forte reestruturação tecnológica que estamos a fazer. Iniciámos ainda no decurso deste ano e esperamos obviamente concluir em 2015, a integração de toda a componente de software já existente. Vamos ter um programa de gestão interna único, que no fundo vai permitir aglutinar tudo aquilo que já existe, e a grande virtude de tudo isto, e que eu não posso deixar de nomear, é que é feito com a prata da casa. Mais do que estarmos a importar o "Know-how", que existe em parte com algumas empresas



MUNICÍPIO DE POMBAL

externas, estamos a consolidar o conhecimento já existente. Todo este motor de revolução, passa no fundo por um conjunto de pessoas que nós temos, são pessoas que estão habilitadas, que têm um conhecimento poderosíssimo do sistema e que nos permitem fazer a diferença relativamente a outros Municípios. Enquanto que os Municípios aqui à nossa volta estão tecnologicamente muito mais atrasados, nós obviamente, possuidores deste “Know-how” e de todo este conhecimento, permite-nos estar num patamar completamente à frente. Aliás, referia há pouco o Senhor Presidente e muito bem, a questão do projeto da loja do cidadão e de espaços do cidadão que terão lugar nas Freguesias do concelho, e percebemos o potencial que já temos. Ao confrontar a equipa do que coordena este projeto com a nossa realidade, estes ficaram estupefactos com a quantidade de serviços que neste momento já dispomos, que são já uma panóplia imensa. Estamos a falar de dezenas de serviços que as pessoas já podem ter nos balcões do atendimento municipal e o nosso objetivo é não parar por aqui, é exatamente, como dizia há pouco, rentabilizar aquilo que temos. Tornar o sistema ainda mais funcional, no fundo, permitir reduzir despesas e acima de tudo, servir melhor o nosso cliente, que são os munícipes. Em termos tecnológicos essa vai ser a nossa aposta, não só pela necessária requalificação do nosso equipamento informático, mas acima de tudo, por tentar estar na vanguarda daquilo que nós estamos a oferecer a todos os munícipes.

Gostaria também de sublinhar, no que diz respeito às feiras e mercados, há aqui uma obra que eu considero de especial relevância, que é forçosamente o nosso mercado. Obra que iniciou recentemente, que irá ter conclusão apenas no decurso do ano 2015 e que nós esperamos, é esse o nosso desejo, que efetivamente marque a diferença e torne aquele espaço cada vez mais agradável. Recordo aqui as conversas e os comentários muito pertinentes do Eng. Claro. Pretendemos ter ali um espaço novo, um espaço mais moderno, um espaço que possa ser interativo com a comunidade, que possa fugir à lógica tradicional que temos tido e que no fundo possa ser cada vez mais uma referência dentro da nossa cidade, a exemplo de outros mercados que são por todo o País e por todo o Mundo.

Permitam-me que sublinhe um aspeto muito importante, que é mais do que fazer investimento novo, e isso obviamente está bem patente e está bem representado no conjunto de obras que de alguma forma aqui são projetadas, há cada vez mais o cuidado também, em renovar e requalificar o existente. Eu acho que isso é muito importante, nós cada vez mais atingimos um patamar que, mais do que estar a prestar um serviço, queremos prestar esse serviço cada vez mais e melhor, nas mais diversas valências. É o caso do mercado, mas como também disse o Senhor Presidente, o caso da nossa piscina. No ano de 2015 vamos tentar criar neste espaço um projeto de reconversão energética, e acima de tudo, permitir que aquele espaço possa funcionar não só em termos de melhores condições, eventualmente com a renovação dos respetivos balneários, mas também com a possibilidade de ser ali instalada uma piscina de ar livre. Este é o projeto que queremos dinamizar, queremos que ganhe forma e acima de tudo que, no fundo, se consigam perspetivar melhores condições. Este tem que ser o nosso foco

Aqui, permitam-me que faça uma viagem para a área desportiva, e como já percebemos há efetivamente alguns investimentos, em termos de infraestruturas. Mas a nota que eu queria aqui deixar bem patente na questão do desporto, é que estamos a atingir algo muito importante. Nestes últimos anos, foram feitos progressos notáveis em termos de infraestruturas pela ação direta do Município, mas também dos vários clubes e dos vários agentes desportivos do nosso Concelho. Importa agora, mais do que nunca, rentabilizar essas mesmas infraestruturas. E aqui, permitam que vos diga, não é por acaso que o Município de Pombal é hoje, em diversas modalidades, uma importante referência. Somos em termos de futsal, em termos de atletismo ou



MUNICÍPIO DE POMBAL

no futebol, entre tantas outras, apresentando o maior número de praticantes em termos distritais, Isso representa algo muito importante, não é fruto da nossa política regular de subsídios ou do empenho meritoso dos nossos clubes desportivos, mas acima de tudo, algo que me parece e que deve ser bastante sublinhado, nós cada vez mais temos mais jovens a fazer desporto. Portanto, quando se cria todo este conjunto de programas, onde se destaca o EPIS, ou quando há todo este vasto rol de apoios sociais, cada vez mais nós queremos que o cidadão, o jovem, possa ter uma prática desportiva completa, possa ter um crescimento sustentado a todos os níveis. Logo, não é por acaso, que o número de jovens praticantes, o número de jovens que estão na escola e que fazem desporto, é obviamente cada vez maior.

Isso, parece-me a mim, que é uma bandeira e é um ato muito importante. Mas mais que isso, e eu penso que essa terá que ser uma das grandes missões que teremos que estabelecer e de alguma forma estar patente nalgumas atividades que são representadas especialmente na questão do PAM, é tentarmos cativar o cidadão para a prática desportiva. Conseguimos já, eu não posso deixar de sublinhar a importância que teve o passeio do Açude e quem lá passa quer de manhã, quer à noite, é com grande alegria que vê, o número muito grande de pessoas, que cada vez mais, de uma forma informal, faz desporto. Essa é também a nossa aposta. Não queremos só a parte formal, queremos necessariamente também a parte informal, e portanto é notório que cada vez mais, o nosso objetivo passa exatamente por captar esse conjunto de pessoas. No ano de 2014, ficámos bastante satisfeitos, em perceber que o número de atletas do Concelho é cada vez mais elevado nos mais diversos eventos. Eu dou-vos o caso da Corrida dos Gambuzinos, projeto inovador que lançámos e que acabou por surtir bastante efeito. Ou então o exemplo da Corrida do Bodo, onde o número de atletas do concelho é cada vez maior, onde encontramos pessoas que querem praticar desporto de uma forma informal, não federada. Portanto, claramente quando pretendermos lançar para o próximo ano, a questão do centro municipal de marcha e caminhada, que faz parte do nosso programa eleitoral, é exatamente ir ao encontro desta franja de pessoas, que querem começar a fazer desporto não condicionados a um conjunto de regras de um determinado clube ou associação, mas querem ter uma atividade desportiva. Este é forçosamente um segmento muito importante.

Mas mais que isto, e voltando à questão competitiva e à parte federativa, é também importante perceber que Pombal é cada vez mais procurado por entidades externas para os mais diversos estágios e para os mais diversos eventos. Há portanto aqui um trabalho muito importante, em que Pombal se possa afirmar também a nível regional, por esta capacidade de receber exatamente estes mesmos grupos, que acaba obviamente por ter consequências muito importantes para a nossa economia. Relembro aqui o caso por exemplo da pista de atletismo na ExpoCentro, que no mês de janeiro e fevereiro, com as suas atividades origina em alguns períodos a total ocupação das nossas unidades hoteleiras. Logo, com consequências também diretas para a restauração e portanto o que nós queremos é tentar replicar isto noutras partes do ano, não só com o atletismo, mas também dentro de outras áreas, conseguir afirmar Pombal como um espaço de turismo desportivo.

Há claramente esse desejo, de afirmar Pombal nas mais diversas referências e aliás, se pensarmos não é por acaso que, começamos a somar vários títulos em diversas áreas, o caso do karaté, que tivemos um campeão, o caso do xadrez que temos um vice-campeão, entre outros. Portanto, temos hoje um conjunto de referências que demonstram que no fundo há aqui um trabalho de continuidade e que começa a dar frutos. Penso, que isso efetivamente é uma mais valia e acima de tudo uma questão importante, é uma marca da nossa qualidade de vida. Eu penso que é isso que no fundo está patente neste documento, queremos fazer mais e melhor, mas



MUNICÍPIO DE POMBAL

acima de tudo dentro deste melhor, permitir que as pessoas possam sentir-se realizadas, satisfeitas por viver no nosso Concelho. Por tudo isto, obviamente, que o meu voto será positivo e penso que é um documento estratégico para o nosso Concelho."

A Vereadora Ana Gonçalves, fez a intervenção que se segue:

"Não querendo alongar muito e porque o Senhor Presidente já explicou grande parte dos pontos-chaves deste orçamento, queria apenas apresentar aqui um pequeno resumo das políticas que estão por trás das áreas que me estão neste momento atribuídas. Portanto, vou-me focar na cultura, no turismo, nas áreas económicas, nos transportes e na mobilidade.

Na cultura, a estratégia estará assente em dois grandes vectores: a qualidade e a diversidade. Queremos ser uma referência e para isso sabemos que temos que ser criativos, inovadores, elevar a qualidade e acima de tudo, abrir novos horizontes. Sabemos que os pombalenses são exigentes, que gostam de bons espetáculos. E é para nós uma enorme satisfação, assistir à participação massiva dos Pombalenses, nas mais diversas iniciativas são exemplo o Mercado Medieval, o Romeu e Julieta, uma peça do TAP que teve em exibição duas vezes no Teatro Cine, com lotação esgotada, os concertos que aconteceram no Castelo, como foi o caso da Kátia Guerreiro e da Gisela João. Os Jáfumega no Teatro-cine e a Luísa Sobral, no próximo dia 10 cuja sala já está esgotada. Portanto, sabemos que não são só os pombalenses que valorizam e que participam nas nossas atividades, mas é para eles que trabalhamos e portanto manteremos este registo de qualidade. Na música, no teatro, na literatura, nas exposições, nos ateliers dos serviços educativos, iremos ter uma oferta alinhada com os diferentes públicos, dos mais jovens aos menos jovens, sempre numa filosofia de oferecermos o melhor. E em 2015 o Natal terá novamente um brilho especial, numa união de esforços entre o Município e os mais variados parceiros. Temos uma verba em atividades culturais que ronda, como disse o Senhor Presidente há pouco, cerca dos seiscentos mil euros, que poderá ainda ser reforçada com a candidatura que iremos fazer à Cultrede. Em termos de infra-estruturas teremos um investimento, nesta área, de cerca de cento e vinte e seis mil euros em equipamentos e infra-estruturas.

No turismo, a menção honrosa recebida pelo filme "Pombal Cinco Sentidos", no sétimo festival internacional do turismo tem um significado muito especial e comprova que temos, de facto, um território maravilhoso. Orgulhamo-nos da nossa riqueza natural e cultural que possuímos e a exibição deste filme além fronteiras, a partir do próximo dia 1 de Novembro irá projetar o nosso território e certamente potenciar a sua visitação. O Castelo continuará a ser um palco cultural. Ao longo do ano, novos conteúdos serão desenvolvidos, apresentados e instalados no Castelo de Pombal, no âmbito de um projeto conjunto que mantemos com a Rede de Castelos e Muralhas Medievais do Mondego. A feira medieval estará de volta e o programa de animação no castelo de Pombal será ainda mais rico. Sentimos todos que a dinâmica do Castelo que até ontem registou cerca de 17 mil visitantes, aliada às atividades desenvolvidas nos espaços museológicos irá continuar a projetar a nossa cidade e a nossa cultura e prova disso é que em 2014, o número de visitantes dos museus municipais, cresceu cerca de 30%, isto demonstra bem que, todos ganhámos com a reabertura do Castelo ao público. A promoção turística será centrada na promoção do território junto de operadores e investidores com vista a captar mais visitantes. E 2015, será o ano em que iremos abordar formalmente, e pela primeira vez, o mercado de turismo religioso. O Convento do Louriçal, como todos sabemos, é um valioso exemplar da arquitetura religiosa da época de D. João V, e a reabertura do processo de beatificação da Madre Maria do Lado, irá certamente potenciar a introdução do Louriçal na rota religiosa que movimentam milhões de pessoas, todos os anos em direção ao Santuário de Fátima. Mas não nos esqueçamos do turismo de natureza, aliás, é aqui o grande investimento. A construção do CimuSicó, como



MUNICÍPIO DE POMBAL

disse o Senhor Presidente, um investimento que ronda cerca de um milhão e meio de euros no próximo ano, a recuperação da Casa da Guarda do Norte, a negociação dos terrenos para darmos início à construção do parque de campismo ecológico da Mata Nacional do Urso e a recuperação dos vestígios arqueológicos da Telhada em Vermoil. E claro, como não poderia deixar de ser, iremos continuar a investir na Praia do Osso da Baleia. Aguardamos a aprovação da revisão do POC, onde está já vertida a instalação de um apoio de praia completo e assim a possibilidade de abrimos um restaurante. Aqui, nesta área turística, teremos um investimento de cerca de 80 mil euros em promoção que está refletido no PAM e um milhão e seiscentos mil euros, na área de infra-estruturas, sendo grande parte dedicado ao CimuSicó. Nas áreas económicas iremos continuar na senda do empreendedorismo e da inovação.

A nossa estratégia de desenvolvimento económico é clara e tudo faremos para potenciar a competitividade e a pulsação económica do nosso Concelho. Em 2014, além da requalificação dos parques industriais, da criação do Gabinete de Apoio ao Investidor, focámos a nossa atenção na dinamização do comércio tradicional com incentivo à instalação de empreendedores na zona histórica, três lojas, sete negócios. É o resultado do projeto Porta Aberta, que aliada à animação e decoração das ruas, ao incentivo à reabilitação dos edifícios, aos benefícios fiscais no arrendamento, trouxe uma nova dinâmica a esta zona da cidade. No próximo ano, apostaremos novamente nas feiras temáticas, nas instalações decorativas e na animação de rua, porque estas são atividades que sentimos que movimentam o Concelho, trazem as Freguesias à cidade e estreitam a relação entre o Município, os comerciantes e as instituições locais. Em 2015, além da consolidação do projeto Porta Aberta, o investimento nos Parques Industriais que já foram aqui referidos, iremos centrar a nossa aposta no empreendedorismo. Queremos contribuir para o reforço do auto-emprego e incentivar a criação de micro empresas. E mais uma vez, o espírito de partilha estará na base deste novo projeto, o Espaço Coworking, um espaço de partilha de recursos, ideias, experiências e networking, criando assim várias sinergias nos diferentes negócios empresariais. Queremos desenhar um espaço diferente e uma solução flexível, estamos a definir o modelo e a estudar o melhor edifício para receber este novo conceito. Encetámos, já, contactos com a IDD para abraçar este desafio e envolveremos também a OPEN e o IPN. Com a criação, no ano passado do Gabinete de Apoio ao Investidor, construímos já um base de conhecimento objetiva e abrangente sobre o tecido empresarial do Concelho, complementada por uma matriz de apoios e incentivos e criámos uma base de dados de legislação útil para a instalação de novas empresas. Estas são algumas das matérias que hoje estão disponíveis de uma forma simples neste Gabinete de Apoio. Mas em 2015, iremos desenvolver estratégias para atrair novos investimentos, colocando à disposição do decisor e do investidor um vasto leque de informação de apoio à decisão. Pretendemos criar condições favoráveis à dinamização do tecido empresarial, ao fomento da cooperação e ao incentivo à inovação, reforçando o empreendedorismo e a fixação de modelos empresariais sustentáveis e inovadores. E como tal, no âmbito do Gabinete de Apoio ao Investidor, pretendemos consolidar a informação, com a criação de um site de apoio ao investidor, criar um guia de apoio ao empreendedor e um dossier de apoio ao investimento.

Termino com duas áreas não menos importantes para os Pombalenses, a mobilidade e os transportes. Em 2015, e como está no plano, prevemos implementar aos algumas das medidas sugeridas no Plano Local e Municipal para a Promoção da Acessibilidade, e como tal iremos dar início à eliminação de barreiras no espaço público e à melhoria do acesso aos nossos edifícios. E assim tornaremos a nossa cidade e o nosso Concelho mais acessível para todos. Na área dos transportes urbanos, o investimento em 2015 será significativo, uma vez que iremos reforçar a



MUNICÍPIO DE POMBAL

frota do Pombus e alargar a área de abrangência deste serviço. Como todos sabem, este ano desenvolvemos um estudo de optimização da rede do Pombus e estamos neste momento, com base ainda no relatório preliminar, a ultimar a redefinição dos circuitos, com vista a aumentar a eficiência, alargar a abrangência e eliminar redundâncias. Contamos, no princípio do primeiro trimestre de 2015, iniciar o período experimental desta nova solução.

Por último, não podia deixar de agradecer a todos aqueles que conosco trabalham diariamente, contribuindo assim para um Concelho mais dinâmico, mais moderno, mais inovador e melhor. Senhor Presidente, termino dizendo que, como é óbvio, este plano merecerá o meu voto favorável."

A Vereadora Catarina Silva, cuja intervenção:

"Discutimos hoje o nosso projeto de investimento, o nosso plano de atividades que vão dar rosto ao que vai ser a atividade do Município de Pombal durante o ano de 2015. É definitivamente um ano exigente, marcado por uma redução significativa, tal como dito pelo Senhor Presidente, de cerca de 16 milhões, com menos verba disponível, os critérios de rigor, de transparência, de justiça e de prioridade devem, por isso, pautar mais uma vez, a atividade deste Município. Permita-me, Senhor Presidente destacar algumas atividades e alguns projetos de investimento naquilo que são os meus pelouros atualmente. Embora com menos verba na globalidade, as atividades direcionadas para a melhoria da qualidade de vida dos nossos munícipes, para o apoio à supressão de dificuldades económicas, vai continuar a ser uma constante. Propomos um Município cada vez mais atento àquilo que são as necessidades dos pombalenses, propomos um Município com projetos inovadores no campo da ação social. Desde já destaca-se a intenção de dedicar em 2015, uma atenção especial à dinamização da nossa rede social. Desta dinamização vai constar, por exemplo, um debate profundo da ação social no Concelho e do papel da mesma nos Municípios. Contamos também com uma oferta de seminários, de workshops, a serem desenvolvidos pela rede social, em particular com o núcleo executivo, inseridos em temáticas de interesse, da atualidade e que permitirão à nossa rede social crescer e às instituições a ela pertencentes crescerem também. Falamos, por exemplo, de um workshop que estamos a desenvolver no âmbito da saúde mental. Vamos trabalhar em 2015 para que o Município de Pombal se associe à rede de Autarquias Familiarmente Responsáveis, tal como o Senhor Presidente também já referiu. Este programa abrangerá um conjunto de iniciativas que visam melhorar a qualidade de vida das famílias pombalenses, em que temos por exemplo, a realização de ações de informação em conjunto com o Centro de Saúde para a adoção de estilos de vida mais saudáveis, programas específicos para famílias numerosas, para famílias em situações de vulnerabilidade, entre outras iniciativas ainda em fase de definição. Inscrito em PAM para 2015 temos também um projeto novo, pese embora ele até já exista há algum tempo em colaboração direta com a APEPI, que é o banco voluntariado "Dar as mãos". Numa sociedade cada vez mais individualizada é importante, por isso, dinamizar o voluntariado em Pombal, permitindo criar uma rede de apoio, de auxílio e intervenção. À semelhança de 2014, em 2015 dedicaremos atenção a todos os que vivem em condições ditas menos dignas. Este ano, apoiámos a recuperação de 2 habitações degradadas, de famílias carenciadas, e em 2015 estamos prontos para continuar a apoiar. 2014 tem sido um ano de grande participação dos nossos seniores e das instituições nossas parceiras, e é por isso que em 2015 queremos ir mais longe com o nosso plano estratégico para a população sénior. Para 2015, propomos mais atividades, levando este plano para as Freguesias e para os idosos que por uma razão ou outra acabam por não estar inseridos em nenhuma resposta social. A elaboração da carta social do Concelho, o desenvolvimento do projeto "Tecer a Prevenção" são também mais dois projetos inovadores e que permitirão



MUNICÍPIO DE POMBAL

dinamizar e continuar a abrir novos horizontes para a ação social em Pombal. Para este plano de atividades optou-se por eliminar aquilo que no passado chamámos, plano de emergência municipal e programa de apoio a famílias carenciadas, criando uma única atividade denominada de apoios diversos no âmbito da ação social. Aqui poderão ser atendidas necessidades que não se enquadram taxativamente no nosso regulamento de apoios diversos de ação social, como por exemplo, o apoio para o pagamento de rendas e até para a sobrevivência que aliás, no ano de 2014, tivemos esta medida implementada. A habitação social é, como já foi referido, uma prioridade. Para 2015 continuarão as obras de requalificação e beneficiação dos nossos dois bairros sociais, assim como a promoção nas Freguesias de habitação social, através da recuperação de escolas encerradas, para a sua transformação em habitação social.

Em resumo, estamos a falar de montantes e projetos estruturantes na ação social e que rondam valores superiores a 100 mil euros. Relembro que o ano passado já tinha sido marcado por um aumento da verba disponível para a ação social. Este ano voltámos a apostar em novos projetos, novas iniciativas, queremos mais para Pombal, criando uma rede de energia positiva, de forma a sedimentar ainda mais as relações institucionais com os nossos parceiros na ação social.

São Pedro foi amigo da nossa floresta em 2014, mas quero crer que não foi só São Pedro. Acredito que a onda de sensibilização que foi criada em redor da limpeza obrigatória, foi motivadora para a diminuição em cerca de 30% das ignições. O distrito de Leiria foi inclusivamente um dos distritos com menos ignições no País, por coincidência ou não, um dos que mais apostou nas atividades de fiscalização e de sensibilização. É objetivo deste Executivo dar continuidade a este trabalho. É neste sentido que destaco no PAM a atividade floresta limpa, Pombal sem incêndios, que à semelhança do ano passado, será constituída por diversas iniciativas, desde logo o protocolo com os GIP's, a PSP, ações de sensibilizações, reflorestação, brigadas autárquicas de voluntários nas Freguesias, a continuação da elaboração do cadastro florestal, entre outras. Propomos ainda para 2015, atividades de divulgação no âmbito no nosso plano municipal de defesa da floresta contra incêndios, que está neste momento em fase de revisão. Propomos que este plano seja na medida do possível dinâmico e participativo. Em termos de investimento, propomos para 2015 uma aposta forte na melhoria significativa de caminhos florestais e na melhoria e beneficiação da atual rede de pontos de água do Concelho. Neste dois tipos de investimento, aguardamos também boas notícias nos novos fundos comunitários. Em termos de valores associados a alguns dos projetos significativos da defesa da floresta, em 2014 tivemos um montante de cerca de 12 mil e quinhentos euros, e para 2015 apostamos para um montante acima dos 70 mil euros, só nos que eu falei anteriormente, e a este montante acresce algum valor que nós já temos disponível também para a compra de mancha florestal. Ao nível do desenvolvimento agrícola prevemos em 2015 apostar na dinamização da rede agrícola em Pombal, sendo Pombal um Concelho com potencial agrícola, importa pois dinamizar o nosso tecido. Estamos por isso, aliás, como sempre estivemos, disponíveis para trabalhar em parceria com as uniões de agricultores e com a cooperativa, pelas problemáticas associadas à agricultura é importante reunir esforços e encetar os contactos necessários para a constituição de uma verdadeira rede agrícola. Em 2014 foram alguns os jovens agricultores que quiseram fazer da sua vida a agricultura, e quiseram implantar o seu negócio agrícola em Pombal. A dinamização do tecido agrícola em Pombal implica diretamente um incremento do potencial económico do Concelho. É importante, por isso, reunir sinergias. Para todos os pombalenses e para todos aqueles que nos visitam, 2015 vai ser também um ano de reforma ao nível dos nossos espaços verdes. Perspectivamos algumas alterações no jardim do Cardal, nomeadamente com a introdução de um novo parque infantil e de algumas pequenas



MUNICÍPIO DE POMBAL

reorganizações, a reestruturação do jardim da Várzea, a revitalização do jardim do Vale e alguns arranjos no jardim das Oliveiras.. Queremos espaços verdes mais adaptados às necessidades dos que os frequentam, espaços mais convidativos. Os espaços mencionados anteriormente são obviamente complemento aos outros já existentes, como seja, por exemplo, o actualizadíssimo parque do Açude. Nada do referido anteriormente é possível ser feito sem a colaboração direta, envolvida e motivada de toda a equipa do Município. Para este grande desafio precisamos de colaboradores corajosos, para nos acompanharem neste aventura. Sobre o lema de colaborador feliz, Município mais competente, incluímos no PAM de 2015 uma verba prevista para um objetivo ao qual denominámos plano integrado de motivação e satisfação de colaboradores do Município de Pombal. Consideramos que no âmbito daquilo que são as nossas competências de gestão de recursos humanos, podemos, e principalmente devemos, pensar em como motivar e satisfazer os nossos trabalhadores, fazendo com que os mesmos busquem a sua excelência profissional. Portanto, tendo em conta tudo aquilo que referi, tendo em conta e sublinhando e concordando com aquilo que o Senhor Presidente disse, é óbvio que o meu voto vai favoravelmente a este nosso projeto."

O Vereador Renato Guardado, cuja intervenção se transcreve:

"Eu pretendo acrescentar aqui alguns aspectos referentes a determinadas opções inscritas no PAM e no PPI, com as quais, naturalmente, estou mais envolvido e em especial naquelas áreas em que a sua inscrição, desprovida da devida explicação, não nos permite ter uma ampla percepção do que se pretende. Portanto, relativamente às matérias relacionadas com o ambiente, começo por destacar um grande reforço no investimento, tal como o Senhor Presidente já destacou, que surge no Plano Plurianual de Investimentos, para a proteção do meio ambiente, nomeadamente na limpeza e beneficiação dos rios e ribeiras do Concelho, com um valor de 320 mil euros, para o ano de 2015. De referir que dois procedimentos, em específico, até já estão numa fase de diagnóstico, bastante amadurecidas, sendo uma certeza a sua implementação no terreno. Um dado relevante também nesta matéria é que a limpeza da margem do rio Arunca, é já um primeiro passo, na concretização daquele, largamente ambicionado, corredor ecológico ribeirinho, ao longo de todo o rio, desde Albergaria até Almagreira, portanto aproveitamos a circunstância de ter de proceder à limpeza, para valorizar o rio e lançamos, digamos, âncora num outro objetivo.

Em relação à gestão de resíduos, e ainda na área do ambiente, o Plano de Atividades Municipal, inclui como é hábito, uma verba considerável destinada à recolha e tratamento dos resíduos sólidos urbanos. Agora, para além desta verba, temos também o reforço do valor destinado ao trabalho, sensibilização para a reciclagem, numa lógica de premiar e incentivar as boas práticas ambientais. Esta rubrica de sensibilização, não nos podemos esquecer, são também elas rubricas de investimento, uma vez que quanto mais reciclarmos, menos gastamos com a recolha de resíduos e mais poupamos o nosso ambiente. A título de exemplo, gostaria de dar-vos nota que o novo plano estratégico de resíduos sólidos urbanos Persu, indica como meta à Valorlis, em colaboração com os Municípios, um aumento da reciclagem para 35% de todos os resíduos produzidos na nossa zona. Tendo em conta que, atualmente estamos numa margem de 9% de todos os resíduos produzidos são reciclados, daqui se percebe a necessidade de iniciar já este trabalho de sensibilização, para que no ano de 2020 consigamos atingir em colaboração estas metas. Na vertente da educação ambiental, referir também que continuamos com a aposta no projeto Eco Escolas e que desde já estamos a sentir um aumento nas inscrições, relativamente ao ano anterior, ao nível de participantes. Este projeto torna-se especialmente interessante e digo-o com experiência curta na causa, mas com paixão que adquiri por este projeto, uma vez que



MUNICÍPIO DE POMBAL

através da leitura dos dados e da monitorização dos indicadores ao longo dos anos, nota-se claramente nas escolas envolvidas, uma mudança de atitudes e comportamentos, especialmente em questões como poupança de água, energia, separação de resíduos, se virmos os dados desde que começaram o projeto, até aos dias de hoje, percebemos claramente que este projeto de promoção ambiental, que nós muitas vezes não acreditamos ou temos alguma desconfiança, porque não vemos o resultado a pronto, nestes casos concretos dão resultados. Portanto, paralelamente a isto e para não me alongar muito mais, o projeto rios, agenda 21, bandeira azul, serão todos os projetos ao nível do ambiente que o Município de Pombal, continuará a ser aposta numa lógica conjunta, em que o Município continua também bastante empenhado em ser, o Município amigo do ambiente e um dos mais bem cotados no âmbito do programa Eco 21.

Em relação às matérias de juventude, permitam-me que destaque como novidade a criação de uma residência de estudantes no centro histórico. A verba inscrita tem uma dotação de 5 mil euros apenas, uma vez que o espaço físico já existe, e esta verba apenas se destina a equipar do edifício. A residência irá funcionar, no edifício que o Município construiu na Rua do Cais, e onde possui 2 apartamentos T2 disponíveis. Terá uma capacidade de 8 alunos, eventualmente, 4 raparigas e 4 rapazes por apartamento. Sublinho a relevância de, com esta residência estarmos mais uma vez a impulsionar a vinda de jovens para o centro histórico da cidade e simultaneamente potenciar e dotar as nossas escolas, principalmente as profissionais, de condições para que sejam também elas mais fortes na concorrência neste mercado, e ao mesmo tempo aproveitando isso para povoar a nossa cidade. Tal como a verba para o incentivo ao arrendamento jovem, que tem também como objetivo, facilitar a emancipação dos jovens e democratizar o acesso a ferramentas que já existem, mas muitas vezes não são procuradas, falo do programa porta 65 do IPDJ. Paralelamente a isto temos também a promoção de melhoramento dos ATL, com uma vertente também formativa, a aposta no Conselho Municipal da Juventude, continuará como no passado, a ser um parceiro na definição das políticas de Juventude e para além destas matérias, temos também a verba para o apoio ao associativismo jovem, sendo que o trabalho que se está a fazer neste âmbito e que se procurará também no ano de 2015, irá muito, no sentido de apoiar as associações juvenis, não inscritas nos RNAJ em regularizar a sua situação, a atribuir-lhes formação e ferramentas para que consigam candidatar-se e procurar apoio não só junto da Autarquia, mas junto de outras entidades, institutos que também as financiam.

Nas matérias que se prendem com a gestão do trânsito, referir apenas que, além do normal trabalho de sinalização e de manutenção que se procede nesta área, ter-se-á também atenção, às condições nas sedes de Freguesia, onde será também iniciado um trabalho de cadastro e inserção de plataformas informáticas de sinalização, para conseguirmos no futuro, ter um melhor controlo sobre esta matéria no nosso território. Por fim, e apesar de não vir explicito nestes documentos previsionais, não posso deixar de referir a abordagem que se pretende dar à comunicação e gestão dos projetos das obras municipais. Passarão a estar disponíveis no site na Internet da Câmara, os projetos de todas as obras que estão em curso, bem como informações relevantes dessas mesmas obras. Para além desta disponibilização da informação importante a todos os munícipes, sublinho também o diálogo com todos os intervenientes na construção destes edifícios em causa. Sim, é verdade, este ponto não tem rubrica no PPI, mas politicamente julgo muito importante, que as obras sejam vistas, analisadas, escrutinadas, publicitadas, publicadas, também antes de serem construídas. Portanto, será também um caminho que iremos fazer no âmbito do Gabinete de Projetos. No seguimento desta abordagem e mesmo para terminar, com vista também à transparência nas matérias e à democratização das matérias tratadas pela



MUNICÍPIO DE POMBAL

Autarquia, não posso deixar de destacar uma rubrica que aparece logo no princípio do PAM, que é o orçamento participativo. Esta é, digamos, uma realidade e uma aposta que o Município irá fazer no ano de 2015 e que eu acho que atualmente com a questão e com o clima político que se vive, são muito importantes este tipo de ações, para que os cidadãos sintam que, de facto, a sua intervenção não se resume ao voto, mas poderão também participar noutros fóruns e noutros registos. Posto isto, como é óbvio, o meu voto também será favorável ao Orçamento.

O Vereador Adelino Mendes, fez a intervenção que se segue:

"Como já aqui foi referido, uma das notas que marcam o orçamento para 2015 é a redução do plafond orçamental face a 2014 e, sobretudo, a redução do investimento planeado para o próximo ano, por via de uma menor expectativa de arrecadação de fundos comunitários. A redução não corresponde aos 16 milhões que aqui foram referidos. Se virmos quer a diferença face ao orçamento de 2014, a comparação entre receita e despesa, quer a própria redução da estimativa de encaixe dos fundos comunitários, os números são na ordem dos 7 milhões de euros e, portanto, é essa a redução com que estamos confrontados ao longo do próximo ano.

Sobre esta matéria, de uma forma sintética, queria dizer que é inaceitável que não estejamos noutro patamar no que diz respeito à aplicação do próximo quadro comunitário, do designado acordo de parceria Portugal 2020. E porquê? Porque ao longo dos últimos 3 anos, período em que o nosso País foi objeto de um programa de assistência económica e financeira, uma das consequências da aplicação desse programa foi uma forte redução, quer do investimento público, quer do investimento privado. Ao longo dos últimos 2 anos, o que todos temos ouvido, por parte de diferentes responsáveis políticos, é que o novo quadro de referência estratégica nacional, financiado com os fundos estruturais e com os fundos de investimento da União Europeia, seria a solução para relançarmos o investimento, quer público, quer privado e para dinamizarmos o crescimento da economia, que é vital para sairmos desta situação em que nos encontramos. E quando estamos a chegar ao final do ano de 2014, o primeiro ano de vigência deste novo quadro comunitário, é de facto inaceitável que o nível de atraso seja tão substancial, que não sejam conhecidos os regulamentos dos diferentes programas operacionais e dos diferentes eixos e que nem se quer se vislumbre a abertura de candidaturas.

Posto isto, queria ainda dizer o seguinte: se é verdade que há uma redução da receita relativa a fundos comunitários, apesar de ter havido uma redução da taxa do IMI para 0,3 %, que é o mínimo legal permitido, as estimativas orçamentais não apontam para uma redução de impostos e taxas, pelo contrário, apontam para uma estabilização desse montante, atendendo a que a receita prevista no orçamento de 2014 em impostos diretos, indiretos e taxas foi de 9,7 milhões de euros e a previsão de receita para 2015 é de 9,9 milhões de euros. Mais, no que diz respeito às transferências da Administração Central, apesar de haver a redução dos fundos comunitários a que já fiz referência, não há, quer em termos do fundo de equilíbrio financeiro, quer do fundo social municipal, quer nas transferências de IRS, redução das transferências de Administração Central, pelo contrário, há um aumento dessas transferências, nomeadamente por via do incremento da participação no IRS de que beneficia o Município de Pombal, em 2015, atendendo a que, no plano orçamental, 2015 é o primeiro ano em que a sobretaxa que foi aplicada no ano de 2013 se fará sentir. Para terem uma ideia, a participação variável no IRS com efeito no orçamento de 2014, correspondeu a um milhão e quarenta e dois mil euros de receita, que agora, em 2015, será de um milhão duzentos e setenta e oito mil euros, um acréscimo de 23% que resulta da aplicação da sobretaxa no Concelho de Pombal. A sobretaxa de IRS foi aplicada em 2013, o imposto foi cobrado em 2014 e, em 2015, há um acréscimo de duzentos e cinquenta mil euros, sensivelmente, da receita de IRS no orçamento municipal.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Queria também dizer, no que diz respeito ao peso relativo dos impostos e taxas na receita, que no orçamento de 2014 esse peso é de 19,7%, e em 2015 será de 23,3%, ou seja, há um incremento do peso dos impostos e taxas na receita. O orçamento revela uma redução das despesas correntes e dos encargos com a aquisição de bens e serviços, face ao orçamento de 2014, mas como o Senhor Presidente da Câmara já teve ocasião de explicar, há rubricas que estão com dotações insuficientes face às necessidades para o ano e que terão de ser reforçadas por via da aplicação do saldo de gerência de 2014, o que impede que façamos aqui uma comparação mais rigorosa entre os encargos com a aquisição de bens e serviços, no corrente ano e no ano que se perspectiva agora.

Neste orçamento, e nomeadamente no Plano Plurianual de Investimentos, gostaria de destacar duas intervenções que estão aqui previstas. Desde logo, as obras no Centro de Saúde de Pombal e no Centro de Saúde da Guia, por aquilo que significam na melhoria da prestação de cuidados de saúde às populações, por aquilo que significam na modernização dos equipamentos de saúde e, digamos, no caso específico de Pombal trata-se de uma obra ansiada há décadas. Destaco também o investimento no centro de interpretação e museu da Sicó, esperando que, quando o investimento estiver concluído e o equipamento em utilização, possa funcionar como um equipamento bom para toda a serra da Sicó, de atracção turística da Serra da Sicó e de reforço do seu potencial.

Temos uma perspectiva mais crítica no que diz respeito ao investimento na rede viária, porque achamos que este peso de 20% nos investimentos na rede viária, com uma dotação superior a 5 milhões de euros, deveria, no quadro da gestão flexível do orçamento, ter sido utilizado para reforçar duas outras rubricas, que também foram aqui referidas pelo Senhor Presidente da Câmara, designadamente a do saneamento e a do centros escolares. Queria também dizer, contrariamente ao que foi dito aqui pelo Senhor Vereador Pedro Murinho, que a variante do Lourçal é uma obra prevista para o futuro, que não tem neste momento dotação inscrita no orçamento para 2015 e a rotunda do Alto do Cabaço, em fase de elaboração dos projetos, tem apenas uma dotação de 200 mil euros. Portanto, não são estas duas obras que oneram esta rubrica da rede viária. Mas por que motivo é que nós entendemos que deveria ter havido aqui uma outra prioridade ou uma outra afetação nestas verbas do investimento? Primeiro, nos centros escolares, como foi aqui referido na apresentação detalhada que foi feita pelo Senhor Presidente da Câmara, para além das obras que estão em curso na Mata Mourisca e em Almagreira, e que terão impacto financeiro em 2015, há, pelo menos, mais 8 obras para executar. E, no âmbito do saneamento, os 3,2 milhões de euros que estão previstos executar em 2015, correspondem apenas a 10% do montante que está previsto executar nos próximos 4 anos, sem considerar as outras obras que estão ainda em fase de estudos e de projetos e que, no futuro, irão significar necessidades adicionais de construção de infraestrutura. Sendo verdade aquilo que o Senhor Vereador Fernando Parreira referia há pouco, há, de facto, um conjunto de áreas de atuação Municipal onde, no essencial, as infraestruturas estão construídas e as políticas devem direccionar-se para a utilização desses equipamentos e para a sua potencialização; há outras áreas, neste caso em concreto os centros educativos, onde há atrasos que importa recuperar, o mesmo acontecendo no que diz respeito ao saneamento, área onde todos temos consciência de que há um défice infraestrutural ainda muito significativo.

Uma nota final sobre a área da economia. De facto, a economia é uma área extremamente importante, pelos motivos que todos nós sabemos e que me vou escusar de os referir, sobretudo porque todos nós temos consciência de que perdemos alguns milhares de pessoas, ao longo dos últimos anos, para a emigração, devido ao facto do nosso Concelho, da nossa região e do nosso



MUNICÍPIO DE POMBAL

País não oferecerem oportunidades de emprego a essas pessoas, continuamos com uma taxa de desemprego relativamente elevada no Concelho, temos duas mil pessoas inscritas nos centros de emprego e, portanto, o trabalho que temos para fazer, na área da economia, é um trabalho muito importante. A tarefa da Senhora Vereadora Dr.ª Ana Gonçalves é, de facto, uma tarefa muito exigente.

Aquilo que se possa fazer na área do empreendedorismo e da incubação de empresas é um trabalho muito importante. E o modo como esse trabalho for desenvolvido é que vai determinar o sucesso ou o insucesso dessa estratégia. Para além do espaço de coworking, que, no fundo, é um espaço de trabalho comum, onde as pessoas têm alguns recursos e onde se podem instalar para poder trabalhar, eu entendo que o sucesso não vai estar aí. O sucesso vai estar efetivamente na rede de parcerias que se consigam implementar e, para além das instituições do ensino superior, para além das outras incubadoras existentes, há um parceiro fundamental que são os empresários, porque o objetivo da incubação não é só ter empresas dentro da incubadora, é fazer com que elas tenham negócio, tenham crescimento e tenham capacidade para sair da incubadora e para se instalarem na economia real. O apoio dos empresários mais experientes e com projetos mais consolidados em termos empresariais aos novos empresários é fundamental, sendo que há casos em que os próprios projetos de incubação são financiados por outras empresas através do sistema dos business angels e que podem efetivamente dar um apoio fundamental. Portanto, acho que esta é uma área crítica.

Outra área que, do nosso ponto de vista, deveria ter mais investimento era a da modernização dos nossos parques empresariais, através de um investimento significativo no ordenamento, na sinalização, no cuidado com as entradas. Cada um dos nossos parques empresariais tem que ser um condomínio empresarial, com uma boa imagem, que seja também utilizada na estratégia de promoção do nosso Concelho e na estratégia de promoção do nosso território e das nossas potencialidades para a fixação de investimento privado.

Como já disse aqui noutras reuniões, acho que esta área da economia é uma área verdadeiramente estratégica, uma área verdadeiramente decisiva, para podermos conseguir fixar pessoas e para podermos, inclusivamente, recuperar algumas das pessoas que saíram daqui. Aqui deve estar o objetivo mais importante do Município. Muitas das outras políticas que aqui se abordaram, não farão sentido se nós continuarmos a perder pessoas por via das quebras da natalidade, do envelhecimento e da emigração. Portanto, apesar de esta não ser uma área tradicionalmente forte da atividade municipal, porque a iniciativa privada tem aqui um papel essencial, nós vivemos um tempo onde a competição entre territórios é muito forte, porque o que nós estamos a pensar está a ser pensado por dezenas de outros Concelhos, aquilo que nós vamos fazer na área do Gabinete de Apoio ao Investidor, o guia que vamos fazer, o dossier de apoio à instalação do investimento, há dezenas de Concelhos que já fizeram esse trabalho e que, por isso, estão à nossa frente. Mas há outras ações, eventualmente mais eficazes para nós chegarmos àqueles mercados onde existem potenciais investidores que se instalem cá. O facto de nós conseguirmos chegar diretamente aos empreendedores, por vezes, é mais eficaz do que nós termos na Internet o portal do apoio ao investidor. Às vezes é mais eficaz chegar ao investidor do que estar à espera que o investidor chegue ao portal. Entendo que este terá que ser também um dos grandes desafios do próximo ano."

O Vereador Jorge Claro, fez a intervenção que se segue:

"Eu não tenho muito para dizer, uma vez que já todos falaram, aqui o meu colega Adelino falou em muitas das coisas que eu também poderia falar e por isso vou ser um pouco sintético e citar apenas aqui mais alguns aspetos que me parecem importantes. Em primeiro lugar, viro-me ali



MUNICÍPIO DE POMBAL

para a Dr.^a Ana, para a felicitar pelo trabalho que desenvolveu ao longo do ano e que eu sinceramente apreciei. Não posso, no entanto subscrever na íntegra aquilo que é referido sobre o programa Porta Aberta, não tenho dados suficientes para concordar que o programa foi bem sucedido. Espero que no final do primeiro ano da sua implementação, lhe possa dar os parabéns, que é bom sinal. Não vou ser negativista, mas estou a acompanhar os projetos que foram instalados, tenho conversado com algumas das pessoas que arriscaram o modelo de negócio e espero daqui a alguns meses poder transmitir a minha opinião, dentro daquilo que me é dado conhecimento."

A Vereadora Ana Gonçalves, fez a intervenção que se segue:

"Tem que fazer também algumas compras nas Lojas Porta Aberta."

O Vereador Jorge Claro, continuou dizendo:

Mas, sobre esta matéria, aquilo que me apercebo é que as medidas implementadas estão apenas vocacionadas para os empresários jovens. No ano passado, recorde-me que na reunião em que tivemos a discutir precisamente o plano e o orçamento para o ano de 2014, frisei aqui alguns aspetos aos quais não foi dada qualquer importância, porque as medidas que estão aqui previstas e as que foram tomadas durante o ano, não são medidas capazes de criar um comércio robusto, atrativo e com capacidade de poder sobreviver. Esta é a minha opinião. Noto que o que se está a fazer é tudo numa óptica de pequenas intervenções, são louváveis, como é óbvio, mas falta aqui ambição, é preciso ver as coisas noutra prisma, uma dimensão maior e esquecem-se os empresários que já existem naquela zona comercial, não está a ser feito nada, a não ser a regeneração urbana, mas as ações eu lhes possam chamar à atenção para novas realidades de os "abandar", de lhes abrir um pouco os horizontes, isso não foi feito e também não está previsto. No ano passado falei aqui da formação, falta fazer essa formação, falta fazer seminários, workshops, estimular as pessoas e não apenas vocacionar as medidas para os jovens, porque os empresários de meia idade, idade avançada não podem ser esquecidos, devem sim ser ajudados e essa ajuda deve neste momento ser feita através do conhecimento. Em relação ao turismo, aos museus, entendo que há muito ainda para fazer, tem-se feito alguma coisa, mas falta criar algo que prenda as pessoas em Pombal, que as leve a visitar a nossa cidade e o nosso concelho e aqui permaneçam, que não passem apenas aqui umas horas, mas sim, que permaneçam um dia ou mais dias, porque isso leva a consumos especialmente na hotelaria, restauração e bebidas o que é bom para a economia local. Outro aspecto que quero aqui referir, é uma crítica, entendo que quanto menos se falar no Parque Verde, melhor será o negócio na compra dos terrenos. Julgo que foi muito negativo fazer o anúncio da construção do parque verde, fazendo mesmo destaque através dos outdoors espalhados pela cidade, indicando a sua localização em terrenos privados e sem negociação concluída sobre o valor da sua aquisição., isto só prejudica as negociações atualmente existentes. Chamo a atenção para este aspeto e para situações futuras. Em qualquer negócio é preciso saber negociar e a falta de estratégia comercial reflete-se negativamente no valor final. Espero que se tenha alguma estratégia na negociação de terrenos, para que a Câmara não tenha que pagar valores em exagero face ao valor real aceitável da propriedade em causa."

A Vereadora Marlene Matias, fez a intervenção que se segue:

"Não vou repetir, naturalmente, aqui o que os meus colegas já referiram. Só queria fazer um pequeno apontamento em relação à área da ação social. É com satisfação que vejo que houve aqui um reforço financeiro em várias rubricas, tendo em conta o orçamento do passado ano e que contou da nossa parte com alguns reparos. Por esse motivo, considero este orçamento, no que diz respeito à área da acção social bastante satisfatório. Destaco também, a descrição do



MUNICÍPIO DE POMBAL

plano de atividades que a Senhora Vereadora da ação social acabou de apresentar, nomeadamente a potenciação da Rede Social do concelho, e que eu tantas vezes aqui retorqui, ser necessário pegar na rede social e potenciá-la; e de facto é com muita satisfação que está contemplado fazê-lo, pelo que congratulo-me que a nossa sugestão ter sido levado em conta. Portanto, era só mesmo esta observação que queria fazer."

O Senhor Presidente da Câmara, fez a intervenção que se segue:

"Senhores Vereadores, antes de votarmos, queria ainda apenas só deixar aqui 3 ou 4 notas, as primeiras de explicação, isto porque como vem referido no relatório, os Senhores Vereadores não receberam os orçamentos das entidades participadas pelo Município, em concreto a PMU e a PombalProf., mas vão receber e portanto este documento não será apreciado em Assembleia Municipal sem que a Câmara o conheça e portanto não vem hoje mas virá na próxima reunião. Deixar-vos também aqui uma nota que está sublinhada neste relatório que se prende com a necessidade da demonstração do interesse económico de todas as infra-estrutura, que passam a ser executadas a partir de agora, por força da entrada em vigor da lei dos solos e, portanto, isto introduz na preparação e na definição das prioridades dos investimentos públicos um critério que nem sempre esteve subjacente, que é a demonstração do interesse económico destes investimentos. De aproveitar também para dizer ao Dr. Adelino Mendes que, de facto, pode não ser fácil com os dados que aqui estão, perceber qual é a expectativa de aumento do valor do orçamento relativamente às aquisições de bens e serviços, mas com certeza recordar-se-á do relatório do Revisor Oficial de Contas que aqui apreciamos relativamente ao primeiro semestre de 2014 e que nos dava já uma evidência do esforço que tem sido desenvolvido para reduzir esses valores. Eu estou em absoluto desacordo com a sua opinião sobre o investimento em vias de comunicação e portanto admito que a ocupação da vida não lhe permita conhecer o estado caótico em que se encontram muitas das nossas vias, portanto estamos a falar não de vias novas, estamos a falar de recuperação e requalificação de muitos quilómetros de vias rodoviárias, que foram francamente afetados pelas obras de abastecimento de água e drenagem de águas residuais realizadas nos últimos anos. Ao Senhor Engº Claro, há uma coisa que o meu conceito democrático não me permite fazer: que é ser uma entidade pública a abrir os horizontes a quem quer que seja. As entidades públicas podem ter entre as muitas funções, quando muito as de criar as condições para cada um os abra, na justa medida daquilo que ambiciona e que conhece e que quer, agora se é uma entidade pública a abrir horizontes a quem quer se seja, é uma lógica muito soviética que eu me recuso em absoluto a seguir porque acho que essa é a grande liberdade dos homens - escolherem a amplitude do horizonte que querem conhecer e a dimensão daquilo para onde querem ir, e sem prejuízo daquilo que é um trabalho que deve ser escrupuloso por parte do Município, deve haver aqui uma evidente separação das matérias que compete a cada uma das áreas, porque nem o empresário tem a qualidade de ser Presidente da Câmara, pode ter, candidata-se é, sê-lo-á, se ganhar as eleições, nem o Presidente da Câmara deve estar com essa preocupação. Portanto, aquelas propostas que aqui fez da formação, dos seminários, de workshops pertencerem aos Municípios deixe-me dizer-lhe, de um modo geral, discordo com esta sua proposta e acho que essa é uma matéria que de facto, se formos encontrar aquilo que constitui o grande objeto de toda a atividade associativa nos últimos 40 anos que Portugal tem tido, essa tem sido a grande ferramenta que todos os empresários, em conjunto, têm conseguido eleger como uma matéria comum a todos os seus negócios, que fazem com que grande parte das nossas associações sejam hoje altamente especializadas e com uma estrutura orgânica adequada às matérias formativas, à organização de palestras, disseminação de boas práticas e por aí fora. Pedia-lhe também para nos ajudar com a sua avaliação escrupulosa sobre o valor de aquisições



MUNICÍPIO DE POMBAL

de terreno, que nos dissesse quais são os valores que o Senhor entende que foram negociados acima de um valor que entende que fosse um valor adequado, para nós também percebermos em que condições é que esses negócios foram feitos, se é que consegue fazer esse exercício. Mas deixe-me dizer-lhe também que, admito que a forma intensa e também a diversidade de medidas que foram lançadas para apoio ao comércio se calhar não foram todas retidas por si e isso faz com que de facto a sua opinião seja tão cinzenta como aquela que nos deu, mas eu recorde-lhe que nós aqui aprovámos e curiosamente, deixe-me dizer-lhe esta novidade, que concerteza também não a terá como novidade, mas eu vou-lha dar como sendo, que não há nenhuma matéria que esta Câmara tenha apreciado em sede de apoio ao empreendedorismo e a parte comercial no centro histórico desta cidade que não fosse aprovada por unanimidade, e não me recorde de nenhuma proposta que tivesse aqui dado entrada e que não fosse aprovada. Os impostos que reduziram este ano voltaram a reduzir, associados a uma política de baixa das taxas de ocupação de espaço público e de recuperação de património, as atividades de animação que foram desenvolvidas em períodos festivos de uma forma mais intensa e ao longo de todo o ano de uma forma bastante pontuada, os eventos de carácter desportivo, os eventos de carácter cultural, tivemos a transferência da feira semanal, foi feito um concurso para instalar uma esplanada, conhecemos agora estes números de 30% de incremento do número de visitantes aos equipamentos, aos museus e equipamentos culturais que temos na Praça Marquês de Pombal em concreto, e acabámos de conhecer também que no âmbito do programa Aproximar a intenção de a loja do cidadão ocupar a casa Agorreta e com isto reforçarmos ainda mais o número de pessoas que vão ao centro histórico. Ao contrário de termos mais encerramentos de estabelecimentos comerciais, tivemos o aparecimento de novos estabelecimentos comerciais, ao contrário de termos uma depreciação do património privado neste espaço, tivemos um investimento em novas recuperações e são visíveis as inúmeras intervenções de qualificação urbana que resultaram. O Município continua a fazer, e aprovou aqui sempre por unanimidade, as várias vistorias que levaram a que existissem recuperações e que se apressassem os proprietários para fazer recuperação, acompanhando o esforço que o Município fez no âmbito de toda a regeneração urbana. Portanto, é muito mais fácil ver as coisas más. Não encontrei nas suas palavras nenhuma proposta diferente destas que aqui estou a dizer, nenhuma medida que possa complementar, tirando abrir os horizontes, a formação, os seminários, os workshops, e portanto não me revejo minimamente nas observações que fez. Terminando dizendo e sublinhando ali umas palavras do Senhor Vereador Renato Guardado. A primeira é que este será o último orçamento que não é um Orçamento Participativo, portanto 2016 será um orçamento participativo e depois de fazer aqui um agradecimento aos inúmeros colaboradores desta casa, em todas as áreas que participaram e apresentaram propostas que contribuíram com a sua experiência, com o seu conhecimento para irmos fazendo estes investimentos, dizendo que por exemplo, não consegui perceber como é que o Dr. Adelino Mendes vê nos trinta e tal milhões de euros que identificou, relativamente às matérias educativas, que estes 3 milhões e 100 mil que estão previstos para os centros escolares vão eternizar estes investimentos. O que nós temos que perceber é que, se nós em Setembro remetemos, por exemplo, o centro escolar de Vermoil para que a DGEST emita a sua opinião...

O Vereador Adelino Mendes, interrompeu a intervenção do Sr. Presidente, para esclarecer o seguinte:

"Mas esses são os números do saneamento, os 3,2 milhões previstos para 2015, face aos 33 milhões que estão previstos investir nos 4 anos, não é nos centros escolares, é no saneamento."

O Senhor Presidente da Câmara, continuou dizendo:



MUNICÍPIO DE POMBAL

"Eu percebi que era. Nas questões dos centros escolares, nós temos que perceber o seguinte: em números redondos, desde que tomámos a decisão até que se começa a receber o primeiro auto, a probabilidade deste espaço ser inferior a 6 meses é zero. Significa, portanto, que depois de termos pareceres definitivos da várias entidades, de abrirmos os correspondentes concursos, que nunca poderão ter menos do que 30 a 40 dias, para a apresentação de propostas, apreciar as propostas, ter as suspensões de erros e omissões, apresentar as intenções de adjudicação, receber a audiência de interessados, manifestar a intenção de adjudicação, receber documentos para contrato, submeter contrato ao tribunal de contas, receber visto do tribunal de contas, entrar em obra, montar estaleiro, executar obra, fazer autos, fazer faturas e pagar, não é uma coisa que se faça em 2 meses, como calculam, em obras públicas. Portanto, esta definição financeira que aqui está tem muito a ver com o nível de maturidade de cada um destes projetos, com a rapidez com que entendemos que alguns pela sua complexidade, possam ser mais facilmente resolúveis e recebendo as devidas informações e pareceres das várias entidades, de forma a que se lancem todas estas obras, e esta é que é a matéria que nos deve preocupar. Porque eu quero aqui sublinhar o seguinte: neste orçamento, em todas estas obras, nomeadamente estas obras novas, não há um cêntimo de dinheiro comunitário, é o orçamento municipal que sustenta todas estas obras e sem prejuízo de algumas delas, no futuro, poderem ser financiadas pelo financiamento comunitário, com candidaturas, com apreciação e elegibilidade de decisão, nós temos que tomar uma decisão, ou aguardamos que tudo isso fique resolvido ou lançamo-nos já a executar aquilo que achamos que temos condições de, em função das nossas prioridades, suportar, inscrever, comprometer e liquidar, não pondo em causa o equilíbrio orçamental desta casa e a capacidade de execução que temos. E isso tem que ser feito com grande rigor na gestão e um conhecimento muito profundo daquilo que são as capacidades de execução da despesa, mas principalmente a origem dos fundos que pagam tudo isto, e eu acho que esta decisão que aqui tomámos, de não ficarmos à espera dos outros, e eu partilho as opiniões de que, nesta altura, o ótimo era que tivéssemos já todos os regulamentos específicos de todos os programas de financiamento comunitário aprovados e com capacidade de percebermos todos o que é que podemos fazer e que caminhos é que podemos seguir, e que capitais adicionais é que podemos juntar ao nosso orçamento, mas nós não temos isto, e portanto nós temos aqui que tomar uma decisão: ou paramos e ficamos à espera, não inscrevemos valores nas diversas rubricas e ficamos à espera que tudo se mexa por iniciativa alheia, ou pelo contrário, somos rigorosos e temos critério na escolha das empreitadas, tomamos as decisões e vamos executar. É isso que nós aqui fazemos, e fazemo-lo em muitas áreas: na educação, na saúde, porque também temos investimentos na saúde que não têm financiamento comunitário, na parte social, na parte urbanística, na parte do saneamento, na parte ambiental, na parte desportiva, na parte empresarial, e eu quero aqui dizer, por exemplo, estão inscritos valores no nosso PPI relativamente a essas matérias, que não são financeiramente tão expressivos relativamente às questões da limpeza, da sinalização, do diretório indicativo, da manutenção dos espaços verdes, na página 16 do nosso PPI. Portanto, os parques industriais têm dotação de 626 mil; beneficiação de infra-estruturas no Parque Industrial Manuel da Mota, 26 mil; beneficiação do Parque Industrial de Meires 7 mil e 500, que é para desenvolvermos um projeto e para fazermos alguns dos trabalhos que inclusivamente já estão desenvolvidos, nomeadamente a verificação da condição da rede toda de saneamento; a revitalização da Zona Industrial do Louriçal, uma dotação que resulta da empreitada que está em curso; a beneficiação e ampliação das infra-estruturas do Parque Industrial da Guia, precisamente para corresponder a esta necessidade que é verdadeira e infra-estruturas da Zona Industrial da Formiga, precisamente para podermos ter



MUNICÍPIO DE POMBAL

aqui uma dotação, não só para fazermos o projeto de requalificação toda daquele espaço, porque a estimativa que temos não continha a drenagem de águas pluviais, que é uma intervenção gigantesca, que não dizendo diretamente respeito à Zona Industrial da Formiga, interessa para todo o escoamento de águas pluviais, desde a rotunda da Zona Industrial e depois da Urbanização D. Inês, Urbanização das Oliveiras, toda a parte superior da Rua do Seixo, nomeadamente a Rua da Quinta dos Pereiras e toda a zona da Urbanização da Escola Gualdim Pais, portanto, matérias que não foram acauteladas nos tempos e portanto têm uma sobrecarga pluvial."

O Vereador Adelino Mendes, fez a intervenção que se segue:

"Senhor Presidente, mas essas verbas são manifestamente insuficientes."

O Senhor Presidente da Câmara, fez a intervenção que se segue:

"Portanto, são valores que nós não temos que gastar 300 mil euros para fazer um diretório, nem para fazer uma indicação adequada, nem para garantirmos as limpezas."

O Vereador Adelino Mendes, continuou dizendo:

"Mas não reabilita com sete mil e quinhentos."

O Senhor Presidente da Câmara, fez a intervenção que se segue:

"Não, mas isso têm que se fazer os projetos."

O Vereador Adelino Mendes, continuou dizendo:

Nem com 25 mil.

O Senhor Presidente da Câmara, fez a intervenção que se segue:

"Têm que se fazer os projetos. Os projetos começam por ser coisas que têm que ser discutidas e participadas, para depois poderem ser executadas, até porque também é importante perceber se há de facto uma vantagem e uma intenção de o país fazer estes investimentos, podermos aproveitar os financiamentos comunitários, mas eles estão cá, não estão esquecidos. Mesmo aquelas obras que não têm dotação definida, não significa que estejam esquecidas, porque se fosse para se esquecerem, nem sequer estavam contidas no nosso orçamento, elas estão lá porque se sabe que são prioritárias, porque não temos condições de ter estas dotações e isso é que tem que ser preparado. Mas nós não podemos. Se puxarmos para cima destapamos os pés, e se tapamos os pés, destapamos a cabeça. Portanto, estas foram as opções que foram tomadas."

O Vereador Adelino Mendes, continuou dizendo:

"Senhor Presidente, eu penso que há uma obra esquecida, que é o pavilhão da Guia, penso que deve ter passado."

O Senhor Presidente da Câmara, continuou dizendo:

"Não, o pavilhão da Guia é uma intervenção que está dependente de uma intervenção global de aproveitamento dos espaços escolares, que tinham subjacentes o Centro Escolar da Guia, a requalificação da C+S, a unificação dos serviços que estão todos espalhados."

O Vereador Adelino Mendes, continuou dizendo:

"Admiti que estivesse sem dotação definida. Pode ficar integrado no complexo. "

O Senhor Presidente da Câmara, continuou dizendo:

"Isso é o que nós queremos e estamos a aguardar que haja essa proposta."

O Vereador Jorge Claro, fez a intervenção que se segue:

"O Senhor Presidente não percebeu a minha comunicação, eu disse, para que não venha a Câmara pagar valores para além do seu valor real, eu não disse que pagou. Estávamos a falar do parque verde. Em relação ao levar o conhecimento aos comerciantes e que o Senhor Presidente diz que discorda e aceito essa discordância, permita-me que lhe diga uma coisa, havendo uma relação entre a Associação Comercial, ETAP e outros agentes económicos, que mal



MUNICÍPIO DE POMBAL

veem ao mundo, serem promovidos seminários e ações de formação, para os empresários do nosso Concelho. Isso é sair fora do âmbito daquilo que deve ser as atividades da Câmara? Então para isso tínhamos também que por em causa os espetáculos que levam a cultura às pessoas, tudo isso é questionado. Agora acha mal? A sugestão ficou, entendo que quando as pessoas não sabem, nem sabem que não sabem, agora quando se lhe leva o conhecimento, elas ficam a saber e começam a saber e fazem as coisas de modo consciente e bem feito. Se o Sr. Presidente não quer chegar a esse patamar, então vai continuar tudo na mesma."

A Vereadora Ana Gonçalves, fez a seguinte intervenção:

"Senhor Presidente, se me permite em relação à formação, penso que no ano passado quando se abordou este tema, nós explicámos qual é que era a nossa a ideia e o nosso empenho nesta situação, ou seja, é evidente, e como diz o Senhor Presidente, não é o objetivo, do Município de Pombal, andar a dar formação. Mas eu recorro, que o Município de Pombal, sempre tentou e tem reforçado esse esforço, com sucesso, uma aproximação não só aos comerciantes como à Associação Comercial. Participámos em várias reuniões com a Associação Comercial e seus associados, no âmbito do projeto do Comércio Investe. Recordo que o Comércio Investe era uma oportunidade de apoio ao investimento para os comerciantes já instalados renovarem as suas lojas. Portanto, apesar de não ser uma incumbência municipal, temos estado envolvidos e empenhados em potenciar as oportunidades que existem para o Comércio Tradicional e já se notam algumas melhorias, aliás, nós começamos a ver, graças um bocadinho ao projeto Porta Aberta, que há também já uma preocupação, por exemplo, no vitrinismo das lojas da zona histórica. E temos pessoas, do projeto Porta Aberta, que neste momento, estão já a fazer montras para lojas, que já estavam instaladas na zona histórica. Portanto, não estamos diretamente a fazer formação, porque não é o nosso papel, mas temos também essa preocupação e já tivemos a oportunidade de transmitir várias vezes ao Presidente da Associação Comercial.

Relativamente ao tema que o Sr. Vereador também colocou dos empresários e de nós nos estarmos a focar apenas nos jovens empresários, eu acho que é importante referir que o Município de Pombal trata os empresários jovens, de uma forma diferente dos grandes investimentos que se pretendem captar para o Município. Os grandes investimentos têm um tratamento diferente que é feito, como é obvio, de uma forma personalizada pelo Gabinete de Apoio ao Presidente, pelo Senhor Presidente e pelo Vereador que tem o pelouro, ou seja, não tratamos da mesma forma o pequeno empresário e o grande investidor, como é natural.

No que diz respeito ao turismo, e a sua preocupação da permanência, foi aquilo que eu também tentei dizer, se calhar também não me expressei da melhor forma, ou seja, a nossa aposta, quando dizemos que, vamos apostar nos operadores, porque a nossa preocupação é essa, é exatamente sabermos quem são os operadores que nos podem ajudar a ter um programa, que faça com que as pessoas passem no nosso Concelho e permaneçam cá mais tempo. Nós, Município, sozinhos temos consciência que é impossível e como tal, o nosso foco são de facto, os operadores que nos podem ajudar a cumprir este objetivo.

Relativamente à questão da incubadora ou do espaço coworking, como se queira chamar, esta preocupação de incluir no projeto também os empresários e os Business Angels, é óbvia. Aliás acho que o Senhor Presidente também já o mostrou, naquilo que estamos a fazer neste momento com a ETAP. Portanto, é clara a aproximação que o Município de Pombal pretende ter, cada vez mais aos empresários, que os vê como os parceiros essenciais, não só na formação, como também na instalação de novas empresas, sem dúvida este é o nosso caminho. Há coisas que é evidente que não conseguem ver refletidas nos números, mas sim na estratégia municipal."

O Vereador Adelino Mendes acrescentou:



MUNICÍPIO DE POMBAL

“Senhor Presidente, só uma nota final também. Queria dizer ao Senhor Presidente da Câmara que não é aceitável, no que diz respeito à reorganização da rede escolar, termos uma educativa já com 8 anos, se a memória não me falha, e argumentarmos com maturidade dos projetos. Além disso, ainda temos, face ao final de 2015, 14 meses para executar. Portanto, acho que não é essa questão temporal que inibe que, nalgumas destas intervenções na rede escolar, nós pudéssemos ter maior volume de investimento.”

O Senhor Presidente da Câmara esclareceu:

“Não, mas preciso de ter tempo para o gastar, o que é que me interessa lá ter 1 milhão, se no fim só vou gastar 300? Qual é a utilidade orçamental dessa decisão?”

O Vereador Adelino Mendes respondeu:

“Nenhuma.”

O Senhor Presidente da Câmara acrescentou:

“Então não se faz.”

O Vereador Adelino Mendes colocou a seguinte questão:

“Por que é que não gasta 1 milhão?”

O Senhor Presidente da Câmara respondeu:

“Porque se eu não tenho os projetos feitos, os pareceres emitidos, as empreitadas lançadas, não vou conseguir começar a construir antes de Agosto.”

O Vereador Adelino Mendes questionou o seguinte:

“Mas por que é que não tem os pareceres emitidos? Nós inauguramos centros educativos desde 2009, estamos em 2014, temos uma carta educativa perfeitamente definida.”

O Senhor Presidente da Câmara respondeu:

“Senhor Vereador, porque é preciso comprar terrenos, negociar com as Juntas, definir tipologias, elaborar projetos, receber pareceres e lançar as obras. Foi isso que andámos a fazer este tempo todo. Comprámos terrenos no Louriçal, comprámos terrenos nas Meirinhas, negociámos as alterações que deviam ser feitas em Pombal, ainda ontem tivemos ocasião de apresentar ao Agrupamento de Escolas de Pombal e à Junta de Freguesia de Pombal uma proposta de requalificação da Escola n.º 1. Mandámos avaliar a Escola Conde Castelo Melhor e para a semana vou negociar com o Diretor Geral do Património a sua aquisição, porque tinha que ser avaliada, e para nós fazermos uma intervenção, temos que a utilizar naquele fim, tínhamos que discutir se íamos fazer um Centro Escolar novo em Pombal, gigantesco com não sei quantas salas de pré e de primeiro ciclo, ou se íamos utilizar património existente. Sendo existente, qual é que era e como é que era, que tipologias é que devíamos ter, tudo isto é uma discussão que foi desenvolvida em todo este ano e que agora nos permite já inscrever estes valores. Portanto, não tem com certeza mais pressa do que eu em cumprir o meu programa eleitoral.”

O Vereador Adelino Mendes acrescentou:

“É lamentável que algumas dessas atividades não tenham sido feitas há mais tempo, porque havia condições para o fazer, fruto da carta educativa que existia. Basta ver que andámos, Senhor Presidente, quatro anos para que a Câmara adquirisse o terreno no Louriçal para ampliar o centro educativo e nunca o quis adquirir. Enfim, é só um exemplo.”

O Senhor Presidente da Câmara esclareceu:

“É um bom exemplo para dar razão ao Eng.º Claro. Sabe porquê? Porque a Junta de Freguesia apresentou-nos uma proposta de aquisição de 160 mil euros e sabe por quanto é que comprámos o terreno? Por 70 mil. E qual era a Junta de Freguesia?”

O Vereador Adelino Mendes respondeu:



MUNICÍPIO DE POMBAL

“Mas a Junta de Freguesia não tem que comprar os terrenos para a Câmara.”

O Senhor Presidente da Câmara continuou:

“Fez auscultação e deram-nos o preço de 160 mil e afinal a metodologia de ser o Presidente a falar com as pessoas foi tão boa que tirámos logo 70 mil euros ao valor.”

O Vereador Adelino Mendes acrescentou:

“Mas o ex-Presidente da Câmara não quis comprar o terreno, não quis fazer esse esforço, é isso que está a dizer?”

O Senhor Presidente da Câmara respondeu:

“Não, estou-lhe a dizer que o valor que lhe foi apresentado pela Junta de Freguesia era um valor gigantesco, como aliás se veio a demonstrar.”

O Vereador Adelino Mendes acrescentou:

“E que a Câmara não se preocupou minimamente em adquiri-lo.”

O Senhor Presidente da Câmara concluiu dizendo:

“A Câmara agora já fez o negócio. Portanto, deixe-me dizer-lhe, e também fica sublinhado, que esta questão das parcerias com os operadores privados, e eu vou ler aquilo que está no nosso programa eleitoral, que eu não me esqueci dele, não os demos todos, também guardámos alguns para que nós não nos esquecêssemos do que aqui está, demos muitos, mas ficou cá um e há um ponto aqui no turismo que diz assim: “potenciar parcerias entre operadores turísticos, Município e entidades privadas”. Portanto, repare, de facto, esta não é uma nova forma de concebermos toda esta estratégia, ela já tinha, de facto, sido relativamente amadurecida quando fizemos a nossa proposta eleitoral em concebermos para todos os campos de intervenção municipal as ideias que queríamos que os pombalenses conhecessem e se concordassem, votando, nos dessem este privilégio que é poder executar este conjunto de intervenções e representar a nossa Câmara Municipal.”

A Câmara deliberou, por maioria, com seis votos a favor do Senhor Presidente e dos Senhores Vereadores Dr. Fernando Parreira, Eng. Pedro Murinho, Dra. Ana Gonçalves, Dra. Catarina Silva e do Arq. Renato Guardado e com três abstenções dos Senhores Vereadores Dr. Adelino Mendes, Dra. Marlene Matias e Eng. Jorge Claro, aprovar o orçamento para o ano de 2015.

Mais deliberou, por unanimidade, submeter os documentos à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal, com o pedido de deliberação a tomar ser por minuta, para efeitos de imediata execução.”

O Senhor Presidente da Câmara, fez a seguinte intervenção:

“Eu queria começar por assinalar a circunstância de, sob o ponto de vista orçamental, e eu pedia autorização para falar, simultaneamente do nosso PPI, do PAM e também do Orçamento, sintetizando-os neste mesmo ponto, sem prejuízo da votação autónoma de todas estas matérias, que nós esperamos e prevemos uma redução global da receita, quando comparamos o orçamento de 2015 com o de 2014, uma redução que ronda os 16 milhões de euros, essencialmente resultante da circunstância de não podermos contar, durante o ano de 2014 de acesso a Fundos Comunitários, excetuando-se aqui, as candidaturas executadas a Overbooking, e também esta candidatura, que entretanto foi aprovada, da eficiência energética, do POVT, e também aquela que, excecionalmente, foi suscitada por força da destruição da Ponte dos Reis, junto de Fundos de Recursos Hídricos da Agência Portuguesa do Ambiente, que nos vai garantir participação comunitária.

Significa que partimos com esta circunstância de não podermos contar com grande parte do Orçamento que, em anos anteriores, permitiu executarmos tantas obras. Para além disso, temos



MUNICÍPIO DE POMBAL

também um conjunto de compromissos que, resultando de obras que estão a decorrer já durante o ano de 2014 e que tem incidência também, sob o ponto de vista físico da sua execução e sob o ponto de vista orçamental, no ano de 2015, requerem que se mantenha salvaguardada a dotação orçamental, para respeitar os compromissos que temos que fazer quando lançamos a empreitada e, de um modo geral, significam 10 milhões de euros de obras, aquelas que transitam do ano 2014 para o ano 2015 e que não podem deixar de constar deste Orçamento.

Estou a fazer-vos esta sequência para percebermos o que é que no final sobra, em termos de plano de investimento, portanto, estamos a falar de uma dotação global de investimento do Município de Pombal estimada em 23 milhões de euros, sendo que, deste valor, 10 milhões já têm compromisso, porque ainda faltam concluir:

- *o Centro Escolar de Almagreira e ele tem que ter comparticipação, ainda faltam 900.000 euros que têm que estar inscritos em Orçamento;*
- *os 300.000 euros que dizem respeito à Mata Mourisca;*
- *os 800.000 euros que respeitam ao Centro de Saúde de Pombal;*
- *os 450.000 euros do Centro de Saúde da Guia,*
- *os 350.000 euros da Casa Abrigo, que estamos a desenvolver com a APEPI;*
- *os 800.000 euros, para o Mercado Municipal; os 600.000 euros, para a obra da Recuperação da Estrada Nacional 237, na zona do Barco, que já tem Visto do Tribunal de Contas e que começará na 2.ª semana de janeiro;*
- *o saneamento da Catela que está lançado e que são mais de 350.000 euros, com propostas já apreciadas;*
- *a Ponte dos Reis com 360.000 euros; o finalizar do projecto da substituição da eficiência energética, da substituição de LEDs, que são mais 150.000 euros;*
- *o Cimu Sicó que tem uma expressão financeira, para 2015, de 1.500.000 euros;*
- *a Zona Industrial do Lourical em que é preciso investir mais 452.000 euros;*
- *o processo da Telegestão, em mais 100.000 euros;*
- *a Adutora do Parque Industrial Manuel da Mota, que ainda tem 110.000 euros por liquidar;*
- *o saneamento das Barbas Novas, onde se espera um investimento de 100.000 euros, a obra já está a decorrer;*
- *o Parque de Máquinas da Câmara, que ainda tem 250.000 euros em trânsito para 2015;*
- *a ETAR e o Emissário de Almagreira, que são mais 100.000 euros;*
- *a ETAR de Pombal, que ainda tem pendentes cerca de 400.000 euros;*
- *o saneamento do Carriço, de onde transitam 200.000 euros;*
- *da Marinha da Guia mais 150.000 euros;*
- *das obras das Boldrarias, mais 200.000 euros;*
- *da Água Travessa, mais 150.000 euros;*
- *da obra do IC2 a Lagares, pavimentações, são mais 215.000 euros que transitam;*
- *em Vila Cã, são mais 180.000 euros;*

e portanto, isto tudo junto dá cerca de 10 milhões em obras que estão em execução, ou adjudicadas e que vão retirar ao nosso Orçamento este valor.

Isto significa que no resto que sobeja para investir, tem nas rubricas orçamentais da Educação, do saneamento e dos Transportes e Comunicações 49% desta globalidade do investimento. Se juntarmos a isto a Valorização urbanística, o Desporto e Lazer e o Empreendedorismo e Parques Industriais, são mais 20% do nosso Orçamento, o que significa que estas seis áreas



MUNICÍPIO DE POMBAL

comprometemos, praticamente, 70% do Orçamento de que podemos dispor para o ano 2015. A Educação tem 13,5% do PPI, o que significa que:

- *a requalificação que está programada para a Escola da Pelariga, prevê 215.000 euros de investimento;*
- *o Centro Escolar de Vermoil, 400.000 euros*
- *o Centro Escolar, em Santiago de Litém, na parte que faltava, são mais 300.000 euros;*
- *o Centro Escolar de Pombal, com aquilo que se pode executar no ano que vem, prevê mais 300.000 euros;*
- *mais 200.000 euros para o Centro Escolar do Louriçal;*
- *mais 200.000 euros para o Centro Escolar das Meirinhas; e ainda,*
- *pinturas e tratamento de fachadas do edifício da Escola Tecnológica Artística e Profissional de Pombal, mais 100.000 euros.*

Aqui totalizamos, 3,12 milhões de euros.

Na Valorização Urbanística, estão previstos:

- *a continuação da requalificação do Centro Histórico de Pombal, com 200.000 euros;*
- *a Requalificação Urbana das sede de Freguesia do Carriço, da Ilha e do Louriçal, em que estão previstos:*
 - *300.000 euros para o Carriço;*
 - *100.000 euros para a Ilha; e,*
 - *200.000 euros para o Louriçal.*
- *A Requalificação do Carvalhal ao Fétil, com cerca de 300.000 euros, nas Freguesias de Santiago, São Simão e Albergaria.*

Aqui temos 11,7% do Orçamento disponível, no valor global de 2.755.000 euros.

O Saneamento tem uma dotação global de investimento, de 3,2 milhões de euros, correspondendo a 13,7% do PPI, não só as obras que estão em trânsito, mas as redes de saneamento:

- *do Casal Velho, Roussa, Crespos e Pinheirinho, com 200.000 euros;*
- *o Emissário do Louriçal/Carnide, que será lançado pela expressão financeira prevista de 500.000 euros;*
- *assim como obras relativas a projectos que têm de ser desenvolvidos, porque há outras pequenas intervenções, totalizando os tais 3,2 milhões de euros.*

Nos Transportes estão previstos investimentos de 5,25 milhões de euros, correspondentes a 22% do Plano:

- *Moita do Boi/Castelhanas, 350.000 euros;*
- *o acesso do IC2 à Zona Industrial das Meirinhas, 50.000 euros, para a obra ser lançada para o ano, e que terá que ter um reforço financeiro, por força da alteração orçamental que faremos devido à entrada dos saldos transitados deste ano. E, com a informação que há pouco foi sublinhada pelo Senhor Presidente da Assembleia, já percebemos que vamos ter uma cotação financeira interessante para reforçar o orçamento para o ano que vem;*
- *a requalificação da Estrada Nacional 109 na Guia, que aguarda um parecer final das Estradas de Portugal;*



MUNICÍPIO DE POMBAL

- *a rotunda da Estrada Nacional 109 à A17, também na Guia – pelo menos a aquisição dos terrenos, que eu sei que já é uma preocupação e um trabalho que o Senhor Presidente da Junta tem desenvolvido na Guia; e,*
- *a rotunda do Alto-do-Cabaço que queremos lançar também em 2015.*

Na área do Desporto, Recreio e Lazer há uma previsão de investimento de cerca de 1 milhão de euros, que corresponde a 4,5% do nosso Orçamento, essencialmente destinado à requalificação de pavilhões, à construção de zonas de lazer e à requalificação de vários espaços.

Os Parques Industriais, nomeadamente:

- *o desenvolvimento das requalificações do Parque Industrial dos Meires, no Tinto;*
- *o projeto de requalificação da Zona Industrial da Formiga;*
- *o Projeto de Apoio ao Empreendedorismo, incluindo a Incubadora; e*
- *a conclusão das obras que estão em curso no Louriçal, sendo que sem estas, estamos a falar de um investimento superior a 600.000 euros.*

Há aqui outras pequenas intervenções que são relevantes para as Freguesias e que eu quero aqui sublinhar.

- *Primeiro, uma obra há muito discutida na Freguesia de Vermoil, que é a recuperação do açude em Santo Elói, de apoio aos agricultores para toda a zona ribeirinha de Vermoil, junto a Santo António das Espinheiras;*
- *Temos um trabalho importante, que vamos submeter a candidatura do Fundo de Recursos Hídricos, uma limpeza dos 50 km de linhas de água, seja no Rio Arunca, seja na Ribeira de Carnide, para desassorearmos e limparmos margens nestas duas importantes vias de escoamento do nosso Concelho;*
- *O desenvolvimento do projeto da piscina descoberta da Cidade de Pombal;*
- *A requalificação do Campo de Flandes, nomeadamente das bancadas, estruturas de apoio e respetiva envolvente;*
- *O Projeto de preservação da Floresta que, como já terão ouvido falar, inscreve o Município neste Orçamento, pela primeira vez, uma dotação orçamental, para que o Município se assumia também como proprietário florestal exemplar, e contribuirmos, de facto, para dar auxílio, àquilo que é a proteção das linhas de água, a salvaguarda das espécies autóctones, o contributo para o ordenamento do território, mas também a definição de boas práticas e o início de um trabalho que esperamos ver concluído, com o desenvolvimento de zonas de intervenção florestal, no nosso Concelho, onde, se não existirem proprietários com parcelas de terreno de grande dimensão, dificilmente conseguiremos utilizar este tipo de solução;*
- *Os trabalhos para execução do Programa Aproximar que, como sabem, o Município de Pombal, integrado na Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria, vai desenvolver, precisamente para concentrar num único edifício os serviços públicos que na nossa Cidade, estão dispersos e que constituem despesa pública suplementar para a Administração e que, através da concentração no espaço que nós propusemos, na Praça Marquês de Pombal, no Edifício Agorreta, onde atualmente funcionam as Finanças, aí possamos concentrar os Serviços da Segurança Social, os Serviços do Registo e Notariado e todos os outros serviços públicos que se encontram espalhados pela Cidade e que podem aproveitar bastante aquele espaço, com financiamentos que serão discutidos com a Agência Administrativa para a Recuperação do Património, mas essencialmente para agilização de procedimentos*



MUNICÍPIO DE POMBAL

para todos os cidadãos e, ao mesmo tempo, para aumentarmos o conjunto de serviços que são desenvolvidos.

Este é um projecto também que será muito brevemente apresentado aos Senhores Presidentes de Junta, porque o nosso objectivo é que todas as Freguesias do nosso Concelho, e aqui nas Freguesias que são unidas digo também, todas as antigas Freguesias, possam ser dotados de Espaços do Cidadão, onde um conjunto alargado de serviços que hoje só são feitos, ou em Lojas do Cidadão ou nos Postos de Atendimento do Cidadão, no nosso caso concreto, apenas no Louriçal, estejam acessíveis a todos os cidadãos, uma vez que nós, hoje, com os serviços que já temos de porta aberta, do B@m, com o acordo que temos com Freguesias, com as instalações físicas e com a melhoria das tecnologias de comunicação, do hardware e das condições de acolhimento do cidadão, possamos ter uma rede, desenvolvida em 2015, para aumentar, de forma muito substancial, a qualidade dos serviços que são prestados aos cidadãos em todas as áreas que estão incluídas neste Projeto Aproximar;

- *Sublinhar também as verbas que estão inscritas nas articulações que temos previstas com as Juntas de Freguesia.*
 - *os Acordos de Execução com 375.000 euros;*
 - *as participações das eólicas, estimadas em 250.000 euros;*
 - *os contratos interadministrativos no valor de 200.000 euros;*
 - *o valor global de outros apoios, nomeadamente, protocolos e acordos de colaboração em mais de 500.000 euros,*

estamos a falar, só nestas áreas, de apoios para as Freguesias que ultrapassam 1.500.000 euros, e aqui não estamos a incluir as componentes de apoio à família, as actividades extracurriculares, o transporte dos alunos, nem as refeições.

- *Estão também previstos valores que rondam os 140.000 euros, para apoio à nossa Corporação de Bombeiros;*
- *O desenvolvimento do Projeto EPIS;*
- *A manutenção de vários edifícios escolares;*
- *O conforto no ambiente escolar;*
- *Atividades de educação;*
- *Festivais;*
- *Dias comemorativos;*
- *Férias ativas;*
- *Eco-escolas;*
- *Projetos de educação ambiental;*
- *A componente sócio-educativa;*
- *Atividades de animação;*
- *Atividades de apoio à família;*

No fundo, uma série de propostas, onde eu queria também destacar a intenção do Município de submeter a apreciação da Rede Nacional de Autarquias Familiarmente Responsáveis para, também aqui, à semelhança do que fizemos e que é um fator distintivo do nosso Concelho e que há pouco foi sublinhado pelo Senhor Deputado Michäel António, estaremos disponíveis para ser avaliados, no que diz respeito às políticas que são desenvolvidas, focadas essencialmente na família, na forma como, responsabilmente, o Município se posiciona neste assunto.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Portanto, Senhor Presidente e Senhores Deputados, ficava à vossa disposição para os esclarecimentos adicionais sobre a apresentação do PPI, PAM e Orçamento.”

Nesta altura o **Senhor Presidente da Assembleia** colocou este ponto a discussão, tendo-se inscrito os seguintes Deputados:

Henrique Falcão, que fez a intervenção abaixo:

“Relativamente ao Orçamento eu não quero passar por questões de números, queria apenas manifestar a nossa opinião sobre este Orçamento, em termos gerais, indo buscar dois ou três pontos de referência que penso que é justo apontar aqui.

Na longa documentação que me foi entregue, tentei o mais rapidamente possível ler, e tomei nota de alguns pontos que queria aqui salientar.

O Senhor Vereador Fernando Parreira refere, em determinada altura, a aposta no Desporto, e depois vimos os resultados que o Desporto de Pombal tem atingido, portanto eu quero dizer que estamos no bom caminho, vale a pena apostar.

A Senhora Vereadora Dra. Ana Gonçalves, ao falar em Cultura, diz que vai apostar na qualidade e na diversidade. Eu lembro-me que há uns anos atrás dizia-se que não valia a pena tomar a iniciativa para promover esta ou aquela actividade porque as pessoas não participavam, as salas estavam vazias. Realmente também se verifica-se aqui que quando há qualidade as pessoas vão, portanto, se há qualidade naquilo que se faz, se temos espaços confortáveis, as pessoas vão. O investimento que está projectado para essas áreas continua a valer a pena. Estamos no bom caminho.

Queria fazer aqui referência ao que o Senhor Presidente acabou de dizer e que vai ser divulgado junto de todas as Freguesias, o Projeto Aproximar, e tive acesso a algumas atividades que foram desenvolvidas no Concelho de Leiria, a criação desses Postos de Atendimento em todas as Freguesias, há a possibilidade, também, da criação de carrinhas que se deslocam dentro das mesmas Freguesias, acho que é uma ideia excelente que deve ser implementada por todas as Freguesias, sempre que haja possibilidade.

Não vou demorar mais tempo, só dizer que penso que estamos no bom caminho. Contem connosco para aquilo em que pudermos ajudar e nós vamos votar favoravelmente este Orçamento, e espero que se consiga concretizar o maior número possível daquilo que está previsto.

É evidente que há sempre alterações que vão surgindo, as receitas diminuíram, mas pode ser que venham boas novas e tenhamos que fazer um Orçamento Retificativo, porque as receitas aumentem.”

João Coucelo, cuja intervenção se segue:

“Nós temos nestes dois documentos, que são obviamente indissociáveis, Plano Plurianual de Investimentos e o Orçamento da Câmara.

Na sua nota introdutória a explicação, de alguma forma, para a diminuição da receita. Neste enquadramento feito, nós podemos perceber claramente porque é que temos uma diminuição da receita e consequentemente da despesa para 2015. Isto reportando-me ao Orçamento.

Quero realçar neste Orçamento que, pela primeira vez, está incluído o Orçamento das Entidades Participadas, a PMUGest e a Pombalprof, respeitando o que está definido na Lei e que é algo que também importa realçar.

Vou falar muito genericamente relativamente ao Plano de Atividades que o Senhor Presidente da Câmara já explicou sobejamente, estão aí reflectidas as prioridades definidas pela Autarquia relativamente àquilo que entende ser aquilo que deve fazer, ou pelo menos projetar, e quando eu digo projetar é iniciar projectos que depois possam ser lançados, Plano que me parece, de



MUNICÍPIO DE POMBAL

alguma forma, ter equilíbrio, respeitando aquilo que foram os seus compromissos assumidos em plano eleitoral.

Há prioridades claras na área da educação e acção social nas suas diversas vertentes, do saneamento, da rede viária, e eu não vou discutir a oportunidade dessa definição de prioridades, porque, tanto quanto sei, foi amplamente participada a discussão relativamente à definição de prioridades no tocante, não só à área urbana mas também às Freguesias, com a discussão com os Senhores Presidentes de Junta e, naturalmente, também com as opiniões, sugestões e acolhimento de algumas delas vindas da Bancada do Partido Socialista, dentro da própria Câmara Municipal.

Portanto, acho que independentemente de podermos discutir aqui se uma ou outra das prioridades definida, deveria ser reforçada com maior dotação orçamental ou não, importa, claramente realçar que as verbas destinadas à Educação e Acção Social, ao Saneamento Básico, à Rede Viária, e não queria deixar de citar, para além de outras rubricas que o Senhor Presidente da Câmara mencionou, a Protecção do Meio Ambiente e Conservação da Natureza que me parece também, de alguma forma, que este Concelho teve, tem e terá, com certeza, que dar algum realce às preocupações ambientais.

Eu acho que no que diz respeito ao Plano de Atividades para 2015, há uma definição clara de prioridades definidas pela Câmara Municipal que a Bancada do PSD subscreve na íntegra.

Não queria deixar de realçar também, uma vez que estão devidamente esplanadas nos documentos que nos foram enviados, as verbas orçamentadas para cada uma das áreas a desenvolver, algo que me parece importante e que tem a ver aquilo que seria uma preocupação de qualquer Município se tivesse saúde financeira.

Atendendo a que, nos últimos anos, houve uma perda de funcionários significativa, nas autarquias, que houve também, por força de Lei, uma não qualificação, ou uma desqualificação de alguns setores das autarquias, nomeadamente a redução de categoria de alguns profissionais, mas que, por força do Orçamento 2015 estão previstos, no Art.º 62, pelo menos, para aquelas autarquias que cumpram determinados requisitos, o facto da Câmara Municipal de Pombal ter também uma dotação previsional para a contratação de novos funcionários, porque eles são necessários e, felizmente, é graças à saúde financeira da Câmara Municipal de Pombal, que será uma das poucas onde isto irá acontecer.

Poderemos contar com alguma despesa plenamente suscitada com o recrutamento de novos profissionais, reforçando os recursos humanos da Câmara Municipal de Pombal, nas áreas mais diversas.

Eu queria apenas, com a minha intervenção, realçar que este Plano e Orçamento são, realmente de alguma contracção pelas razões que já foram devidamente identificadas, mas não quero deixar de recordar que, com o rigor que hoje há, estes documentos têm que ser muito mais transparentes, mais rigorosos. Nós temos uma Receita Corrente superior a 30 milhões de euros e Receitas de Capital, de 10 milhões de euros. Em anos que já lá vão, era fácil ter receitas correntes de x, e Receitas de Capital com 30 ou 40 milhões, ou seja, tínhamos orçamentos altamente inflacionados relativamente àquilo que é este Orçamento da Câmara Municipal, basta compará-lo com o Orçamento de 2014.

Eu tenho que dar os meus parabéns à Autarquia, aos funcionários que elaboraram estes documentos e, sobretudo a todo o Executivo, pelo facto de ter, de alguma forma, conseguido, com certeza com alguma discussão, com alguma diferença de opinião, relativamente aos investimentos a fazer, um Orçamento que todos nós compreendemos e podemos votar favoravelmente.”



MUNICÍPIO DE POMBAL

Odete Alves, que fez a intervenção abaixo:

“Permita-me antes de mais, que a minha intervenção se refira, não só ao Orçamento mas também às Grandes Opções. Discutirei tudo neste ponto para facilitar os trabalhos.

Do ponto de vista do Orçamento e no respeitante à Receita, verifica-se efectivamente, como foi aqui adiantado pelo Senhor Presidente da Câmara, uma redução significativa de vários milhões de euros, justificada, essencialmente, pela redução da expectativa da receita proveniente dos Fundos Comunitários, mas, se atentarmos nos mapas que nos foram remetidos, verificamos que, apesar da redução da taxa de IMI para os prédios urbanos para o mínimo legal, nem por isso a estimativa da receita proveniente de impostos e taxas é inferior à previsão para 2014.

Na verdade, verifica-se a este nível uma previsão na ordem dos 9,9 milhões de euros face aos 9,7 milhões de euros de 2014, e, a este respeito queríamos uma vez mais salientar aquilo que já tínhamos dito na anterior Assembleia Municipal, a propósito da fixação da taxa de participação variável dos Municípios, no IRS.

Defendemos, nessa altura, uma redução da taxa para metade, já que a proposta que nos foi apresentada pela Câmara, era exactamente de fixar essa taxa no seu limite máximo, ou seja nos 5%. Nessa altura não tínhamos ainda os dados da Lei do Orçamento de Estado com a inscrição da receita que seria atribuída ao Município de Pombal, mas podíamos adivinhar que iria haver um aumento significativo dessa receita do IRS, até porque essa receita corresponderia, exactamente, ao IRS arrecadado em 2013, altura em que, como sabemos, foi aplicada uma sobretaxa de 3,5 % aos contribuintes.

Ainda assim foi fixada essa taxa de participação no seu máximo, mas no orçamento agora constatamos que havia alguma margem para reduzir essa taxa de participação e suavizar o esforço dos cidadãos. Com efeito, do orçamento consta exactamente um acréscimo de cerca de 250.000 euros, na receita proveniente do IRS.

Verifica-se também o aumento do peso dos impostos e taxas na receita, que passa de uma taxa de 19,7%, em 2014, para uma taxa de 23,3% em 2015, ou seja, os impostos e as taxas continuam a ser vistos como fator essencialmente de arrecadação de receita e não como instrumentos de política económica e social.

Do ponto de vista da Despesa constata-se que se verifica uma redução das despesas com a aquisição e bens e serviços, sendo certo que nesta parte, e mais uma vez, como já é hábito, não estamos totalmente convencidos que assim seja, desde logo porque é prática do Município optar por fazer constar, em determinadas rubricas, dotações insuficientes, as quais depois serão reforçadas com o saldo de gerência de 2014.

Mais uma vez esta Bancada manifesta que o saldo de gerência não deve ser utilizado para despesas obrigatórias, mas antes para corrigir deficiências orçamentais em matéria de investimento.

Ficamos assim sem saber exactamente se existe uma efetiva redução da despesa com a aquisição de bens e serviços ou se, na verdade, essa despesa irá aumentar.

No que respeita às Grandes Opções do Plano, verificam-se, de facto, investimentos importantes, designadamente nas obras dos Centros de Saúde de Pombal e Guia, o que é de salientar atendendo àquilo que representam para a melhoria das condições de vida das populações.

Verifica-se ainda um investimento importante no Centro de Interpretação e Museu Serra de Sicó e também na rede viária, na ordem dos 5 milhões de euros.

Contudo, em algumas áreas de atuação verifica-se um investimento mais fraco, designadamente em matéria de Educação., Se compararmos, por exemplo, o investimento da rede viária com o investimento em matéria de educação, que se resume apenas a 2,5 milhões de euros a aplicar



MUNICÍPIO DE POMBAL

essencialmente na conclusão dos Centros Educativos de Almagreira e Mata Mourisca, com um nível de investimento mais baixo nos Centros Escolares da Guia, Vermoil, Pombal, Louriçal e Meirinhas, entendemos que aqui devia haver uma aposta maior nos Centros Educativos e o mesmo relativamente à área da economia e emprego.

Verifica-se também um fraco investimento, designadamente na Construção do Parque de Campismo da Praia do Osso da Baleia, no Gabinete Municipal de Investimento e na Modernização dos Parques Industriais e uma total ausência de investimento na Incubadora de Empresas.

Em matéria de Ambiente, regista-se que o investimento no saneamento básico é de apenas 2,5 milhões de euros, não existe qualquer previsão de investimento para o Parque Verde da Cidade nem para as obras hidráulicas de prevenção das cheias.

Finalmente, no que respeita aos transportes, não existe qualquer investimento para a Variante Sul do Concelho nem para a Passagem Desnívelada.

Gostaria também de acrescentar que constato, mais uma vez que ainda não e agora que vou ter passeios na minha terra, na minha localidade, porque já há vários anos que aparece aqui a previsão da possibilidade da execução dos passeios nas Mouriscas, o que mais uma vez não irá acontecer, sendo certo que se tratava de obra importante, até porque, o Parque do Açude acabou por fazer com que as pessoas passem a pé pelas Mouriscas, sendo certo que não existem passeios e a iluminação, muitas vezes, também é insuficiente o que poderá, também, dar azo a alguns acidentes.

Gostaria também de dizer ao Senhor Presidente que, há pouco falávamos sobre a questão a ETAP, em que pudemos falar sobre o Plano Estratégico, e eu não podia deixar passar esta oportunidade para poder dizer ao Senhor Presidente que, se das minhas palavras entendeu que o Partido Socialista tem qualquer tipo de regozijo pelo possível insucesso da ETAP, peço-lhe que reflecta melhor naquilo que disse, aliás, o Partido Socialista manifestou, desde sempre, uma enorme preocupação com a ETAP, como é do seu conhecimento e sempre apresentou propostas. A gestão da Etap, todos nós sabemos a quem pertenceu até agora e não está lá ninguém do Partido Socialista, tentar imputar essas responsabilidades ao Partido Socialista é no mínimo descabido, com deve compreender. O Partido Socialista, nesta Assembleia, tem uma função específica, como aliás, qualquer membro desta Assembleia, que é, exactamente questionar a Câmara sobre a sua actividade, foi exactamente no âmbito dessa competência que esta Bancada solicitou uma série de esclarecimentos. Esse tipo de pedidos de esclarecimento, entendemo-los não como uma tentativa de desvalorizar o trabalho que está a ser feito ela Câmara a este nível, mas antes de colaborar apontando alguns pequenos problemas para os quais a Câmara terá que, necessariamente estar atenta, para os resolver.

Dizer-lhe também que, com certeza não é porque o Partido Socialista o questiona aqui, nesta Assembleia, que a ETAP chegou onde chegou. Eu gostaria de, mais uma vez, Senhor Presidente, atentasse melhor nas minhas palavras e não fizesse juízos precipitados.

No que diz respeito ao Plano de Atividades da PMU que nos foi enviado, salientar apenas que verificámos, no que respeita ao Café Concerto e à Cafeteria do Castelo, existem aqui resultados negativos. No Café Concerto na ordem do 28.570 e na Cafeteria do Castelo de 15.124,06.

Salientar apenas que a Administração da PMU que estará com certeza atenta a estes dados e que deverá reforçar a sua atuação no sentido de inverter esta situação, criando condições para que aqueles dois espaços possam ser espaços de acesso a toda a gente, evitando, exactamente estes resultados negativos. Todos sabemos que os espaços em causa são espaços com enorme potencial, com excelentes localizações, e que muito pode ser feito.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Em virtude de todas estas explicações e apontamentos que fizemos, a Bancada do Partido Socialista irá abster-se na votação do Orçamento.”

Ilídio da Mota, que fez a intervenção que se segue:

“A minha intervenção vai no sentido de demonstrar a minha satisfação por este Orçamento. Sempre votei favoravelmente os Orçamentos do Município de Pombal e este é com mais satisfação e se fosse possível por aclamação, porque realmente contempla um conjunto de obras do interesse do Município, do Concelho de Pombal e particularmente da Freguesia de Vermoil. Já contempla a construção do Centro Escolar da nossa Freguesia, as ruínas romanas também têm uma dotação inscrita, o Açude, as limpezas do rio Arunca, assim como a construção da Fonte da Saúde, por isso vou votar a favor e deixo aqui o meu louvor ao Município de Pombal.”

Pedro Brillhante, cuja intervenção se segue:

“Falo neste ponto sobre um assunto que ainda agora a Dra. Odete Alves aqui frisou, da ETAP, não apenas pelo restrito conteúdo daquilo que são normalmente as intervenções neste ponto, normalmente numéricas, mas por permitir, através do acrescento do Plano Estratégico da ETAP, por nos permitir ter aqui outro tipo de discussão, que não a meramente numérica.

Foi tristeza que mais uma vez ouvi a Dra. Odete Alves fazer as declarações que fez relativamente à ETAP. É que, se já tínhamos percebido que o Partido Socialista não está propriamente a favor de uma resolução pacífica relativamente à ETAP, percebemos também que já perdeu um pouco a noção daqueles que são os atos que vai tendo relativamente a esta matéria.

Eu recordo o Partido Socialista que foram os próprios que até fizeram um pasquim em que mais de metade do seu conteúdo versava exactamente sobre o denegrir da imagem desta Instituição. Portanto, se não tinham má intenção, a verdade, meus Senhores, é que, os vossos atos têm prejudicado, efectivamente, esta Instituição.

Por outro lado, Senhor Presidente, gostava de elogiar aqui, aquela que tem sido a postura da Câmara Municipal de Pombal relativamente a esta Instituição, não só na captação de novos investimentos e do planeamento que tem sido feito, mas obviamente na nomeação da nova gestão que tem feito um trabalho extraordinário. Obviamente Direção com que a JSD reuniu ainda ontem e, se calhar, se o Partido Socialista tem feito o mesmo trabalho, talvez não dissessem alguns dos disparates que vão dizendo, e pudessem ver o excelente trabalho que está a ser desenvolvido pela Instituição.

Como este Plano Estratégico está vertido neste Orçamento, podemos ter aqui outro tipo de discussão que eu passo, obviamente, a ter, e, como sempre preferimos olhar para a solução, do que nos focar eternamente no problema e, muito menos, defendermos a já patenteada solução Socialista de pôr dinheiro para cima do problema à espera que ele se resolva por si só.

A ETAP merece, meus senhores, o respeito de todos nós. A importância que esta tem para o nosso Concelho, merece o melhor dos nossos esforços e o melhor das nossas propostas. A JSD volta a reafirmar o seu compromisso de querer ver a ETAP como uma referência a nível Nacional, como sempre defendemos, preferimos uma Escola Profissional de excelência do que qualquer Politécnico de fachada. Para nós a ETAP tem um valor inestimável e tem, sobretudo, um potencial de desenvolvimento para todo o nosso Concelho.

Assim, a JSD vem a esta Assembleia apresentar mais uma proposta que acreditamos ser fundamental na estratégia de desenvolvimento do nosso Concelho, proposta essa já distribuída por cada um dos Senhores Deputados.

Defendemos uma nova visão para a ETAP, uma visão virada para a profissionalização e especialização da sua oferta, uma oferta que a coloque como uma referência nacional do que de



MUNICÍPIO DE POMBAL

bom se faz neste País, que atraia novos alunos, oferecendo uma formação especializada para uma área específica, visando o País e não apenas a área restrita do nosso Concelho.

Propomos, então, que a ETAP volte a inovar e, tal como se tornou na primeira escola profissional do país, se torne agora a primeira Escola Profissional altamente especializada. Queremos, com este modelo educativo, que qualquer jovem, de qualquer parte do País, pensar em formar-se nesta área específica, a ETAP surja como opção óbvia, natural e de maior valor acrescentado. Queremos também que as empresas desta área vejam a ETAP como o seu principal foco de recrutamento de excelência. Queremos que aqui se formem os melhores e que aqui se leccione com a melhor qualidade a nível Nacional.

Para que essa captação seja possível, e olhando à faixa etária e às condicionantes de financiamento, torna-se fundamental uma residência de estudantes, específica para os alunos que queiram estudar na ETAP, necessidade, aliás, já percebida por este Executivo e que, de uma forma que aplaudimos, tomou já as diligências no sentido de esta se tornar uma realidade no futuro próximo.

Meus Senhores, volto a repetir. A ETAP merece o nosso respeito, mas merece ainda mais a nossa consideração, não pode nem deve ser utilizada como arma de arremesso político, quem gosta e quem lhe atribui valor, como nós fazemos, deve zelar pelo seu futuro e propor, nesta casa ou fora dela, as soluções que considerem necessárias. Desafiamos todas as restantes forças partidárias a fazerem isto mesmo, Deixem de parte a destruição e contribuam para a construção de qualquer coisa.

Nós, na JSD, estamos mais uma vez na linha da frente, na defesa daquilo que consideramos mais importante para o futuro do nosso Concelho, e a ETAP está, como sempre esteve, englobada nesse futuro.”

Jorge Neves, que referiu o seguinte:

“No Orçamento, só referir, nos Transportes Escolares, receitas diminuíram € 13.000,00, de € 82.000,00 para € 69.000,00, no entanto a despesa diminui 40.000,00, de 600.000,00 para 560.000,00, também de estranhar que, num ano advinha-se ainda mais difícil, o apoio social escolar diminua para mais de metade, de € 5.500,00 para € 2.500,00, portanto € 3.000,00.

Também nos transportes, em estudos, pareceres, projectos e consultadoria, subiu de € 53.300,00 para € 71.700,00.

Eu pedia que o Senhor me esclarecesse sobre isto, se puder ser.”

Jorge Cordeiro, cuja intervenção se transcreve:

“Na apreciação deste documento, eu chamaria apenas a atenção para, obviamente, os quadros mais emblemáticos, sobre as páginas 2 e 3 do documento, onde, de facto, está discriminada a despesa, quer seja corrente quer seja de capital, e também para o facto deste orçamento ser inferior em 16 milhões de euros, ao orçamento de 2014.

Destacaria contudo, o facto que a Despesa Corrente tem um peso menor no Orçamento que a Despesa Corrente, ou seja, há verba da Receita Corrente que se aplica em Despesas de Investimento. É já um hábito deste Município e um excelente indicador de uma excelente prática de gestão e até estratégica, como á evidente.

Portanto, apesar das limitações financeiras, das limitações legislativas do Quadro 2020, o Município não perde, ainda assim, a sua capacidade de investir, sem descurar a solidez financeira que, como todos sabemos, já aqui hoje foi dito, é um exemplo para outros Municípios e até para o Poder Central.

Eu voltaria contudo à questão das Despesas Correntes, e sobretudo, das Despesas com Pessoal, também uma matéria que foi já abordado pelo Dr. João Coucelo, em que estão contemplados 7,5



MUNICÍPIO DE POMBAL

milhões de euros, em que estará incorporado o aumento do salário mínimo e a reposição de recursos humanos, quer em termos qualitativos, quer em termos quantitativos.

O Orçamento Geral do estado permite, realmente, que esta Câmara contrate. Esta Câmara contrata e eu recorro que isso tem, obviamente, implicações a todos os níveis, até nas próprias contribuições, em termos de impostos e Segurança Social, mas eu recorro também que só há 48 Municípios, mercê das boas práticas e do histórico dos seus indicadores financeiros, que o podem fazer em Portugal, e nesse ranking Pombal estará no 7.º lugar, o que é não só extremamente honroso como extremamente importante e um lugar que nos dá toda a confiança para que também possamos, e como já hoje aqui foi dito, o cumpridor paga os erros de quem não cumpre, aqui colhemos também um pouco das boas práticas que têm sido efetuadas e, portanto podemos contratar.

Não me alongaria mais sobre esta matéria, apenas reiterar aquilo que disse o nosso líder de Bancada, Dr. João Coucelo, que votarei favoravelmente este Orçamento, pedindo que a Câmara continue a ser dirigida com este rigor que a torna exemplar, para que se continuem a fornecer condições e investimentos, para um futuro sempre melhor, para ao Concelho, para as pessoas.

Parabéns à Câmara Municipal e a todos quantos elaboraram este Orçamento.”

João Coucelo, que pediu a palavra para dizer o seguinte:

“Eu só pedi para intervir para, de alguma forma, não é propriamente contestar aquilo que a Dra. Odete Alves disse sobre uma questão que é interessante, e que é a questão do Café Concerto e da Cafeteria do Castelo.

É evidente que todos nós gostaríamos que aqueles espaços tivessem um equilíbrio financeiro positivo, ou até de zero. Temos que considerar que são espaços com uma função social que a Autarquia assumiu desde o princípio, com certeza que quer rentabilizar, mas não me parece que falem condições de atratividade para as pessoas se deslocarem lá.

Se calhar é preciso fazer mais alguma coisa e, eu aí, concordo que a Dra. Odete Alves tocou num ponto que, com certeza, não deixará de ser atendido por quem tem a responsabilidade dessas áreas.

Também queria voltar atrás, e isto não é uma acusação à Dra. Odete Alves que não tem nada a ver com isto, mesmo como responsável pela Bancada do Partido socialista, mas eu não posso esquecer, porque a memória não é curta relativamente à vida política em Pombal.

Aqui há uns anos atrás, quando foi lançado o Café Concerto houve uma polémica lançada pelo Partido Socialista, que foi para os jornais, por causa do que aquele espaço ia fazer aos privados. Eu defendo que aquele espaço deve ser o mais rentável possível, mas não me faz confusão nenhuma que, integrado numa PMUGest, que o equilíbrio financeiro da exploração das diversas atividades é que tenha que ser positivo, se umas forem rentáveis para outras poderem funcionar prestando um serviço social de diversão e, provavelmente menos concorrencial com as atividades privadas, nessa perspetiva não me faz confusão nenhuma.

Eu vejo estes números como outros que a Dra. Odete Alves mencionou, relativamente à percentagem de investimento na Educação. Há-de haver, esperemos, daqui a dois ou três anos, investimento na educação de 2% ou 3% do Orçamento Municipal, as escolas estão feitas, as coisas funcionam e, portanto, se não vierem as despesas com os professores de todas as áreas e por aí fora, que podem inflacionar as despesas com a Educação, com certeza passaremos a ter menos investimento para essas áreas.

Se dissesse quantos Centros Escolares falta construir no Concelho de Pombal e se se justificará construí-los quando se ouve dizer que cada vez há menos crianças. Eu acho que devem ser construídos por uma questão de proporcionar melhores condições às crianças, que causa alguma



MUNICÍPIO DE POMBAL

mágoa para as pequenas escolas mas que promovem o tratamento desigual entre os cidadãos e o seu crescimento, nas melhores condições, há que tentar conciliar estas duas coisas, tal como com o Café Concerto e com a Cafetaria do Castelo.”

Nesta altura o **Senhor Presidente da Assembleia** deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara**, que respondeu às interpelações que lhe foram dirigidas, como se segue:

“Começo pelo Senhor Deputado Henrique Falcão agradecendo as suas palavras e a confiança e acrescentando que, de facto, no âmbito do Programa Aproximar, nós para além de termos o Espaço do Cidadão, que são estas estruturas mais ágeis que serão instaladas nas Freguesias, teremos, também, na nossa Cidade, uma Loja do Cidadão que irá recolher todos os serviços que não são tão específicos, e aqui identifico os ligados à Segurança, os ligados à Justiça, os ligados à Saúde, todos os outros, de um modo geral, poderão ser concentrados.

Dizer que, quer o porta a porta, quer as reuniões informativas, serão projetos desenvolvidos e estudados no âmbito da Comunidade Intermunicipal, e, portanto, é uma matéria que será analisada por todos os Municípios.

Da intervenção da Dra. Odete Alves prestar aqui três ou quatro esclarecimentos, em função do que acabou de dizer.

A primeira é de que nós, há muito tempo que não podemos inscrever, no nosso Orçamento, receitas com carácter expectável. As receitas que têm de ser inscritas no Orçamento, são as receitas que, de facto, serão asseguradas pelo Município, isto é, têm que existir no caso de financiamentos comunitários, contratos de financiamento assinados com o Município à data de execução do Orçamento e, por isso, temos situações em que, mais tarde, nos vemos obrigados a fazer alterações orçamentais, caso haja uma assinatura dessas e o nosso orçamento aumente.

O mesmo acontecerá, como vamos fazer daqui a pouco noutra ponto, quando, pese embora estar inscrita essa receita, o Município, por uma dificuldade de execução ou por um atraso na liquidação não consegue a receita, mas que não resulta do facto de não ser atingida por sua responsabilidade, ou pela circunstância dela não ter sido recebida pelo Município.

Depois, dar aqui esta explicação. Evidentemente que se o valor global do Orçamento reduz, se se fizer uma apreciação sobre o peso relativo das taxas no total do Orçamento, o peso relativo tem que subir, mesmo que as taxas todas descessem, a probabilidade, no nosso caso, do peso das taxas no valor global do Orçamento descer, até poderia ser mau. Pode não ser uma leitura muito rigorosa estar a fazer a comparação com a dimensão global do Orçamento e o peso específico das taxas.

O que é certo é que nós temos aqui um Orçamento com o valor das taxas do IMI reduzido ao mínimo legalmente possível, acrescido de um conjunto de investimentos que, sendo feitos por cidadãos que estão em espaços com regimes especiais, até podem ser mais reduzidos.

Queria acrescentar também, e não se falou disto, que também aqui está inscrita uma dotação para que neste Orçamento tenhamos, pela primeira vez, a divulgação e a experimentação do Orçamento participativo, uma matéria que foi discutida por todos os Partidos e subscrita por todos e que temos que começar a preparar já, para que em maio ou junho, tenhamos condições para começar a divulgar o programa, a receber as participações, integrá-las, para que em outubro do ano que vem se possam consagrar algumas dessas medidas.

Na preparação deste Orçamento tivemos envolvidos todos os Presidentes de Junta que foram, individualmente, recebidos por mim, e que, em conjunto, auxiliaram à definição das prioridades, assim como a audição dos Senhores Vereadores do Partido Socialista que integraram, também, esta discussão, bem como o cumprimento do formalismo legal a que estamos obrigados, de ser



MUNICÍPIO DE POMBAL

acompanhado de Parecer do Conselho Municipal da Juventude, com quem reuni na semana passada.

Sublinhar aqui que, à semelhança do que tínhamos feito no ano anterior, também por inclusão dos saldos transitados, em fevereiro teremos que fazer uma revisão do nosso Orçamento, de maneira a podermos incluir, eventualmente, outras dotações de receita que, entretanto, se apresentem e que, como há pouco foi aqui sublinhado, é um Orçamento em que está incluída maior despesa com os Recursos Humanos, de acordo com as condições específicas e especiais que foram consideradas em Orçamento de Estado e que, felizmente, o Município tem condições de cumprir.

Voltando à Dra. Odete, tenho de dizer o seguinte:

A técnica de inscrevermos dotações insuficientes num Orçamento de Despesa, concretizando, o facto de não inscrevermos 600.000 euros para pagar à Valorlis, o tratamento do lixo, não pode ser interpretado, e que é uma matéria que evidentemente, com o reforço do Orçamento em fevereiro, será correspondida, porque é que é feito? Ela pode, nesta fase, dificultar a perceção do Orçamento, esperemos que, em fevereiro, as coisas fiquem mais claras, mas ela é feita porque é o aproveitamento de parte deste valor, que ficaria longos meses à espera de ser consumido, quando inscrito nesta altura, impedindo que outros projectos possam ser inscritos desde já.

Dito isto, temos que olhar, por exemplo, para aquilo que é a dotação da Educação, se nós recebêssemos amanhã o parecer da DGEST do Centro Escolar de Vermoil, que já lá está há dois meses, e se tivéssemos o processo em condições de ser lançado no dia 2 de janeiro, a probabilidade de conseguirmos começar a fazer despesa naquela obra, com o concurso público, e termos a primeira despesa antes do mês de julho, seria curto.

Significa que teríamos apenas cinco meses para fazer a utilização de toda a dotação que estava inscrita em orçamento.

Ora, a engenharia e os experientes em obras sabem que os primeiros 30% da obra dizem respeito à parte da estrutura do edifício, é portanto um valor bastante mais reduzido, e que se jogado com isto os prazos de pagamento a 45 ou 60 dias nos termos do contrato, apenas pagaria, eventualmente, cinco autos durante o ano que vem.

Se o prazo de execução da obra forem 18 meses estamos a falar de um terço do valor da obra e se se considerar que ela custará € 900.000,00, estamos a falar de € 300.000,00, que é o que está inscrito em orçamento.

Portanto repare, não se trata aqui de pôr menos dotação impedindo que se faça o lançamento, porque nós, quando fizermos a apresentação ao Tribunal de Contas para obter o Visto, não se esqueça que lançamos a obra, analisamos propostas, neste período de lançamento existem interrupções por erros e omissões, temos toda essa tramitação, e nas obras acima de € 900.000,00 só podemos entregá-las a partir do momento em que temos o Visto, há seis meses para tudo isto.

Portanto, se tudo se precipitasse e chegássemos a maio com tudo pronto, teríamos que fazer um novo reforço da dotação, na expectativa de que iríamos gastar mais dinheiro ao longo do ano. Mas as inscrições que aqui estão não são feitas nesse carácter mais optimista, digamos assim, sob o ponto de vista de que iremos fazer aquilo que normalmente não conseguimos, por isso é que tem estas dotações, o que ao mesmo tempo nos permite, num orçamento onde não consegue encontrar, nesta altura, receita assumida por força dos Fundos Comunitários para financiar as obras da educação, num orçamento que também tem que ter esta cautela, isto é, nós ao lançarmos estas obras da educação, partimos do ponto em que não fazemos ideia do nível de participação comunitária que eventualmente possamos vir a receber, significa que temos que



MUNICÍPIO DE POMBAL

ter aqui uma programação cautelosa. Porquê? Pode acontecer uma situação má para nós que apenas o orçamento municipal suporte toda esta despesa, por isso é que normalmente nestas obras, nós vamos aproveitar - pese embora o prazo de execução possa ser de um ano e meio – três anos financeiros para a poder fazer, na pior das hipóteses dois, mas normalmente três, isto é, podia ser valores de 2015, 2016 e eventualmente despesa para 2017.

Esta foi a técnica que foi utilizada, portanto, não pensar que os valores que estão inscritos são insuficientes para lançar a obra. São valores que nesta previsão podem ser suficientes.

Por exemplo o caso do Louriçal, se a memória não me falha, tem 200.000 euros inscritos, é um bom caso. Isto porquê? Porque apesar de nós desenvolvermos já o projeto, nós sabemos que a concentração de alunos na escola do Louriçal vai ter que, obrigatoriamente, nos remeter para a existência de um refeitório pronto a funcionar, na pior das hipóteses, em setembro de 2015, quando o ano letivo começar, e aí vamos ter que fazer um investimento maior, mesmo que façamos agora um projeto com mais salas no terreno que adquirimos, esta área tem que ficar resolvida, para que fique a funcionar.

Queria deixar também aqui a nota de que, nas obras de saneamento que têm aqui 3 milhões e 300 mil euros e que também sublinhou, o valor inscrito de 500 mil euros para o emissário de Carnide/Louriçal, é exactamente na mesma filosofia de raciocínio de que acabámos de falar.

Quanto às obras hidráulicas da cidade, o projeto que foi assumido pela Agência Portuguesa do Ambiente, nunca chegou a ser desenvolvido e nesta fase estamos a ponderar a forma mais ágil com que a podemos precipitar, até porque esta é uma matéria que tem uma verba específica no QREN 2020, no próximo Quadro Comunitário, portanto, é bom que tenhamos condições de o desenvolver.

Os passeios das Mouriscas, de facto têm uma inscrição no Orçamento de 400 mil euros, numa dotação não definida, mas está lá, precisamente porque é uma das obras, até porque estava já articulado com o Senhor Presidente da Junta de Pombal, que nós gostaríamos de lançar no ano que vem, portanto, é uma daquelas que está no semáforo verde para, com reforço da dotação, poder receber participação. Deixe-me dizer-lhe que se trata de uma obra com algum significado, estamos a falar de uma obra de 600 mil euros, pese embora servir aqui uma área urbana da maior importância.

Sobre as suas palavras na questão da ETAP, evidentemente que eu não discuto aqui nenhum tipo de legitimidade, mas tem que admitir que eu estando a ouvir aquilo que são os efeitos de algumas palavras, também não devo deixar de partilhar convosco aquilo que é o resultado prático de algumas delas e portanto temos que nos ouvir um ao outro.

Café Concerto e Esplanada do Castelo: o Dr. João Coucelo disse tudo, não é? Reparem, serve também de algum referencial percebermos que a circunstância do Castelo ter mais visitantes, faz com que, por exemplo,- e não fazia sentido nenhum que não tivesse uma zona de apoio com aquelas características-, os resultados negativos sejam cada vez menos negativos, o que é uma boa notícia, ainda bem que somos nós a explorar aquilo, porque se fosse uma entidade privada não se aguentaria muito tempo e ainda bem que temos estruturas, alvo de financiamento alternativo, que garantem que no Castelo de Pombal possa haver uma cafetaria, mesmo sabendo-se que a exploração individual daquele equipamento não é ainda suficientemente rentável. Parece-me que também não temos aqui grande caminho a tomar que não seja o continuarmos a insistir na expectativa destes serviços.

Primeira pergunta do Deputado Jorge Neves, deixe-me dizer que nós este ano aumentámos as dotações do apoio social escolar em 40%, precisamente porque inscrevemos um maior valor de



MUNICÍPIO DE POMBAL

apoio às famílias para a compra dos livros, material escolar e material didático, o que significará cerca de 35.000 euros de novo investimento.

Relativamente à 2.ª pergunta sobre o valor da subida em estudos de consultoria em transportes, eu não percebi os valores e portanto pedia-lhe para os facultar para eu poder responder, e depois posso mandar uma cópia da carta para a Dra. Odete e ao Presidente da Assembleia, para termos a certeza que eu respondo, porque eu não percebi sequer o comparativo e, portanto, provavelmente está a utilizar um Orçamento que eu não tenho aqui e portanto conto consigo para poder dar-lhe a resposta que me pede.”

Colocado este ponto a votação foi o mesmo aprovado por maioria, com nove abstenções.

Mais foi deliberado, por unanimidade, aprovar esta deliberação por minuta, para efeitos de imediata execução.

Ponto 2.3. – Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre as Grandes Opções do Plano para o quadriénio 2015/2018;

O **Senhor Presidente da Assembleia** deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara** que referiu nada ter a acrescentar à informação previamente distribuída e seguidamente transcrita, colocando-se à disposição do plenário para qualquer esclarecimento adicional.

“Ponto 8.2. Grandes Opções do Plano para o quadriénio 2015/2018

“Foi presente à reunião a proposta das grandes opções do plano para o quadriénio 2015/2018 elaborada pela Divisão de Administração e Finanças Municipais que se dá por integralmente reproduzida e que fica nesse serviço arquivada.

O Senhor Presidente e os Senhores Vereadores, disseram que as considerações tecidas na deliberação anterior, se aplicam de igual modo à proposta de Grandes Opções do Plano em presença.

O Senhor Vereador Eng. Jorge Claro pediu a palavra para fazer a intervenção que se segue:

“Senhor Presidente, em relação ao ponto 8.2. era só um esclarecimento. Já votámos, mas passou-me aqui, fala-se na bacia de abastecimento a nascente de Pombal para 2018. Só para conhecimento, o que é que se vai fazer?”

O Senhor Presidente da Câmara respondeu, nos seguintes termos:

“Olhe a proposta que nos foi apresentada pelo INAG ainda em sede de estudo prévio, passava por utilizar toda aquela zona, não edificada no início da Ribeiro do Vale, depois do IC8, a caminho dos Caseirinhos, para que considerando as pluviosidades e o canal pluvial que a Ribeira do Vale tem, houvesse ali numa zona que era uma zona encharcável, e portanto salvaguardando todas as habitações que estão ao longo da estrada do Barrocal, que em situações de ampla pluviosidade, como as que aconteceram no ano de 2006, existisse capacidade para haver uma descarga de fundo, acumulando os picos de pluviosidade e reduzindo a rapidez com que eles entram na rede pluvial subterrânea em alta, chamemos-lhe assim, dentro da cidade. Sob o ponto de vista técnico, essa era a sugestão porque reduzia bastante a velocidade com que a água entrava nos canais e também disciplinava a capacidade de drenagem que os canais pluviais garantem, isto em sede conceptual de solução. Isto obrigava-nos a ter que fazer uma reformulação da rede subterrânea desde a zona da Cercipom, a zona pior é a zona de baixo



MUNICÍPIO DE POMBAL

da Escola Secundária de Pombal e passa debaixo de uma das casas que teve um problema quando tivemos em 2006 aquelas correntes que vieram do lado da Serra, a reposição do canal subterrâneo, saindo debaixo das urgências do Hospital transferindo para a Rua 1.º de Maio, para entroncar com o canal ali um bocadinho antes, portanto para nascente, do monumento aos Heróis do Ultramar, mais ao menos no cruzamento da Rua 1.º de Maio com a Avenida Heróis do Ultramar, com a reconfiguração do dimensionamento da secção de escoamento. Portanto, temos aqui duas áreas: uma área mais de superfície, que caso seja um jardim que tem uma espécie de uma barreira, uma descarga de fundo pode ser visto como barreira de contenção que não entra pelas casas adentro, não prejudica o Bairro dos Caseirinhos e portanto consegue reter ali as águas. Depois temos uma intervenção muito mais pesada, que é a recolocação das passagens hidráulicas na via pública, porque não estão, repare, passam dentro do território da Misericórdia, passam debaixo da urgência, portanto o nível de debilidade e segurança desejavelmente não temos que cometer e portanto, o objetivo com o INAG que se chegou a assumir, foi a realização do projeto de execução que entretanto nunca se chegou a lançar. Estabelecemos ao longo deste ano em que termos é que esse projeto de execução pode ser feito, eu próprio já tomei a iniciativa de pedir cotações a projetistas, porque entendo que é uma obra que não deve esperar muito tempo, até porque também sabemos que estas matérias, muito dependentes das alterações climáticas, muito provavelmente, serão bastante beneficiadas sob o ponto de vista dos Fundos Comunitários. Portanto, é uma obra que dificilmente, nomeadamente esta parte enterrada, nós conseguiremos fazer sem recurso a fundos comunitários, são obras muito pesadas, muito caras e portanto a estimativa orçamental na altura eram cerca de 4 milhões de euros, portanto, é uma obra muito pesada. Não significa que, por exemplo, a bacia de retenção em função das capacidades de escoamento que têm, possa ou não possa funcionar, porque seja como for, significa que não entrará na rede em alta subterrânea tanta água como aquela que poderia haver, mas é evidente que isto obriga a purificação de cotas, à verificação das capacidades de impermeabilização, de questões de segurança, portanto, tudo isto tem que ser visto devidamente. Esta é a ideia que temos, porque a cidade fica muito vulnerável. Para além disso também se tem pensado que o Parque Verde a sul da cidade - portanto ao longo do Rio Arunca, já por razões diferentes, possa também eventualmente servir como uma bacia de contenção, isto para quê? Para que em caso de cheia no rio Arunca, e portanto estamos a falar de situações que sob o ponto de vista físico, ocorrem de forma diferente, isto é, estas correntes de serra por alta pluviosidade são bastante mais destrutivas do que o alagamento do rio Arunca, um fenómeno fácil de perceber, mas a velocidade que as circunstâncias de canalização das linhas de água dá à própria água, dá-lhe uma capacidade destrutiva muito elevada. Portanto, se nós conseguimos minimizar essa velocidade, tendo uma bacia que possa acolher e depois drenar a uma velocidade mais baixa, e um espaço verde amplo, pode ser uma forma de minimizarmos isso. Pode eventualmente dar-nos aqui também alguma solução alternativa. Isto seria a partir de determinada cota, o percurso do rio seria canalizado para um espaço, reduz a velocidade porque estamos a falar a montante da cidade. Onde o rio ganha velocidade muito elevada é dentro da cidade e isso, de facto, é muito mais destrutivo. Portanto, fazemos também esta avaliação, sendo que é prioritária aquela que teve o resultado que conhecemos, até porque ela foi muito mais destrutiva e põe a cidade numa situação diferente, porque encontra duas barreiras com difícil transponibilidade. A primeira são os próprios edifícios e a segunda é a linha de caminhos-de-ferro. Portanto, passamos apenas a ter a passagem inferior, e ficamos com o espaço considerado bastante debilitado.”

O Vereador Adelino Mendes acrescentou:



MUNICÍPIO DE POMBAL

“Aliás, no estudo do INAG, um dos novos túneis percorria exactamente a rua junto às escolas em direcção à Várzea, fazendo a ligação ao rio.”

O Senhor Presidente da Câmara continuou:

“É, mas ele virava na 1.º de Maio. Ele não chegava ao Jardim das Laranjeiras. De facto, ele a meio da Escola Secundária, portanto, aí a uns 30 metros, aquele troço que rebentou foi refeito, ali à frente do 61, julgo eu, na Rua Dr. António Rocha Quaresma, depois ali inflecte para baixo de uma casa, e portanto ali teria que fazer a rua toda, passando à frente do Soares, e parando ali na esquina na casa do Ferreira Jorge, na 1.º de Maio virava à esquerda e entroncava na rua, esse é o projeto. Era mais difícil passar debaixo da linha. Havia três soluções, essa era uma delas.”

O Vereador Adelino Mendes acrescentou:

“Tinha ideia de que era um túnel novo. Penso que umas das soluções apontava fazer um túnel com ligação direta ao rio, fazendo ali o escoamento direto.”

O Senhor Presidente da Câmara concluiu:

“É mais a jusante. Mas ali temos o problema de atravessar a linha do norte, na zona mais larga. Estamos a falar na zona que tem 40 metros. São estas situações que temos de desenvolver.”

A Câmara deliberou, por maioria, com seis votos a favor do Senhor Presidente e dos Senhores Vereadores Dr. Fernando Parreira, Eng. Pedro Murtinho, Dra. Ana Gonçalves, Dra. Catarina Silva e Arq. Renato Guardado e com três abstenções dos Senhores Vereadores Dr. Adelino Mendes, Dra. Marlene Matias e Eng. Jorge Claro, aprovar as grandes opções do plano para o quadriénio 2015/2018.

Mais deliberou, por unanimidade, submeter os documentos à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal, com o pedido de deliberação a tomar ser por minuta, para efeitos de imediata execução.”

O Senhor Presidente da Assembleia colocou este ponto a votação, uma vez que a discussão dos documentos previsionais foi efectuada em conjunto, constando as intervenções levadas a cabo pelos membros da Assembleia, da deliberação anterior.

Efetuada a votação, constatou-se que as Grandes Opções do Plano foram aprovadas por maioria, com nove abstenções.

Mais foi deliberado, por unanimidade, aprovar esta deliberação por minuta, para efeitos de imediata execução.

Ponto 2.4. – Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre o pedido de Autorização prévia à Assembleia Municipal para a Assunção de Compromissos Plurianuais, nos termos do Art. 12º do DL 127/2012 de 21/06;

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara** que referiu nada ter a acrescentar à informação previamente distribuída e seguidamente transcrita, colocando-se à disposição do plenário para qualquer esclarecimento adicional.

“Ponto 8.3. Pedido de autorização prévia à Assembleia Municipal para a assunção de compromissos plurianuais, nos termos do art. 12.º do DL n.º 127/2012 de 21/06



MUNICÍPIO DE POMBAL

“Foi presente à reunião a informação n.º 1005/DAFM/14, datada de 29-10-2014, da Divisão de Administração e Finanças Municipais, que a seguir se transcreve:

"Assunto: PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS, NOS TERMOS DO ART. 12º DO DL 127/2012 DE 21/06

Determina a alínea c) do n.º 1 do Artº 6º da Lei 08/2012 de 21/02 (LCPA), que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, está sujeita a autorização prévia da Assembleia Municipal.

O Artº 12º do DL 127/2012 de 21/06, que veio regulamentar a LCPA, estabelece que, para efeitos de aplicação dessa alínea, a autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais pelo órgão deliberativo competente, poderá ser dada aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano.

Nestes termos, propõe-se que o Órgão Executivo delibere solicitar ao Órgão Deliberativo, autorização prévia para a assunção dos compromissos plurianuais dos Projectos e Acções inscritos nas Grandes Opções do Plano, aquando da sua aprovação para o quadriénio 2015/2018."

A Câmara deliberou, por unanimidade, solicitar à Assembleia Municipal competente autorização para a assunção do respetivo compromisso para a despesa relativa a exercícios seguintes, conforme determina a alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro.

Mais deliberou, por unanimidade, solicitar à Assembleia Municipal que a deliberação a tomar seja por minuta, para efeitos de imediata execução."

Colocado este ponto a discussão, não se tendo verificado qualquer inscrição para uso da palavra passou-se à votação, tendo a Assunção de Compromissos Plurianuais sido aprovada por unanimidade.

Mais foi deliberado, aprovar a presente deliberação por minuta, para efeitos de execução imediata.

Ponto 2.5. – Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre a 2.ª Revisão aos Documentos Previsionais;

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara** que fez a intervenção que se segue, começando por apresentar a deliberação do executivo, tomada em sede de reunião de Câmara e que a seguir se transcreve:

“Ponto 7.1. Revisão aos documentos previsionais

"Foi presente à reunião uma Proposta do Senhor Presidente da Câmara, relativa à revisão dos documentos previsionais, que a seguir se transcreve:

"PROPOSTA

REVISÃO AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS

1. Legislação aplicável

A Lei do Regime Financeiro das Autarquias Locais (Lei 73/2013 de 03/09), estabelece no seu Artº 56, nº 3º que, os municípios que registem, durante dois anos consecutivos, uma taxa de execução da receita prevista no orçamento respectivo inferior a 85 %, a DGAL informa, no prazo de 15



MUNICÍPIO DE POMBAL

dias a contar da data limite de reporte da informação anual (nº 4), os presidentes dos Órgãos Executivo e Deliberativo que, por sua vez, informam os respectivos membros na primeira reunião ou sessão seguinte (nº 1).

O POCAL, aprovado pelo DL 59-A/99 de 22/02, no ponto 8.3.1 e 8.32, determina que os orçamentos e os planos plurianuais podem ser objecto de modificações, que se traduzem em revisões, quando se altera o seu valor global e/ou se inclui ou se anulam projectos inscritos nos planos, ou em alterações, quando se reforça ou diminui as dotações por contrapartida de outras dotações, sem alterar o valor global do orçamento.

Este é um dos poderes dos órgãos das autarquias, consagrado no princípio da autonomia financeira, estabelecido no Artº 6º da Lei 73/2013.

2. Execução Orçamental da Receita

Posto isso, avaliou-se a execução actual do orçamental da receita, tendo-se apurado os seguintes resultados, à data de 26 de Novembro:

Orçamento da Receita

<i>Dotações Previstas</i>	<i>58.766.162,21</i>	<i>a)</i>
<i>Receita Cobrada Líquida</i>	<i>44.664.864,56</i>	<i>b)</i>
<i>Taxa Execução Orçamental</i>	<i>76,00%</i>	<i>c) = b) / a)</i>

Para se atingir o limite mínimo de execução da receita, estabelecido no Artº 56º, em 85%, o Município deveria de arrecadar até ao final do ano, um total de Eur. 49.951.237,88, i.e, no mês de Dezembro, deveriam de entrar nos cofres do Município, cerca de Eur. 5.300.000,00, algo que se pode considerar inalcançável.

Por outro lado, o Município pode alcançar a meta dos 85%, não pela perspectiva de alcançar a receita desejada, mas pela redução das dotações previsionais da receita, na figura da revisão orçamental que, pela regra do equilíbrio orçamental, tem reflexo na redução das dotações da despesa, por igual valor.

Considerando que no mês de Dezembro, além da transferência mensal dos fundos estruturais da LOE no valor de cerca de Eur. 1.000.000,00, se prevê também arrecadar cerca de Eur.

1.400.000,00 em impostos directos, derivado da prestação do IMI, bem como, arrecadar cerca de Eur. 600.000,00 de receita própria, totalizando uma receita previsional de cerca de Eur.

3.000.000,00, a revisão, que se propõe, deve reduzir o valor do orçamento em Eur. 2.300.000,00, para se atingir a meta dos 85% de execução orçamental.

Essa redução será aplicada às dotações inscritas na rubrica FEDER, pelo valor de Eur.

700.000,00 e na rubrica Fundo de Coesão, pelo valor de Eur. 1.600.000,00, pelos seguintes motivos:

- Quanto à redução de verbas do FEDER, decorre essencialmente da necessidade de pedir a reprogramação financeira dos centros escolares de Mata Mourisca e Almagreira, de modo a ajustar o valor de investimento elegível em cada uma das componentes;*
- Quanto à redução de verbas do Fundo de Coesão, resulta essencialmente da operação POVT-12-0146-FCOES-00226 – Abastecimento de Água e Rede de Saneamento de Ranhas, Travasso e Flandes, onde por não estar ainda decidida a reprogramação financeira solicitada em Março de 2013, não foi possível ainda executar financeiramente o valor correspondente à empreitada de Construção de Reservatórios e Equipamento electromecânico (+/- 514.000,00);*



MUNICÍPIO DE POMBAL

- *O restante valor, resulta da diminuição de execução financeira das restantes operações cujos valores finais de execução, faltam ainda executar ou submeter.*

3. Execução Orçamental da Despesa

Aferindo agora, o Orçamento da Despesa, temos os seguintes valores, à data de 26 de Novembro:

<i>Dotações Previstas</i>	<i>58.766.162,21</i>	<i>a)</i>
<i>Dotações Cabimentadas</i>	<i>53.741.848,25</i>	<i>b)</i>
<i>Dotações Comprometidas</i>	<i>51.548.224,57</i>	<i>c)</i>
<i>Despesa Paga</i>	<i>37.278.777,42</i>	<i>d)</i>
<i>Taxa Execução Orçamental</i>	<i>63,44%</i>	<i>e) = d) / a)</i>
<i>Taxa de dotações cabimentadas</i>	<i>91,45%</i>	<i>f) = b) / a)</i>
<i>Saldo de cabimento</i>	<i>5.024.313,96</i>	<i>g) = a) - b)</i>

Considerando que as despesas obrigatórias (salários, contribuições da entidade, encargos bancários, e de instalações), previstos para Dezembro, estão previamente cabimentados e comprometidos, por força da aplicação da LCPA, considerando que as obras que venham a ser lançadas ainda neste período só tem encargos financeiros para o ano seguinte e a restante despesa corrente não contribui significativamente para reduzir o saldo de cabimento, o Município tem condições para reduzir o valor do orçamento da despesa em Eur. 2.300.000,00, a exemplo do que irá ocorrer do lado do orçamento da receita.

Dos Eur. 5.000.000,00 disponíveis em orçamento, Eur. 4.500.000,00 provêm das Grandes Opções do Plano (PPI + PAM), pelo que a revisão irá incidir, na integra, na redução de dotações em projectos inscritos nas GOPS com reflexo no Orçamento da despesa, por contrapartida de redução, do lado da receita, das dotações inscritas nas rubricas dos programas comunitários, Feder e Fundo de Coesão.

4. Revisão Orçamental

Concluindo, para se proceder de acordo com o que é exigido atrás nos pontos anteriores, impõe-se que preceda-se, em conformidade com o ponto 8.3.1 e 8.3.2 do POCAL, à aprovação da:

- 1ª Revisão ao Orçamento 2014, e*
- 2ª Revisão às Grandes Opções do Plano 2014-2017.*

A revisão consubstancia-se:

a) Do lado do Orçamento da Receita para 2014;

- Em reduzir, na rubrica 10.03.07.01 – FEDER, o valor de Eur. 700.000,00, e;*
- Em reduzir na rubrica 10.03.07.03 – Fundo de Coesão, o valor de Eur. 1.600.000,00;*

b) Do lado das Grandes Opções do Plano 2014-2017:

- Em reduzir, para 2014, as rubricas do Plano Plurianual de Investimentos e do Plano de Actividades Municipais, no valor de Eur. 2.300.000,00, propostas no Relatório das Modificações, em anexo.*

5. Fundamentação Legal

5.1. É da competência da Assembleia Municipal, autorizar a revisão na moldura que define a alínea a) do n.º 1 do Artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro;

5.2. Termos por que se impõe, pondere o Órgão Executivo:



MUNICÍPIO DE POMBAL

a) *Deliberar, no termos da alínea c) do n.º 1 do Artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, submeter ao Órgão Deliberativo, a referida revisão, em conformidade com a competência prevista da alínea a) do n.º 1 do Artigo 25.º da mesma Lei.*

b) *Deliberar solicitar à Assembleia Municipal a aprovação da respectiva parte de acta por minuta, para efeitos de imediata execução."*

Junto à proposta encontram-se os mapas de modificações ao orçamento de receita, de modificações ao plano e de modificações ao orçamento da despesa, que se dão por integralmente reproduzidos e que ficam arquivados na Divisão de Administração e Finanças Municipais.

O Senhor Presidente da Câmara fez a seguinte intervenção:

“Senhoras Vereadoras e Senhores Vereadores, nós temos aqui uma situação que apenas é apresentada à Câmara, como um princípio de mera cautela. Como sabem, com a entrada em vigor da Lei das Finanças Locais, 73/2013, passou a ser exigido aos Municípios, que no final do seu ano financeiro, apresentassem valores de execução de receita superiores a 85% dos valores que tinham proposto. Com data de 26 de Novembro, informam-nos os serviços financeiros, que no que diz respeito à execução do Orçamento da receita, nós tínhamos nesta altura, uma taxa de execução orçamental de 76%, portanto, importava perceber por que motivo é que, a pouco mais de 30 dias do final do ano, o nível de execução poderia comprometer os 85% que nos termos da lei, o Município deveria assegurar. Verifica-se e está explicado nesta proposta, que quer através de dotações previstas, a serem recebidas pelo Município através do FEDER, quer através de verbas do Fundo de Coesão, que estão pendentes ou reprogramações ou liquidações que podem não ser efetuadas a tempo, e por consequência comprometer a perceção dos valores e por isso não cumprimos os 85%. Eu dou-vos por exemplo a ideia de que só no Mais Centro, e identificando aqui as obras do Centro de Saúde de Pombal, as obras do Centro de Saúde da Guia, as obras da Escola de Almagreira, as obras da Escola da Mata Mourisca e as obras da Zona Industrial do Louriçal, que temos aqui cerca de 1 milhão de obras medidas, em concreto, novecentos e oitenta e quatro mil euros, que dariam ao Município, oitocentos e trinta e seis mil euros de participações comunitárias, mas que nesta fase, pese embora a submissão dos pedidos, ainda não os recebemos, e, se os recebermos menos mal. Executávamos aqui mais 10% do nosso Orçamento, o que é certo é que, impõe-nos um princípio de prudência e de cautela, que façamos esta redução que reparam, não significa que o Município fique impedido de receber estas verbas, nada disso, também não significa que houve aqui significativos atrasos na execução das obras, nomeadamente das obras participadas, que nos permitissem ou que nos limitassem a receção desses valores, o que é certo é que há, de facto, aqui um período de tempo, e este é o primeiro Orçamento em que estamos a fazer este exercício, há aqui um período de tempo, que vai entre a medição do auto, a receção do auto no Município, a sua confirmação, o seu pagamento, a sua submissão ao Mais Centro, o seu pagamento ao Município e o pagamento do Município ao empreiteiro que podem ser de 70/80 dias. Portanto, estamos a afinar estes valores e a proposta que aqui se faz é a de que haja uma redução na rubrica da receita, e por consequência na despesa, nos campos que estão identificados, reduzindo em 2 milhões e 300 mil euros o nosso Orçamento. Eu quero aqui acrescentar-vos que, por exemplo, apesar de termos tido já aqui conhecimento de que tínhamos tido duas operações que, no Overbooking tinham sido aprovadas e que serão sujeitas de pagamentos ao Município, nomeadamente por obras que já têm níveis de execução muito elevadas, algumas delas têm praticamente 100%, como é o caso do campo das Meirinhas, que engrossará o valor de Orçamento em cerca de 900 mil euros, só em participação comunitária, porque não há contrato e elas não estão no nosso Orçamento, no



MUNICÍPIO DE POMBAL

entanto, até poderiam estar, num pressuposto de que as indicações do Mais Centro, vão no sentido de que, até ao final do ano elas serão liquidadas, mas efetivamente não estão aqui. Portanto, a proposta que vos é apresentada é de apenas, para depois levarmos à Assembleia Municipal do próximo dia 11, que se faça esta correção, exclusivamente, por estas circunstâncias que eu acabei de explicar e que elas também acabam por não prejudicar aquilo que são as previsões de receita que exista. Eu quero acrescentar, socorrendo-me aqui da página 2 da informação que foi feita, eu agora falarei no âmbito da despesa, o Município tem já comprometida 85% da despesa que previa fazer para o ano de 2014, sendo que, se formos para as dotações cabimentadas, esse valor já é de 91%, o que significa que até ao final do ano, podemos ter, sob ponto de vista, da cabimentação um valor ainda superior. Portanto, digamos que não há aqui uma derrapagem orçamental, nada disso, tem apenas a ver com esta circunstância que se prende, com a questão do cumprimento da orientação dos Municípios cumprirem 85% das receitas, quando preparam o seu documento previsional. Em tempo verificando não ser possível, vem aqui a proposta para dizer: reduza-se o Orçamento em 2 milhões e 300 mil, para não pormos em causa o cumprimento desta meta de 85%.”

O Vereador Adelino Mendes fez a seguinte intervenção:

“Sobre esta matéria, queria dizer o seguinte: esta alteração que está em apreciação é uma alteração que diz respeito ao plafond global da receita e da despesa do Orçamento para 2014. Portanto, vamos fazer uma alteração estrutural ao Orçamento reduzindo o plafond global da receita e da despesa, mas também por via desta alteração vamos reforçar artificialmente a execução orçamental, porque vamos abater à receita prevista a que não conseguimos arrecadar.”

O Senhor Presidente da Câmara respondeu:

“É receita que resulta da obra feita.”

O Vereador Adelino Mendes continuou:

“É receita que resulta, objetivamente, de garantias de encaixe de recursos pelo Município de Pombal. Não estamos a falar de expectativa de receita. Estamos a falar de contratos de financiamento do Município de Pombal que, por via da dificuldade de execução, portanto de aplicar em despesa esta receita, não terão execução ao longo do ano de 2014.”

O Senhor Presidente da Câmara disse:

“Não é por essa razão, talvez eu não me tenha explicado bem.”

O Vereador Adelino Mendes acrescentou:

“Mas vou já colocar algumas questões em concreto. O que é preciso explicar, o que deve ficar cabalmente esclarecido, quer na Câmara, quer posteriormente na Assembleia Municipal, é quais são os impedimentos da execução desta receita. Ou seja, quais são os impedimentos à aplicação em despesa desta receita? Eles só podem ser de duas naturezas: dificuldades de natureza administrativa e financeira na perceção dessa receita. Parece ser um dos casos, designadamente nas obras do saneamento, onde há mais de um ano se espera uma reprogramação financeira, onde parece existir despesa executada e paga, em que a Câmara não recebe a participação comunitária, não consegue encaixar essa receita.

O outro caso diz respeito aos dois Centros Educativos, admito que juntos correspondam a 1 milhão. Não está explicado para o outro milhão e trezentos mil euros.

No que diz respeito aos dois centros educativos, onde parece existir a verba disponível dos fundos comunitários, parece não haver execução física das obras, parece não haver execução de despesa para justificar a perceção dessa receita. Portanto, como isto corresponde a uma transformação importante no plafond orçamental, da execução da receita e, também, com



MUNICÍPIO DE POMBAL

reflexos na execução da despesa e na redução orçamental para 2014, parece-nos que deve ser cabalmente explicado se os obstáculos ao encaixe desta receita, à perceção desta receita, estão do lado da execução física das obras, ou se há outro tipo de impedimentos, até de entidades externas ao Município, como parece ser objetivamente o caso do saneamento, onde estamos no final de 2014 e há uma reprogramação financeira em apreciação há um ano e oito meses. De facto, alguma coisa se passa na gestão dos fundos comunitários neste País e não faz qualquer sentido esta situação.”

O Senhor Presidente da Câmara respondeu:

“Quero começar por explicar o seguinte: nós, tradicionalmente, temos trabalhado na submissão de pedidos de pagamento às entidades financiadoras, portanto ao POVT ou ao Mais Centro com faturas liquidadas, o que significa que o Município, respondendo à primeira pergunta, quando o faz já executou a obra. Portanto, nós podemos ter aqui, digamos assim, dos níveis de execução do Município, é evidente que se o Município tem execução de despesa de 100, executado 70, tem 70%, se disser que não são 100, o Orçamento e são 70 e tiver executado 70 executa 100%. Isso é evidente. Se o orçamento baixar, há sempre uma afetação, neste caso positiva porque baixou, para a execução do nosso orçamento de despesa. Nós aqui estamos a falar do nosso orçamento de receita e por consequência temos que falar da despesa também, porquê? Porque neste caso, em termos de financiamento, a nossa receita depende do nível de execução da despesa, porque é com a despesa realizada e paga, no nosso caso, que nós apresentamos as faturas e os autos para podermos receber o dinheiro que somos credores. Como eu estava a explicar só no Mais Centro, nas cinco obras que eu identifiquei, escola de Almagreira, escola da Mata Mourisca, Parque Industrial do Louriçal, Centro de Saúde de Pombal, Centro de Saúde da Guia, eu digo por exemplo que a 30 de Novembro, nós tínhamos já liquidado 135 mil euros do Centro de Saúde de Pombal, mas apenas tinham sido recebidos do Mais Centro 54 mil euros, que tínhamos feito já 19 mil euros das obras do Louriçal e ainda não tínhamos recebido nenhum dinheiro, que tínhamos feito já 41 mil euros nas obras do Centro de Saúde da Guia e ainda só tínhamos recebido 18 mil e que tínhamos 237 mil nas obras de Almagreira e ainda não tínhamos recebido dinheiro nenhum e já estavam feitas e que tínhamos 622 feitos na Mata Mourisca e ainda não tínhamos recebido algum, o que significa que este valor global de despesa executada só nestas obras, porque há outras, dão praticamente 984 mil euros, o que se aplicássemos o critério dos 35% elegível teríamos aqui uma receita de mais de 836 mil. Eu admito que seja possível receber ou tudo ou parte deste dinheiro, até ao final do ano, porque estas obras estão de facto executadas, os pagamentos estão feitos e o que nós aqui estamos a falar é, não se eles foram ou não foram realizados, mas sim se foram ou não foram submetidos à entidade, para que a entidade nos possa pagar”.

O Vereador Adelino Mendes colocou a seguinte questão:

“Nós pagámos e submetemos à entidade?”

O Senhor Presidente da Câmara respondeu:

“Há pedidos que ainda não foram submetidos, porque os autos acabaram de chegar, ou seja, há aqui um trânsito. Isto é o primeiro orçamento em que nós temos isto e portanto é o que eu estava a dizer, entre medir o auto, confirmar o auto, liquidar a fatura e submeter o pedido de pagamento, vai aqui algum tempo, não é uma matéria que se faça num mês, às vezes demora mais, quando são obras que estão no início, juntam-se mais autos porque não se podem submeter pedidos inferiores a 5% do valor, podem ser 5 mas tem que se pedir uma autorização que demora tempo. Normalmente diz assim: mais vale a pena esperar numa obra de 1 milhão, ter um auto de 50 mil ou 60 mil do que estar a pedir para submeter um auto de 19 mil, porque são só 1% da



MUNICÍPIO DE POMBAL

obra ou 2%. Portanto, é esta a lógica, isto no Mais Centro. Se pegarmos no POVTV, nesta altura nós temos ainda por submeter 1 milhão de euros de obra realizada e que por consequência ainda não recebemos a receita. Ora 1 milhão de euros de obra realizada, dá-nos 850 mil euros de fundos comunitários, ora 850 aqui, com 836 aqui, já vamos aqui com 1 milhão e 600 mil e ainda nos falta executá-la durante um mês inteiro, reparem, isto é um princípio de absoluta prudência. Portanto primeira questão: é verdade que fica incrementado a taxa de execução do orçamento de despesa, com a redução da receita e da despesa? É verdade que sim. Ora vamos à questão contrária: mas é verdade que estas obras em concreto estão neste nível de execução? É verdade, por isso é que elas foram pagas com este valor. Há atrasos das entidades gestoras? Há. Há atrasos da parte do Município? Também haverá. Portanto é esta circunstância do que, podia ser submetido e ainda não foi, o que podia ter sido decidido e ainda não foi, aquilo que está para reprogramar e ainda não está decidido, que dá esta diferença, que num orçamento de investimento de vinte e tal milhões de euros, temos aqui esta diferença de 10%, digamos assim, no nosso Orçamento, que causa a necessidade de termos que o rever.”

O Vereador Adelino Mendes referiu:

“Mas aqui este atraso, em concreto, nas obras do saneamento de Ranhas, Travasso, Flandes, é um atraso completamente anormal na reprogramação deste financiamento.”

O Senhor Presidente da Câmara continuou:

“É por uma razão simples, estamos a falar de duas obras que tiveram duas insolvências em empreitada, da empresa Sopublicas, pois eram duas empreitadas, iniciou-se a obra, houve cessão de créditos, depois houve cessação de posição contratual, o prazo derrapou e tudo isto se atrasou. Foi a primeira cessão de posição contratual, que se fez no Município, e portanto foi preciso montar bem a operação e tudo isto depois, teve que ser submetido à entidade financiadora para fazer isso e portanto a questão é esta: está tudo liquidado? Está! A obra está para ser encerrada, aliás, a nossa obrigação é fazer os relatórios finais e encerrá-las. O problema é que, se não estiver sob ponto de vista formal o processo resolvido no POVTV, foram obras auditadas até, e ainda não temos a reprogramação aprovada. Portanto, estas são as razões, mas também há responsabilidades do Município, na submissão de pedidos de pagamento? Haverá, eu não tenho dúvida nenhuma, se nós tivéssemos uma situação financeira menos folgada, de certeza que os pedidos de pagamento, aliás, eu vou-vos dizer como é que fazem todas as Câmaras Municipais, não ficam à espera de ter uma fatura para submeter, recebem o auto e submetem o pedido imediatamente. Portanto, Senhores Vereadores, são estas as razões que aqui estão. Reparem, o óptimo é que nós executámos a taxa, uma boa taxa de execução da receita, o que significa que executámos também uma boa taxa de execução da nossa despesa. Isso significa que executámos muito o orçamento e que executámos acima do que está previsto.

Nestas circunstâncias não vai ser possível, aliás eu quero sublinhar, nós aumentámos o nosso orçamento em 7 milhões de euros em Fevereiro, com os saldos transitados e com tudo aquilo que eram matérias, que entretanto foram aprovadas e que estavam pendentes, os Centros de Saúde, por exemplo, as obras do Centro de Saúde entraram, aliás foram cinco: Manuel da Mota, a Zona Industrial da Formiga, Zona Histórica do Louriçal, Centro de Saúde de Pombal, Centro de Saúde da Guia, entraram com os saldos transitados em Fevereiro, no nosso Orçamento aumentando-o. Chegámos à conclusão que agora apesar dos contratos de financiamento e obra executada, e é isso que eu quero dizer aos Senhores Vereadores e obra executada, nós no final do ano não vamos ter um orçamento executado a 100%, como é fácil de calcular, mas no que diz respeito a estas obras que aqui estão, há de facto obra executada, até porque, como sabem, há muito mais pressão sobre o Município nas obras que são financiadas, em termos comunitários, porque o



MUNICÍPIO DE POMBAL

Município se não as executar, não recebe os apoios e tem um timing certo para o fazer. Portanto, se o Centro de Saúde não estiver terminado até 30 de junho do ano que vem, fica comprometido, o Centro de Saúde da Guia em Maio se a memória não me falha, as Zonas Industriais estão dentro do prazo, portanto tudo isto obriga a este cumprimento, mais formal. Acontece que a obra lançada, é executada, é faturada, é paga, ficaram pedidos pendentes por submeter? Nalguns casos ficaram, e alguns estão pendentes de um lado e outros estão do outro, e portanto a razão é essencialmente esta.”

O Vereador Adelino Mendes referiu:

“Qual é o acréscimo de execução da despesa? Aliás, o acréscimo global da execução não resulta da execução física destas obras. Resulta da alteração orçamental e da remoção de obras que não serão executadas e que não afetarão negativamente a execução municipal.”

O Senhor Presidente da Câmara acrescentou:

“Reparem, isto é só um quadro das obras do Mais Centro, que foram financiadas nestes anos. Portanto, há aqui para um gabinete de duas pessoas, um trabalho grande, que requer mais recursos humanos, eu sei, para que isto possa funcionar de outra maneira, mas como vos digo, estamos a executar o primeiro orçamento nestas regras e portanto também nos ajuda, para em anos futuros, olharmos e termos os recursos humanos adequados. Posso dizer-vos que eu pedi o encerramento de todos estes relatórios finais até ao final do ano, destas obras todas que aqui estão.”

A Câmara deliberou, por unanimidade:

Primeiro: nos termos da alínea c) do n.º 1 de Artigo 33.º da Lei 75/2013, de 12 de Setembro, submeter ao Órgão Deliberativo, a referida revisão, em conformidade com a competência prevista da alínea a) do n.º 1 do Artigo 25.º da mesma Lei;

Segundo: deliberar solicitar à Assembleia Municipal a aprovação da respetiva parte de ata por minuta, para efeitos de imediata execução.”

O Senhor Presidente da Câmara, fez a seguinte intervenção:

“Quero apresentar este documento, até porque, trata-se de uma matéria que, pela primeira vez, pelo menos que eu me recorde, é abordada pela Assembleia, mas que resulta, essencialmente da vigência da Lei 75/2013 que aprovou o Regime Financeiro das Autarquias Locais, e que estabelece, no seu Art.º 56.º que os Municípios que registem durante dois anos consecutivos, uma taxa de execução da receita prevista no Orçamento respectivo, inferior a 85%, a DGAL informa, no prazo de 15 dias a contar da data limite do reporte da informação, os Presidentes do órgão executivo e deliberativo que informam os respectivos membros na primeira reunião ou Assembleias.

Significa portanto, que nós temos que procurar ser cada vez mais rigorosos e precisos nas previsões orçamentais, e que, à data desta informação que foi apreciada pela Câmara, datada de 26 de novembro, a taxa de execução de receita andava nos 76%.

Significa que nós, de uma forma exclusivamente prudencial, devemos apreciar se devemos aguardar pelo final do ano para saber se chegamos ou não aos 85% da cobrança efetiva da receita que estava prevista ou se, pelo contrário, ao apreciarmos as concisões que tecnicamente têm impedido que esta condição se possa atingir, vamos de uma forma consciente e transparente apresentar à Assembleia uma proposta de redução orçamental de 2.300.000 euros, de forma a que, sem qualquer tipo de dúvida, se possa ultrapassar a execução dos 85% da receita, não tem significado isto, no entanto, que a despesa que o Município tem realizado, neste ano, tenha ficado prejudicada por esta circunstância.



MUNICÍPIO DE POMBAL

E isto pode dizer-se desta forma, porquê? Como o Município na gestão dos Fundos Comunitários, submete os pedidos de pagamento após o seu pagamento, isto é, sejam autos e faturas que são liquidados pelo Município e, após essa liquidação é que o Município submete esses pedidos de pagamento, para receber a contrapartida comunitária, às entidades gestoras. Significa que paga, digamos, adiantado, executa despesa mas não aumenta a sua receita por força da realização dessa mesma despesa e, portanto, na informação que foi distribuída aos Senhores Deputados, há um conjunto de razões que justificam esta situação.

A primeira tem a ver com a necessidade de fazermos uma reprogramação financeira dos Centros Escolares da Mata Mourisca e de Almagreira e que tem a ver com o ajustamento dos valores que são elegíveis. Esta é uma matéria particularmente técnica e que tem a ver com o seguinte:

Aquando da apresentação da candidatura o Município inscreveu um valor por unidade de construção, metros quadrados, metros lineares de cada um dos artigos, que inscrevia um determinado valor. Há uma alteração, da parte dos Regulamentos, que identifica quais são os valores de referência que têm que ser respeitados, ora, sem perder direito à percepção desses valores, deve o Município reprogramar essas operações adequando aquilo que apresentou aos valores que estão tecnicamente assumidos, neste caso, por parte do Mais Centro.

O que é que isto tem permitido? Que a obra se desenvolva e que a Câmara vá pagando, mas não tem permitido que a Câmara vá sendo ressarcida dos 85% dos montantes que são elegíveis e que possam permitir este encaixe financeiro.

Este valor é um valor global de 1.200.000 euros.

Depois temos situações que se prendem com uma operação de Abastecimento de Água e Rede de Saneamento da Ranha, Travasso e Flandes, que teve muitas vicissitudes, é uma obra que devia estar concluída em março de 2013, mas em que tivemos falência de empreiteiros, cessões de posições contratuais, tivemos muitos atrasos nesta obra e temos valores pendentes.

Esta proposta que aqui vem apresentada tem uma consequência direta, se o nosso Orçamento era de quase 60 milhões e passa a ser de pouco mais de 57 milhões, aquilo que nós já executámos e pagámos, vai subir um bocadinho, mas quando fizermos a apreciação do ano de 2014, em abril de 2015, temos ocasião de poder comparar tudo isso. O que tinha sido previsto no início do ano, o que tinha sido corrigido quando fizemos e aprovámos esta revisão ao nosso Orçamento, mas também, se efectivamente as receitas que temos direito a receber as chegamos a receber, ou não, dentro do prazo que ainda temos, até ao final do Ano, e nós sabemos tradicionalmente que o final do ano é especialmente pródigo na liquidação de participações comunitárias, e também é verdade que nós estamos a fazer um esforço enorme para submeter muitos autos de pagamentos e que estão em condições de ser submetidos, que farão disparar, esperamos nós, a receita que iremos receber ainda este ano.

Portanto, trata-se de uma matéria meramente prudencial que não tem mais nada que não o objectivo de comprometermos esta meta de 85%, devendo acrescentar que a Lei das Finanças Locais não tem nenhum tipo de penalização prevista, para os casos em que isto não aconteça, que não seja fazer esta discussão aqui, e portanto, nós não precisamos de chegar ao final do ano para fazer esta discussão, porque as expectativas e a experiência dos nossos responsáveis dos recursos financeiros, nos dão a tranquilidade de dizer: atenção Câmara Municipal e Assembleia Municipal, pode dar-se o caso, por estas razões, de não chegarmos a atingir esta meta.

Faz todo o sentido trazer aqui esta proposta, assumir esta dificuldade e esta incapacidade que não resulta só de nós, também resulta de entidade terceira, dizendo, reduza-se o Orçamento no valor desta proposta no montante de 2.300.000 euros.”



MUNICÍPIO DE POMBAL

Colocado este ponto a discussão, não se tendo verificado qualquer inscrição para uso da palavra passou-se à votação, tendo sido aprovado por unanimidade.

Mais foi deliberado, aprovar a presente deliberação por minuta, para efeitos de execução imediata.

Ponto 2.6. – Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre o Mapa de Pessoal para o ano económico de 2015;

O **Senhor Presidente da Assembleia** deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara** que prestou os esclarecimentos que entendeu, conforme deliberação do Executivo previamente distribuída por todos os seus membros, e que a seguir se transcreve:

“Ponto 6.1. Mapa de pessoal para o ano 2015;

“Foi presente à reunião a informação n.º 1078/DGDRH/14, datada de 28-10-2014, da Divisão de Gestão e Desenvolvimento de Recursos Humanos, que a seguir se transcreve:

"Assunto: Mapa de Pessoal para o Ano 2015

(Artigos 28.º, 29.º e 30.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho e Artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, na sua atual redação)

Sr. Presidente,

Em anexo remeto a proposta de Mapa de Pessoal do Município de Pombal para o ano 2015, o qual é revisto, anualmente, em conjunto com o Orçamento Municipal conforme dispõe o artigo 28.º da Lei 35/2014, de 20 junho. A proposta agora apresentada resulta do Levantamento de Necessidades de RH no qual foi levada a cabo a auscultação aos vários serviços municipais e titulares dos respetivos pelouros, a que se seguiu uma aturada análise às situações identificadas visando a satisfação das principais necessidades manifestadas. Aquela análise, efetuada necessariamente com sentido crítico, baseou-se também no pulsar quotidiano que nos é transmitido no exercício das funções e teve presente o enquadramento legal que se antevê na LOE 2015. Assim, várias foram as necessidades manifestadas para as quais tentámos uma solução interna, havendo ainda outras que, de forma fundamentada, entendemos não deverem ser, para já, satisfeitas, ressaltando que aquelas que entendemos propor a apreciação superior nos parecem fundamentadas e perfeitamente enquadradas com as exigências sentidas para a prossecução das atividades municipais. Assim, optou-se por dar prioridade aos postos de trabalho destinados à execução de tarefas relacionadas diretamente com os interesses das populações e nos quais o “relevante interesse público” resulta claro, sem prejuízo de cuidar de acautelar o provimento de postos de trabalho cujo deficit de trabalhadores era também evidente e começava já a colocar em causa o bom desenrolar das atividades municipais a eles associadas. Naquele documento estão previstos todos os postos de trabalho ocupados e a ocupar, de forma definitiva ou temporária, no período a que respeita, nele se incluindo também a sua distribuição pelas várias unidades orgânicas que compõem a Estrutura Orgânica do Município e o tipo de vínculo que titula a relação jurídica de emprego de cada um dos postos de trabalho.

Face a tudo o que se acaba de valorar, submete-se à consideração superior a submissão da presente proposta à reunião do Executivo Municipal e/ou alteração com base nas linhas diretoras e política de Recursos Humanos que superiormente sejam definidas."



MUNICÍPIO DE POMBAL

Junto à informação encontra-se o mapa de pessoal, para o ano de 2015, que se dá por integralmente reproduzido e que fica arquivado na Divisão de Gestão e Desenvolvimento de Recursos Humanos.

A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar em linha com o Orçamento 2015, o Mapa de Pessoal para o próximo ano.

Mais deliberou, por unanimidade, e em conformidade com os artigos 4.º e 5.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro e Artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, ambos na sua atual redação, submeter o Mapa de Pessoal para o ano de 2015 à apreciação da Assembleia Municipal.

Solicita ainda que o pedido de deliberação a tomar seja por minuta, para efeitos de imediata execução.”

O Senhor **Presidente da Assembleia** deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara** para prestar os esclarecimentos que entender sobre este ponto, tendo o mesmo feito a intervenção que se segue:

“Apesar dos documentos terem sido distribuídos pelos Senhores Deputados, nós, no Orçamento de Estado, como há pouco o Dr. João Coucelo fez referência, temos uma margem de contratação de novos Recursos Humanos que nos resulta daquilo que é a diferença entre os 35% da receita corrente líquida do Município, em 2014 e as despesas que fizemos a dividir por 5. É esta fórmula que o Orçamento apresenta, significa que nós teríamos, até um valor de cerca de 570.000 euros de despesa, a possibilidade de aumentar os recursos humanos, e nós vivemos uma altura em que temos tido várias aposentações, abriram-se novos equipamentos que requerem novos recursos humanos. Eu recorro que nós temos a Estação de Tratamento de Água a trabalhar 24 sobre 24 horas, com presença humana permanente. A Estação de Tratamento de Águas Residuais de Pombal, a mesma coisa, muito brevemente teremos a funcionar em plenitude a nova ETAR de Almagreira que precisa destes recursos humanos e, tudo isto, requer uma complexidade de recursos porque a trabalhar 24 sobre 24 horas uma pessoa equivale a 4 ou 5 pessoas o que significa que temos que aumentar aqui alguma despesa.

Para além disso vamos ter, porque já está também regulamentado, o PEPAL, e portanto regressa a oportunidade para os jovens licenciados poderem ter estágios profissionais remunerados na Administração Local, e o Município de Pombal será uma das entidades que vai concorrer.

Temos também novas avenças que têm que ser tidas em consideração e o preenchimento de lugares que se prendem com actividades que entretanto se assumem como importantes para a nossa organização, sejam técnicos superiores na parte da engenharia mecânica e da eletromecânica, seja na contabilidade, seja na arquitectura, seja no turismo, sejam assistentes técnicos ligados às áreas do desenho, sejam, essencialmente, assistentes operacionais, motoristas de pesados, cantoneiros de limpeza, electricistas, motoristas de pesados de passageiros, cantoneiros de vias, etc.

Portanto, a proposta que aqui é apresentada, depois de uma avaliação global de todos os serviços, leva-nos para um aumento da despesa de recursos humanos, em 2015, na ordem dos € 380.000,00, ainda muito abaixo daquela que seria a tal dotação possível de utilizar, de cerca de € 570.000,00, e teríamos aqui um valor global de despesa com pessoal à volta dos 7.300.000 euros. Isto é, os 7.068.000 euros que temos, sem avenças, mais a prestação de serviços estimados de cerca de 286.000 euros.

A proposta que aqui vos apresentamos tem esta fundamentação financeira, digamos assim, e procura corresponder às necessidades que resultam, através do quadro que vos foi apresentado,



MUNICÍPIO DE POMBAL

de novos serviços, da substituição das aposentações e de investimentos em áreas estratégicas, como há pouco referi.”

Colocado este ponto a discussão, não se tendo verificado qualquer inscrição para uso da palavra passou-se à votação, tendo sido aprovado por unanimidade.

Mais foi deliberado, aprovar a presente deliberação por minuta, para efeitos de execução imediata.

Ponto 2.7. – Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre a alteração dos estatutos da PMUGest – Pombal Manutenção Urbana e Gestão, E.M.;

O **Senhor Presidente da Assembleia** deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara**, que prestou os seguintes esclarecimentos relativamente à necessidade de se proceder à alteração aos Estatutos:

“Senhores Deputados, foi distribuída a informação e, essencialmente, ela reside na circunstância de ter existido uma modificação nos poderes de fiscalização que estão agora ao alcance das Empresas Municipais, nomeadamente no que diz respeito à capacidade de fiscalização de disposições do Código da Estrada.

No Capítulo que dizia respeito a esta matéria, os Estatutos da PMUGest estabeleciam, como competência da empresa, a gestão e exploração do estacionamento de duração limitada à superfície e subterrâneo, que agora se propõe ser complementado com a fiscalização das disposições do Código da Estrada e legislação complementar, permitindo que, por exemplo, os fiscais da PMU, na área que está territorialmente à sua subordinação e tutela, possam ter também uma prática de autuação daqueles infratores que violem disposições do Código da Estrada, portanto, tem que existir uma alteração estatutária que já foi aprovada em Assembleia Geral e em reunião de Câmara e que agora tem que ser aprovada, nos termos da Lei, pela Assembleia Municipal.”

Colocado este ponto a discussão não se verificou qualquer inscrição, pelo que se passou à votação, tendo a proposta de alteração dos estatutos da PMUGest sido aprovada por unanimidade.

Mais foi deliberado, por unanimidade, aprovar esta deliberação por minuta, para efeitos de imediata execução.

Ponto 2.8. – Apreciação e discussão dos Relatórios de Execução Orçamental (1.º, 2.º e 3.º Trimestres) da PMUGest – Pombal Manutenção Urbana e Gestão, E.M.;

O **Senhor Presidente da Assembleia** colocou os Relatórios a discussão, uma vez que os mesmos haviam sido distribuídos atempadamente por todos os membros da Assembleia.

Não tendo sido registada qualquer inscrição para uso da palavra, passou-se de imediato ao ponto seguinte da ordem de trabalhos.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Ponto 2.9. – Pedidos de Apoio das Juntas de Freguesia do Concelho de Pombal.

O **Senhor Presidente da Assembleia** deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara**, que informou que estes apoios residem em propostas que são apresentadas pelas Juntas de Freguesia, que percorrem este novo calvário de aprovação e que estão bem explicadas nas finalidades destes recursos, colocando-se à disposição dos membros da Assembleia para qualquer informação adicional.

- *Junta de Freguesia do Louriçal: apoio destinado a minimizar as despesas com a aquisição de material para diversos locais da freguesia (€ 1.512,80);*
- *Junta de Freguesia da Pelariga: apoio destinado a minimizar as despesas com obras em edifícios escolares - execução de cobertura (estrutura metálica) entre a EB e o JI da Machada (€ 8.179,50 - Acordo de Colaboração);*
- *Junta de Freguesia de Pombal: apoio destinado a minimizar despesas com o pagamento de refeições - férias ativas 2014 (€ 2.509,20) e apoio destinado a minimizar despesas com a aquisição de instalações onde funciona a componente de apoio à família da freguesia (€ 20.000,00);*
- *União de Freguesias da Guia, Ilha e Mata Mourisca: apoio destinado a minimizar as despesas com a aquisição e instalação do termoacumulador para a EB1 da Guia, lancil e manta geotêxtil (€ 1.012,00);*
- *União de Freguesias de Santiago e São Simão de Litém e Albergaria dos Doze: apoio destinado a minimizar as despesas com a aquisição de um terreno para alargamento do cemitério de São Simão de Litém (€ 30.000,00);*
- *Junta de Freguesia do Carriço: apoio destinado a minimizar as despesas com as obras de requalificação da Rua da Igreja - 2.ª fase (€16.328,25)*
- *Junta de Freguesia de Almagreira: apoio destinado a minimizar as despesas com a aquisição de um mini autocarro (€ 35.000,00).*

Nesta altura o **Senhor Presidente da Assembleia** deu a palavra ao Presidente da União de Freguesias da Guia, Ilha e Mata Mourisca, **Senhor Manuel Serra**, que proferiu o seguinte:

“Só para referir duas coisas que eu gostaria que ficassem ditas nesta Assembleia.

Os apoios que foram dados, não tenho por hábito compará-los, mas verifiquei desta vez, por puro acaso, que o apoio menor que existe é o da UFGIMM. Isto pode dar a ideia de que a UF não solicita apoios e, portanto, se calhar, faz menos obra.

Eu não me revelo contra as decisões da Câmara, porque eu votei no Senhor Presidente da Câmara para gerir a Câmara e, portanto, eu tanto lhe agradeço os apoios que ele me dá como aqueles que me recusa, porque a mim cabe-me solicitar aquilo que eu julgo que é importante para a Freguesia, ao Senhor Presidente da Câmara cabe-lhe gerir bem o Município, e por isso eu nunca disse que o Senhor Presidente se enganou ou errou ou decidiu mal.

Eu sempre que contestei uma decisão do Senhor Presidente da Câmara, contestei-a com argumentos, terminando assim:

«Senhor Presidente, espero que o tenha conseguido convencer dos argumentos que futuramente o possam levar a decidir de forma diferente da que decidiu agora.»

Permitam-me que acabe com um testemunho e com uma mensagem de Natal.

Quero aqui também dar testemunho da evolução deste primeiro ano de mandato dos órgãos autárquicos e felicitar o Sr. Presidente pela forma meritória com que tem vindo a dotar as Freguesias de meios materiais que nos permitam corresponder ao aumento de responsabilidades,



MUNICÍPIO DE POMBAL

meios nunca antes detidos pelas freguesias, bem como a forma esclarecida e de eficaz gestão que permite situar o nosso município entre os dez primeiros do país em termos de equilíbrio económico-financeiro.

As juntas muito agradecem o esforço, reconhecem o mérito, correspondem às solicitações e acompanharão os desafios que equilibradamente o município lhes colocar, dada a nossa consciência de executores da política comum que une os nossos esforços.

Como em qualquer sociedade humana sempre existem diferendos, questões de pontos de vista e por vezes incomodidades que nos parecem inultrapassáveis, que o tempo e a boa vontade dos homens sempre ajuda a resolver.

E é pois com alusão a este final que exorto todos os participantes do nosso concelho em processos públicos ou privados que podem até ser nalguns casos fraturantes da sociedade, que termino a minha intervenção lembrando que estamos na época festiva da concórdia por excelência, onde todos temos oportunidade de mostrar o melhor de nós e que pondo essa nobre virtude em prática contribuiremos para que todos tenhamos um santo e feliz natal que desejo a toda esta assembleia e assistência com o não menor desejo de próspero ano novo.”

Nesta altura o **Senhor Presidente da Assembleia** deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara**, que prestou os seguintes esclarecimentos:

“Senhor Presidente da Junta, muito obrigado pelas suas simpáticas palavras.

Deixe-me dizer-lhe que neste quadro de apoios, pior que o Senhor está Abiul, Vila Cã, Carnide, Meirinhas e Redinha que têm zero e também não fique com a expectativa de que o Pai Natal só vem no Natal, às vezes vem durante o resto do ano. Portanto, percebo a sua preocupação mas não creio que as situações por que entendi não apoiar a União das Freguesias, e que eu tenho todo o gosto, se quiser, de debater aqui, suscitasse esta intervenção, até porque o Senhor há-de compreender que eu não me sinto nada confortável a apoiar despesas feitas pelas Freguesias em mandatos anteriores e que terão sido assumidas por executivos que, se calhar, não tinham garantia das receitas para as pagar.

Isto é que tem que ir ao sítio e eu sei que o Senhor é um homem muito cuidadoso, que a partir do momento em que assumiu que o balcão de atendimento à freguesia da Guia iria ser escrupulosamente transferido, nos valores que mensalmente recebe, para o orçamento do Município o tem cumprido, assim como tem cumprido também religiosamente, as transferências devidas de anos anteriores.

Eu tenho muita pena, mas essas opções políticas e gestionárias têm que ser dirimidas e resolvidas na sede própria, não é à custa das outras freguesias que têm a preocupação acutelada de fazer despesas, para as quais têm dotações orçamentais para executar, ou que articulam com o Município a forma como o fazem e, em consequência, liquidam. Um país, uma família e uma freguesia, que faz despesa acima daquilo que pode - e não é à sua Junta que me refiro - "não pode depois andar a empurrar o problema com a barriga para a frente.”

O Senhor tem feito um trabalho muito grande, o esforço do Município sobre este assunto – ainda hoje disse a um dos Presidentes de Junta: Se os Senhores encontrarem algum acordo celebrado entre o Município e as Freguesias, que contemple outro tipo de apoios, com outras características, principalmente com outros valores, como aquele que o Município de Pombal transfere para as nossas freguesias, digam. Eu quero aqui sublinhar que as freguesias do Concelho de Pombal recebem menos de um milhão de euros do orçamento de estado, se a memória não me falha são 939 mil euros por ano, a dotação global dos vossos orçamentos todos juntos, são quase 6 milhões de euros, significa que grande parte dessas transferências, são através dos muitíssimo relevantes serviços que as freguesias todas do Concelho prestam à



MUNICÍPIO DE POMBAL

população, financiadas pelo Município pelos acordos de execução que são celebrados, pelos protocolos, pelos apoios e subsídios para compra de equipamentos e materiais e por aí fora e que resultam de uma grande agilidade, confiança e de desenvolvimento conjunto de tudo isto. Não podemos estar depois, no meio de todo este processo, a resolver problemas de liquidação de dívidas, que vêm de processos anteriores e que deviam ter ficado resolvidos em mandatos anteriores, nomeadamente nas circunstâncias em que há fusão de freguesias e em que, justamente, os autarcas das outras freguesias fundidas, não podem pagar as dívidas, daquelas que vêm para a fusão com dívida. Isso seria uma tremenda injustiça para todos, porque temos a história da cigarra e da formiga e nós se sentimos esse desconforto das freguesias que sendo fundidas, tinham um critério de gestão rigoroso, que não davam passos maiores que a perna, não podem depois com as suas receitas pagar as dívidas dos outros, e não deve ser também o Município a suportar esses encargos. Porque nós não estamos a falar, normalmente, de encargos que se prendem com a despesa corrente. Porque se começarmos a assumir despesa corrente, para a qual não temos dotação orçamental suficiente, então estamos a gerir mal e estamos a comprometer o futuro de cada uma das nossas autarquias e nós felizmente, e já foi aqui sublinhado hoje, por um dos Senhores Deputados, até pegamos nas nossas receitas correntes e transferimo-las para as despesas de investimento. Acho que deve existir uma reapreciação nas funções, de maneira a que haja condições objetivas, para cumprir as missões que temos de fazer, e se houver casos, e há casos que justificam, em todas as freguesias, necessidades especiais em que temos de celebrar revisões dos acordos de execução ou de colaboração para desenvolver outro tipo de atividades, que façamos essa discussão, que estabeleçamos os termos em que ela deve ser financiada, as responsabilidades das partes e que desenvolvamos esses novos projetos e é assim que as coisas devem ser. Portanto Sr. Presidente, eu percebo a sua indignação, mas eu também não posso ouvir estas coisas, sem que toda a Assembleia perceba, se há aqui uma discricionariedade, porque aquele Presidente de Junta é mais ou menos do agrado do Presidente da Câmara, não é nada disso que estamos aqui a falar! Estamos aqui a falar de critério! E este, acho que é um bom critério, admito que eventualmente, seria um Presidente da Câmara muito mais simpático e muito mais porreiro, se pagasse tudo aquilo que me apresentam aqui à frente, mesmo que sejam contas de março de 2013, como algumas que eu recebi no outro dia. Portanto, os Senhores já sabem, eu posso trabalhar 15 ou 16 horas por dia, mas há uma coisa que eu não quero fazer, é tomar decisões sem consciência, sem ler os documentos que me apresentam, nomeadamente aqueles que são apresentados pelos Senhores Presidentes de Junta pela responsabilidade que têm e pela dignidade com que exercem essas funções. Portanto permitam-me trabalhar desta maneira e em consequência agir da mesma maneira, porque aquilo que aqui foi suscitado, não é um comportamento generalizado, nem é aquilo que acontece em todas as freguesias, aliás foi preciso passar um ano, para eu ouvir estas observações. Senhor Presidente, estamos sempre à vontade, com a maior transparência, nos sítios certos para fazermos as discussões, para cada uma das despesas."

O **Senhor Presidente da Assembleia** questionou os membros, se algum se opunha a que a votação dos apoios do ponto 2.9 fosse feita em conjunto, dado que toda a documentação foi previamente distribuída, de forma a que a mesma se tornasse mais célere. Nenhum dos membros se opôs a que a votação se fizesse desse modo.

A Assembleia aprovou, por unanimidade, a proposta do Senhor Presidente da Assembleia Municipal de votar em conjunto este ponto.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Colocado este ponto à votação, a assembleia deliberou, por unanimidade, nos termos da alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei 75/2013, aprovar os referidos apoios às respetivas Juntas de Freguesia.

Mais foi deliberado, por unanimidade, aprovar esta deliberação por minuta, para efeitos de imediata execução.

Não havendo público inscrito para usar da palavra o Senhor Presidente da Assembleia deu por finalizados os trabalhos, eram vinte e uma horas, tendo-se lavrado a presente ata, que eu (1.º secretário), subscrevo e vai ser assinada por todos os membros da Mesa.

O Presidente:

O 1.º Secretário:

A 2.ª Secretária: